

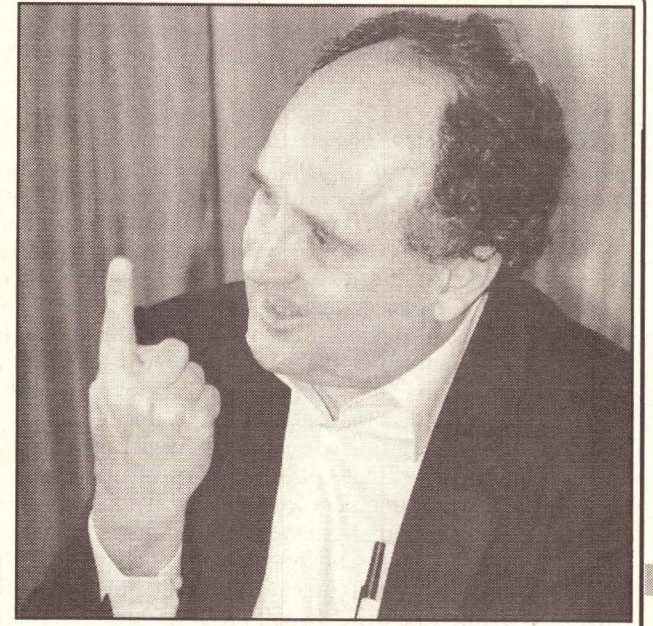
IMPRESSO

CRISTOVAM BUARQUE

## “Eu quero radicalizar na autonomia universitária”

Ministro da Educação condiciona esta medida à prática de três itens: responsabilidade, compromisso e transparência (PÁGINAS 8 e 9)

FOTOS RICARDO DE ANDRADE



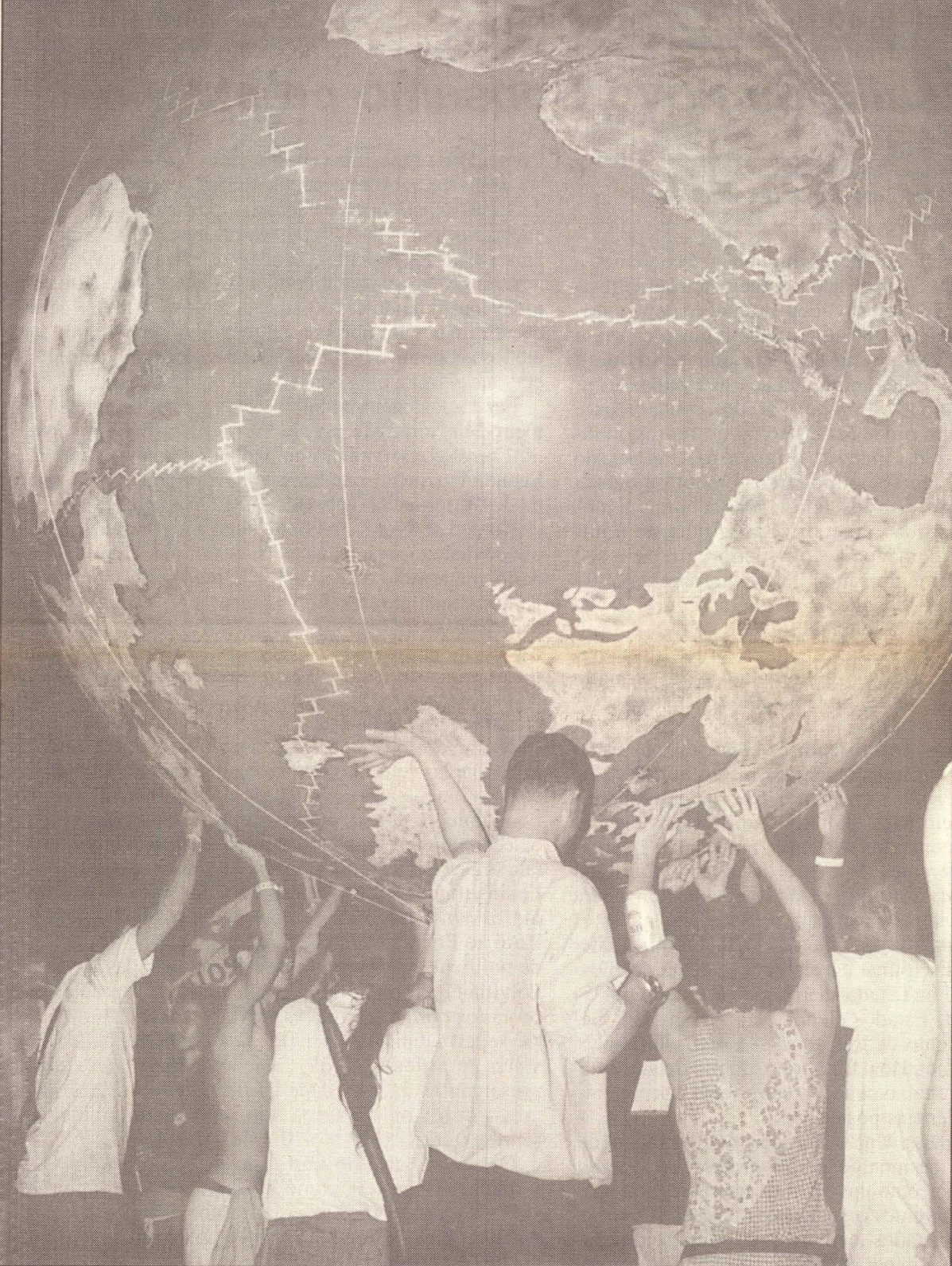
## Ministros da Educação e da C&T reunidos com a Andifes na UFRGS



Pela primeira vez ministros dessas áreas se encontram com reitores das universidades federais

PÁGINA 7

## FSM espelha um mosaico cultural

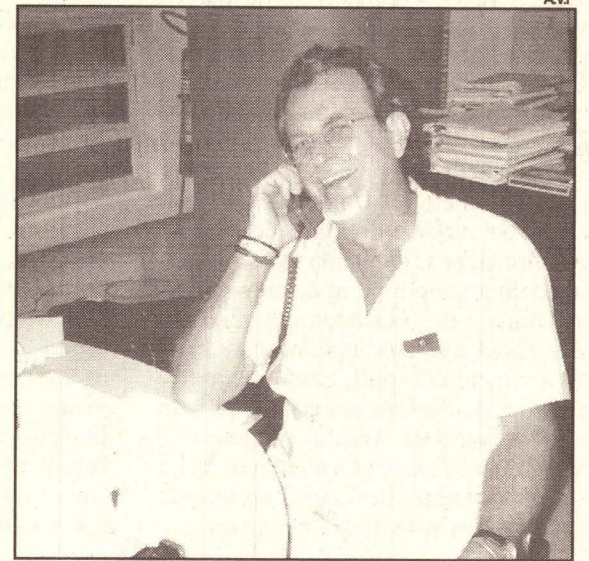


O III Fórum Social Mundial teve debate cultural, arte e liberdade de criação em todos os gêneros, no Anfiteatro Pôr-do-Sol, no Gigantinho, na PUC e no Acampamento da Juventude PÁGINA 15

## Lá e cá Lula diz que a utopia é possível

Primeiro chefe de Estado a discursar em Davos e em Porto Alegre, o presidente do Brasil mostrou que uma esquerda realista está no poder PÁGINAS 4 e 5

## Impulsionador do FSM conta como tudo começou



Para Cândido Grzybowski o mais importante foi reunir quem antes não se reunia e ver a humanidade dar sinais de que vive uma nova etapa PÁGINA 3

## ROBERTO AMARAL “Política brasileira não presta atenção à C&T porque ambas não dão votos”



Ministro da Ciência e Tecnologia fala sobre os desafios que tem pela frente e como esta área tem sido maltratada até agora PÁGINA 10



## Milênio começa com muitos fóruns

Especialistas procuram explicações para o fenômeno mas já têm uma certeza: o mundo cansou do pensamento único PÁGINA 7



## OPINIÃO

## Retrospectiva do III FSM

Esta edição do Jornal da Universidade é especial. Além de apresentar matérias com a repercussão do III Fórum Social Mundial, traz uma entrevista com o ministro da Educação, Cristovam Buarque (Página Central), e com o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral (Página 10). Também relata o encontro dos dois ministros com os representantes das universidades públicas, durante a 48ª Reunião Plenária da Andifes, realizada na UFRGS.

O impulsor do Fórum Social Mundial, Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), conta de quem foi a idéia de criá-lo e por que Porto Alegre foi escolhida para sediar o evento. Segundo Grzybowski, neste momento, estamos diante de uma mudança da civilização. Página 3.

Para especialistas em política, economia e relações internacionais, a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e depois no Fórum Econômico de Davos indica que a esquerda brasileira assumiu com realismo o desafio de ser governo. A análise desta liderança está nas páginas 4 e 5.

A proliferação desse tipo de encontros marcam um momento histórico no mundo, dizem os analistas do fenômeno. É a sociedade organizada contra o pensamento único, que dá o exemplo do próprio FSM, com o seu mote "um outro mundo é possível". Página 5.

A 48ª Reunião Plenária da Andifes, que reuniu reitores de universidades federais, teve caráter especial: foi considerada como "histórica" pelo então presidente da entidade, o reitor Mozart Neves, por ter sido realizada com a presença de dois ministros (Educação e Ciência e Tecnologia). Da abertura, além dos ministros, participaram dirigentes de unidades acadêmicas e representantes da UNE, Fasubra, Agergs, Adurgs, Assufrgs, DCE, três deputados federais: Maria do Rosário, Alceu Collares e Beto Albuquerque e outras autoridades. Página 7.

"O Ensino Superior no contexto do Fórum Social Mundial", jornada de debates promovida em conjunto pela UFRGS, pela AUGM e pelo Centro Extremo de Estudos e Cooperação Ibero-americana (Cexeci), foi um forte contraponto à idéia de transformar o ensino público em mercadoria, como quer a Organização Mundial do Comércio. Página 11.

Durante a jornada de debates, realizada na Reitoria da UFRGS, foi lançado o livro "Educação Superior frente a Davos". O livro aponta rumos para a educação e é comentado por Jorge Brovetto, um dos organizadores, na página 12.

Mais de 15 mil pessoas participaram do II Fórum Mundial da Educação, no qual a Faculdade de Educação da UFRGS foi destaque, promovendo 22 eventos, caracterizados pela pluralidade dos temas e pela contemporaneidade das pesquisas. Página 13.

Na página 14, o Jornal da Universidade traz uma reportagem sobre o Acampamento Intercontinental da Juventude, que abrigou cerca de 25 mil jovens do mundo inteiro durante o III FSM. Na página 15, uma retrospectiva do seu lado cultural. Na última página, o perfil de uma das figuras mais importantes do evento, o sociólogo Emir Sader, que conta como foi gratificante ter completado 20 anos de idade na década de 60.

## ESPAÇO DA REITORIA

## A plenária da Andifes

WRANA MARIA PANIZZI

Reitora

Ao sediar a 48ª reunião da Andifes, a UFRGS foi palco de um evento cujo significado transcendeu seus objetivos mais imediatos. Tratou-se, para nós, de uma oportunidade histórica. Fomos anfitriões da primeira reunião plenária da Andifes realizada sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A reunião realizou-se quando Porto Alegre acolhia os milhares de participantes do III Fórum Social Mundial, vindos das mais diferentes partes do Brasil e do mundo. Recebemos em nossa casa, para uma jornada de trabalho, dois ministros de Estado, Cristovam Buarque e Roberto Amaral, quase cinquenta reitores, lideranças da UNE, ANDES e FASUBRA – entre tantas outras autoridades.

Este encontro, pelo contexto em que se realizou e pela representatividade de seus participantes, já significou muito para a Universidade Pública. Porém, parece-me que a 48ª reunião da Andifes merece ser definida como "reunião histórica" sobretudo porque teve a coragem de se debruçar sobre alguns de nossos desafios estruturais e de longo prazo. Tenho insistido na idéia de que precisamos nos libertar do conjuntural. A Universidade Pública, sem deixar de enfrentar suas carências emergenciais, demanda uma reflexão mais demorada por parte da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, sobre o papel que desempenha para o desenvolvimento do país, como instituição produtora de riqueza material e de valores. A plenária da Andifes cuidou deste grande tema, sem, evidentemente, esgotá-lo – e o assunto deverá ser aprofundado em nossos próximos encontros.

Em um país como o nosso, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, a Universidade Pública tem sido chamada a desempenhar os mais diferentes papéis. Somos agora convocados a nos engajar de maneira mais sistemática em programas de combate à fome, ao analfabetismo e a outras formas de exclusão social. Por sua história e por seus compromissos, a Universidade Pública apoia sem hesitação tais programas, isto não somente porque conta entre seus quadros com especialistas, mas, sobretudo, porque o combate à exclusão solicita o testemunho da responsabilidade social de cada um dos membros da comunidade universitária. Não podemos nos esquecer, entretanto, que a Universidade Pública brasileira encontra no exercício de sua missão específica, a formação de cidadãos e profissionais qualificados, sua melhor expressão como mecanismo de inclusão e integração. Por isso mesmo, para contribuir de maneira mais efetiva nesta direção, estamos desafiados a formar um número muito maior de brasileiros. Precisamos, portanto, rever os programas de nossos cursos, tanto do ponto de vista da oferta de horários e disciplinas quanto do projeto acadêmico, bem como do apoio a programas de assistência estudantil, buscando assim equacionar os problemas relacionadas à evasão e à permanência. Faz-se urgente, igualmente, a construção de uma nova política no que se refere ao aumento da oferta de vagas. A Universidade Pública, referência de qualidade para o conjunto do sistema de ensino superior, precisa voltar a liderar sua expansão. Ao formar um número maior de jovens brasileiros, através do ensino público universitário, o país daria um passo gigantesco no sentido da inclusão social.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil  
CEP 90.046-900  
Fone: +55 51 3316-7000  
Fax: +55 51 3316-3176  
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>  
e-mail reitoria: [reitoria@vortex.ufrgs.br](mailto:reitoria@vortex.ufrgs.br)

## ADMINISTRAÇÃO

**Reitora**  
Wrana Maria Panizzi  
**Vice-reitor**  
José Carlos Ferraz Hennemann  
**Pró-reitor de Ensino**  
José Carlos Ferraz Hennemann  
**Pró-reitor Adjunto de Graduação**  
Norberto Hoppen  
**Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação**  
Jucélia Grazia  
**Pró-reitor de Pesquisa**  
Carlos Alexandre Netto  
**Pró-reitor de Extensão**  
Fernando Setembrino Cruz Meirelles  
**Pró-reitora de Planejamento e Administração**  
Maria Alice Lahorgue  
**Pró-reitor de Infra-estrutura**  
Hélio Henkin  
**Pró-reitor de Recursos Humanos**  
Dimitrios Samios  
**Secretária de Desenvolvimento Tecnológico**  
Maria Alice Lahorgue  
**Secretário do Patrimônio Histórico**  
Christoph Bernasiuk  
**Secretaria de Assuntos Estudantis**  
Angelo Ronaldo Pereira da Silva  
**Procurador-geral**  
Armando Pitrez

Jornal da  
Universidade

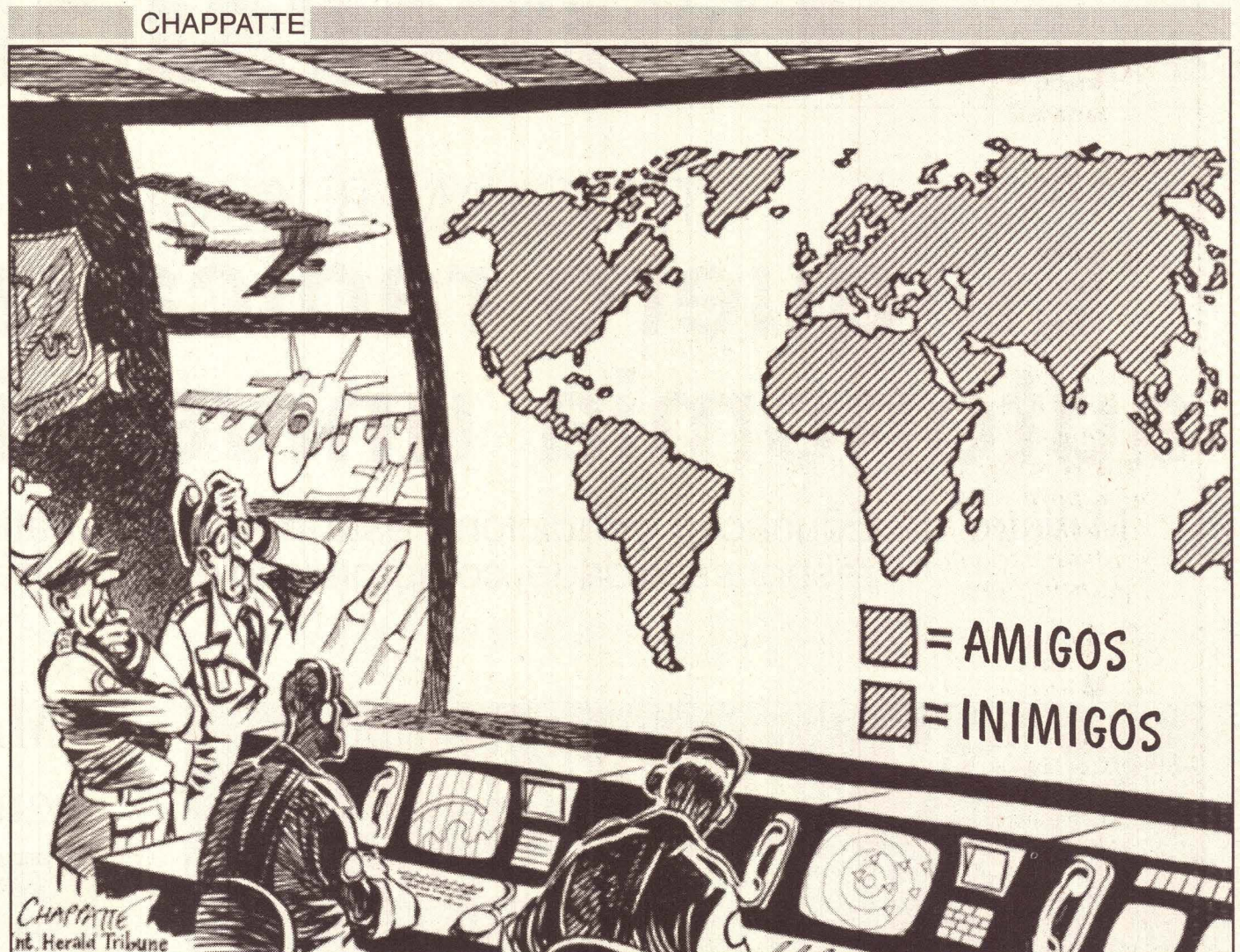
Publicação da Coordenadoria  
de Comunicação Social da UFRGS

**Conselho Editorial** - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber  
**REDAÇÃO**

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar  
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176  
e-mail: [jornal@vortex.ufrgs.br](mailto:jornal@vortex.ufrgs.br)  
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

**Editor-chefe** - Clóvis Ott**Editora executiva** - Ida Stigger**Editores assistentes** - Ademar Vargas de Freitas e Juarez Fonseca**Redação** - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten e Jacira Silveira**Projeto gráfico e editoração eletrônica**  
Anibal Bendati**Homepage** - Marcelo da Silveira**Fotografia** - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim**Colaboraram nesta edição** - Eliana Raffaelli, Hélgio Trindade, Jorge Brovetto, José Antônio Silva, Marco Ribeiro, Nora Roxo**Circulação** - Luiz Ricardo de Andrade  
cadinho@ufrgs.br**Apoio** - Rita Silveira e Rosâne Vieira  
**Serv. gerais** - Antônio Carlos dos Santos**Fotolitos e impressão** - Companhia  
Riograndense de Artes Gráficas

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil



## O desafio do novo Conselho presidencial

HÉLGIO TRINDADE

Professor-titular de Ciência Política e ex-Reitor da UFRGS. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instalado recentemente pelo Presidente da República, já provocou inúmeras controvérsias. Tendo participado de uma assembléia plenária e da reunião dos grupos temáticos em que se divide o CDES não observei nenhuma ameaça que pudesse inviabilizá-lo. Ao contrário, a posição dos conselheiros, posicionados como cidadãos e não como representantes das instituições de onde são originários, tem gerado um clima de diálogo social positivo. Embora a defesa de interesses contraditórios seja legítima numa democracia, sua composição diversificada, a falta de tradição de diálogo e de negociação poderiam minar o seu funcionamento. Embora sendo uma experiência novíssima no Brasil não se pode, *a priori*, assegurar o seu sucesso, nem excluir alguns riscos que somente o seu funcionamento poderão comprovar. A UFRGS foi chamada a colaborar, através de convênio a ser firmado com a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Seria útil na fase atual discutir os conceitos que estão subjacentes à sua construção político-institucional, a partir de outras experiências do gênero. Conselhos econômicos e sociais fazem parte de uma tradição antiga. Hoje eles existem em contextos regionais, nacionais e internacionais muito diferentes. Primeiro deles foi o *Conselho Econômico Social*, instituído pelas Nações Unidas, para servir de "instância principal para o exame das questões econômico-sociais internacionais que tenham um caráter mundial ou interdisciplinar e à elaboração de recomendações práticas para os Estados-membros". Formado por 54 representantes dos Estados eleitos pela Assembléia Geral, com um mandato de três anos, sua unidade de base são países e não cidadãos. Embora o âmbito de sua atuação seja internacional, o conceito subjacente é semelhante a outras experiências posteriores.

Da mesma forma, a União Européia criou, mais tarde, um organismo do mesmo tipo: o *Comitê econômico social europeu*. Instituído como um "fórum para assegurar a representação de diferentes organizações dos setores socio-econômicos" dos Estados-membros, o Comitê "é uma assembléia consultiva integrada no sistema institucional da União Européia", constituindo-se numa "ponte entre a Europa e a sociedade civil". Com uma representação de 222 conselheiros, oriundos de organizações patronais e sindicais, de profissionais liberais, consumidores e organizações não-governamentais, atualmente é presidido por um sindicalista francês, Roger Briesch, que coordenou o grupo dos assalariados do mesmo organismo.

Esse modelo de Conselho já fora internalizado por alguns países. Um dos Conselhos mais antigos é o da França. Suas origens remontam ao pensamento socialista utópico do século XIX, inspirando-se em Saint-Simon e Proudhon. Sua institucionalização começa após a Primeira Guerra Mundial, expande-se durante o governo de esquerda da Frente Popular (1936-1939) e foi extinto pelo governo de Vichy que colaborou com a Alemanha durante a ocupação nazista. Retornou na Constituição de 1947 com *status* de terceira assembléia nacional. A ascensão de De Gaulle ao poder, em 1958 reforçou sua competência, aproximando-o do poder executivo, numa conjuntura de crise institucional e de busca de saídas para a pior crise da democracia francesa, cujo ápice fora a desagregação política, econômica e social provocada pela guerra da Argélia.

O Conselho francês é constituído por 231 membros, eleitos pelas organizações da área, com um mandato de cinco anos, dos quais 163 são designados pelas categorias sócio-profissionais e 68 nomeados pelo governo. Sua composição tem um perfil equilibrado: 69 representantes dos assalariados; 72 de empresas privadas e públicas, industriais, comerciais, financeiras e agrícolas, 17 de organizações sociais e 40 "personalidades dos campos econômico, social, científico ou cultural." O Conselho francês é uma "assembléia consultiva que favorece a cooperação entre as diferentes categorias sócio-profissionais e assegura sua participação na política econômica social do governo". Por sua própria competência, o Conselho opina prévia e obrigatoriamente sobre projetos de lei, planos ou reformas de caráter econômico (exceto leis financeiras), propostas pelo governo e tem a iniciativa de propor reformas no âmbito de suas atribuições. Esse modelo de Conselho foi depois adotado inclusive por regiões (Lorena e

Córsega) ou áreas metropolitanas.

Trata-se, pois, de uma instituição consolidada através de várias experiências e não tem representado, nas experiências nacionais da Europa central ou do leste, nenhuma ameaça aos Paramentos, nem foi acusada de qualquer interferência em suas autonomias decisórias. Ao contrário, estão contribuindo de forma institucionalizada à discussão de reformas que, por sua natureza complexa e por seus efeitos econômicos sociais, necessitam de um diálogo social que permita uma concertação política prévia.

Por coincidência, no início de fevereiro deste ano, o Primeiro Ministro francês, Jean-Pierre Raffarin de um governo liberal-conservador, compareceu perante o Conselho Econômico Social para apresentar o projeto governamental de "reforma das aposentadorias". Seu objetivo era iniciar o debate no fórum competente para "indicar as etapas do diálogo social e assim preparar o método e o calendário que levarão à decisão". Definida pelo Chefe do governo como uma reforma "indispensável" e como "um teste para nosso diálogo social, para nossa democracia e para o país em seu conjunto", destina-se "a salvar o sistema de repartição dos benefícios". Ouvidos os parceiros sociais do Conselho, a reforma será concluída "diante do Parlamento até agosto de 2003".

Coincidências à parte, fica clara a distinção entre as experiências referidas, conceitualmente do mesmo tipo, com as funções do novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. No caso brasileiro, há que se estabelecer algumas distinções importantes. O Conselho instalado por Lula é uma variação dos modelos anteriores. Foi instituído, juntamente com o Conselho do Governo e outros conselhos, como órgão de "assessoramento imediato ao Presidente da República", para a "formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social" e para "apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais" que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas "a articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados". (MP No.103, de 11/2003).

O novo Conselho não tem, pois, o papel de uma terceira assembléia como na França e seu papel consultivo se reporta diretamente ao Presidente da República para o qual serão enviados os acordos, indicações ou propostas políticas, incluindo a posição majoritária e minoritária do coletivo.

Uma outra diferença: Como órgão de assessoramento do Chefe do Poder Executivo, seus membros são escolhidos e empossados pelo Presidente da República, com um mandato de 2 anos, permitida uma recondução. A participação no Conselho, é "considerada serviço público de natureza relevante e não remunerada". Na participação de membros da sociedade civil, estes não são designados pelas categorias: os 82 conselheiros são escolhidos pelo Presidente da República "por sua liderança e representatividade" tendo como critério orientador o fato de que estes tenham "função dirigente em organizações sindicais, movimentos sociais ou organismo não governamentais, de produtores, profissionais, trabalhadores, consumidores e outros setores da sociedade civil."

A engenharia política no novo Conselho, embora tributária de um conceito de participação social com sólidas raízes institucionais nos campos internacional, nacional e regional, está dentro da lógica política da negociação. A legitimidade presidencial associada a sua biografia sindical está produzindo uma nova dinâmica decisória com relação ao presidencialismo imperial de Collor a FHC. Hoje, seguindo a mesma Constituição, o Presidente Lula está inaugurando um nova forma de tornar o presidencialismo latino-americano diferente de seu padrão original.

O novo CDES, ainda é muito recente para que se faça dele uma avaliação definitiva. Pode-se, desde logo, afirmar que representa uma instância inovadora na negociação entre parceiros sociais para oxigenar o processo tradicional de decisão do Poder Executivo, apoiada exclusivamente na burocracia estatal, na deliberação ministerial e na negociação política com o Congresso. O arcabouço legal do regime presidencial, com o Conselho inaugurado por Lula, abre-se para a sociedade no seu núcleo de poder. A nova legitimidade presidencial aponta na direção de uma democracia mais participativa e cidadã. Esta é a responsabilidade do Conselho, diante dos enormes desafios do presente e da construção de um novo projeto de país para o futuro.



ATUALIDADE

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

“Estamos diante de uma mudança da civilização”

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS  
Jornalista

*O homem que promoveu a realização do Fórum Social Mundial diz que o mais importante foi reunir quem antes não se reunia e criar uma agenda própria para os que lutam por um outro mundo possível. Cândido Grzybowski acha avassalador o cinismo, o fim dos valores, o yupismo, “essa coisa de ganhar dinheiro a qualquer custo”. Mas vê sinais de que a humanidade está vivendo uma nova etapa. Aqui ele analisa a evolução do Fórum, critica a atuação da mídia, elogia a juventude participativa e avisa: “Ainda há muita luta pela frente”.*

No ano 2000, quando o empresário Oded Grajew e o professor Chico Withaker discutiam a ideia de criar um fórum internacional que se opusesse ao Fórum Econômico de Davos, não esperavam colocá-la em prática senão dois ou três anos depois. Quem deu o grito de avançar foi Cândido Grzybowski, diretor-geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), ONG criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, irmão do Henfil, e com amplo relacionamento internacional.

“A ideia é genial”, disse Grzybowski, “vamos colocá-la em prática já.” Em janeiro de 2001, com a ajuda do Ibase, o Fórum Social Mundial reuniu 12 mil pessoas de todo o mundo em Porto Alegre. No ano seguinte o número de participantes subiu para 55 mil. E este ano compareceram mais de 100 mil pessoas.

Embora tenha saído do Rio Grande do Sul há muitos anos, o motor do Fórum Social Mundial não perdeu o sotaque gaúcho, nem a pronúncia clara e arrastada, típica de sua região de origem, no norte do Estado. Em seu gabinete, no nono andar de um prédio da Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, esse ex-professor universitário de 58 anos, conserva também os aparatos do chimarrão, junto com uma garrafa térmica com café e uma caneca de louça com o símbolo do Fórum. Foi na sede do Ibase, decorada com cartazes que apontam para um caminho de justiça e solidariedade, que Cândido Grzybowski deu esta entrevista ao Jornal da Universidade.

**Jornal da Universidade – Quem teve a ideia de criar o Fórum?**

**Cândido Grzybowski** – Quem teve a ideia mesmo foi o empresário Oded Grajew, que imediatamente a comunicou a Chico Withaker. Mas foi Bernard Cassens, diretor do jornal francês Le Monde Diplomatique e da ONG Attac, que deu a sugestão de realizar esse encontro no Brasil. Se eu tive um papel nisso tudo, foi o de tornar essa ideia real: dei o melhor de mim e do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) para viabilizar o Fórum. Quando convidaram o Ibase, uma das ONGs brasileiras mais conhecidas na Europa e nos Estados Unidos, insisti para que convidassem também a Abong, que é o coletivo das ONGs brasileiras, depois entrou o MST e a CUT. O Attac já estava desde o início.

**JU – Qual foi o ponto mais importante do Fórum?**

**CG** – O mais genial foi o fato de ter sido pensado como um encontro destinado a criar nossa própria agenda, construir nosso campo, em termos de imaginário, ideias e proposta, em vez de sermos dominados pela agenda dos outros. Com o apelo de “um outro mundo é possível”, começamos a ver claro que isso era viável, desde que se conseguisse juntar os que não se juntavam.

**POR CAUSA DO OP**

*“Porto Alegre foi escolhida para sediar o FSM devido também a sua experiência de participação popular, com o Orçamento Participativo, que agora está se disseminando pelo mundo inteiro.”*

**JU – Como se atuava antes?**

**CG** – Antes, a gente reagia a eventos oficiais, de maneira temática e segmentada: dívida externa, comércio, direitos humanos, meio ambiente, feminismo. Não havia muito espaço para encontros, os militantes desses setores só se encontravam excepcionalmente. Então, vimos que o Fórum poderia ser a oportunidade de promover um encontro dessas correntes.

**JU – Qual foi o passo seguinte?**

**CG** – A experiência que tínhamos era de organizar eventos que pagavam as passagens dos participantes, mas não tínhamos dinheiro para isso. Ai, o Oded Grajew perguntou: “Por que cada um não paga a sua passagem?”. Então, no I FSM só se pagou passagem para alguns convidados dos painéis iniciais, o restante veio por conta própria, e assim é até hoje. O Fórum é financiado pelos participantes.

**JU – Como os neoliberais vêm reagindo ao FSM?**

**CG** – Eles nos criticam de várias maneiras: dizem que não temos propostas, que não aceitamos contradições. Mas eu pergunto: já não é uma grande proposta isso de inverter a agenda do debate mundial? Claro que, de um evento como esse, não se pode esperar soluções do tipo faz-isso-faz-aquilo. Depende das circunstâncias, do país, das possibilidades, da situação. De qualquer maneira, acho que estamos diante de uma mudança de civilização. Um indicativo disso é que, pela primeira vez, morre gente no mundo não por escassez de alimentos, mas porque não sabemos gerir a abundância. Hoje talvez falte comida na África, mas em outras partes do mundo está sobrando. Então, o problema não é nem natural, nem técnico, nem econômico, é estritamente de poder, de relação social. E o Fórum está resgatando essa perspectiva.

**JU – E a mídia, como reagiu?**

**CG** – A mídia brasileira até hoje é dúbia em relação ao FSM, mas a internacional mudou de atitude do primeiro para o segundo, deu muito mais destaque ao Fórum de Porto Alegre do que ao Fórum de Davos, que aconteceu em Nova York. Inclusive os jornais conservadores. Tomo como parâmetro Le Figaro, de Paris, que nos colocou na primeira página, deixando Davos na terceira. Também fomos notícia no New York Times. No Brasil houve barganha miúda. No II FSM, O Globo passou a publicar caderno especial. A Folha de S. Paulo é essa coisa esquisita, dúbia, muito ligada a FHC, o que fica evidente na atitude que toma agora contra Lula. Já o Estadão, que é um jornal conservador, foi mais honesto, deu destaque em certas coisas, e durante o III FSM lançou diariamente um caderno especial. Mesmo os jornais, rádios e TVs do Rio Grande do Sul, que tinham problema com o governo, tiveram que se render aos fatos.

**JU – Por que Porto Alegre foi escolhida para sediar o FSM?**

**CG** – Primeiro, por um motivo político: a experiência da participação popular, com o Orçamento Participativo, que agora está se disseminando pelo mundo inteiro. Outro motivo, também político, só que de outra ordem, é que precisávamos de um certo apoio, mas sem perder a autonomia. Nada fácil quando se tem políticos diante de um palco como esse.

**JU – Havia possibilidade de realizar o I FSM em outra cidade?**

**CG** – Sim, havia a possibilidade de realizar o Fórum no Rio de Janeiro,



FOTO AVF

*“A sensação de estar fazendo história deu dinâmica ao FSM.”*

mas certamente o governador Anthony Garotinho iria faturar sobre a gente. Em Minas Gerais, o governador Itamar Franco, em briga com o presidente FHC, estava disposto a financiar tudo, mas isso também não nos convinha. Concluímos que era mais confiável negociar com o pessoal do Rio Grande do Sul, na época, Raul Pont na prefeitura de Porto Alegre e Olívio Dutra no governo do Estado. Eles nos deram bastante apoio, e nós conseguimos manter nossa programação e nossa linha. Mas foi um compromisso no fio da navalha.

**JU – Foi difícil organizar um encontro com tanta gente?**

**CG** – Lembro que pouco antes do Natal de 2000, na reunião final, na Abong, em São Paulo, onde a secretaria funcionou desde o início, havia 800 inscritos. Ai pensamos: para realizar o FSM, não podemos ter um governo contrário ao nosso propósito e precisamos de espaço para abrigar pelo menos três mil pessoas. Então, fomos a Porto Alegre e visitamos o Centro de Eventos da PUC. Bah, excelente para três mil pessoas. Só que vieram umas 12 mil. Não esperávamos tanta gente, pois a mobilização foi feita apenas entre dezembro e o final de janeiro. Claro que influiu o fato de estarmos nos reunindo após os protestos contra a OMC em Seattle. Além disso, havia um clima de otimismo no mundo, indicando que era possível barrar a globalização.

**JU – Como se desenvolveu esse primeiro encontro?**

**CG** – Foi uma reunião barulhenta, com um mínimo de organização. Na verdade, foi um encontro muito alegre, as pessoas se sentiam bem. Quando a televisão veio me entrevistar e insinuou que era só barulho, eu fiz uma comparação: “Bom, a democracia surgiu em praça pública, e isso aqui é uma praça. Pelo menos não estamos dormindo na sala, como acontece, neste momento, em Davos”. Na minha frente, um aparelho de televisão mostrava que era isso que estava acontecendo com os participantes da reunião organizada na Suíça pelos neoliberais, enquanto nós, em Porto Alegre, estávamos nos entendendo muito bem.

**JU – Apesar da diversidade?**

**CG** – Pois, não é interessante que a maior parte do público que participou do Fórum seja formada por pessoas maduras ou por gente bem jovem? O que mais se viu foram pessoas de 50 anos pra cima ou de 30 anos pra baixo. Tem uma geração aí no meio que foi conquistada por essa ideia do neoliberalismo, uma geração perdida. Nós, os mais velhos, somos daqueles hippies dos anos 60, que fizeram revolução e acreditaram em Che Guevara.

**JU – As pessoas tinham consciência do momento que viviam?**

**CG** – Acho que a sensação de estar fazendo história deu uma dinâmica ao Fórum. Era uma novidade, no sentido pleno da palavra. Nós não sabíamos ainda, mas hoje afirmo com todas as letras que estamos inventando um novo modo de atuação, que é fazer feminista conversar com ambientalista e com sindicalista. Porque todos estavam meio perdidos, todos tinham razão, mas estavam se sentindo poucos neste mundo.

**JU – Que sensação ficou do I FSM?**

**CG** – Bem, há empresas poderosíssimas que são maiores do que

muitos países. A General Motors, por exemplo, tem um produto interno bruto maior que o da Suécia (e estou falando de um país rico). E tem essa coisa de redução do Estado, a arrogância, a mídia... O Fórum Econômico de Davos juntava o poder da mídia com o pensamento dos estrategistas com cabeça de *Chicago boy*, que só pensam em mercado e cifrão, enquanto nós do Terceiro Mundo estávamos arrasados. Então, descobrimos que temos uma enorme riqueza nas sociedades e uma incrível capacidade de resistência. Porque a gente estava lá só com um apelo e, no entanto, conseguia ver que tinha muito a se falar, muito a se dizer, muito a inventar.

**JU – Que diferença observa entre o primeiro e o II FSM?**

**CG** – A novidade do II FSM foi a decisão de manter eventos centralizados e tentar mundializar os encontros com a criação de fóruns regionais temáticos, o que funcionou muito bem. Além disso, o II FSM foi um estouro de gente, entre 50 mil e 60 mil pessoas. Era gente demais, a PUC se tornou pequena, Porto Alegre se tornou pequena, mas conseguimos fazer o Fórum. Só que para o III FSM vieram 100 mil pessoas ou mais.

**JU – O FSM vai continuar a crescer em participantes?**

**CG** – Já cresceu tanto que se tornou um problema ao inverso, mas não temos como limitar a participação. A discussão agora é como descarregar a mobilização para fóruns locais, regionais e temáticos, e tentar fazer da promoção central um evento mais de visibilização daquilo que produzimos, como propostas, visões e estratégias. Mas, vamos sofrer muito ainda, porque tem terroristas de um lado e figuras como George W. Bush de outro. Vamos ter que conviver com esse mal por muito tempo, devido ao estrago feito pela globalização econômico-financeira.

**COISA DE VELHO**

*“Quando o I FSM tinha apenas começado, FHC tentou marcar posição, baixou o cacete, dizendo que era coisa de esquerdista doido, coisa de velho que não sabe o que fazer na vida.”*

**JU – Como foi o relacionamento com o governo Rigotto?**

**CG** – Com o novo governo, o apoio logístico e financeiro foi bem menor, e isso nos criou problemas. Tivemos que fazer um esforço adicional de captação, porque o Fórum cresceu, e já não tínhamos a cumplicidade da administração estadual. Tínhamos o apoio do governo municipal, mas não é a mesma coisa. A novidade foi uma certa presença do governo federal, com a posse de Lula. Foi uma mudança significativa, porque FHC nos combatia.

**JU – De que forma?**

**CG** – No primeiro Fórum, FHC estava no Timor Leste. De volta ao Brasil, parou na África do Sul, quando o Fórum tinha apenas começado, e baixou o cacete na gente, dizendo que o Fórum era coisa de esquerdista doido, coisa de velho que não sabe o que fazer na vida. Nem deixou o Fórum acontecer e já estava criticando. E criou todo aquele zue com relação ao José Bové, que junto com os sem-terra foi ao interior arrancar soja transgênica, sem ter nada a ver com o Fórum. FHC queria expulsar o Bové, marcar posição. Tentou pressionar, através do Ministério da Justiça, justamente para nos atingir. No II FSM ele foi mais suave, digamos assim, mas nada cúmplice, apostando que não desse certo.

**JU – E a questão da violência no Parque da Harmonia?**

**CG** – Dissemos à comissão de transição que os dois fóruns anteriores tinham transcorrido sem incidentes – até porque a população de Porto Alegre nos recebeu muito bem, o que facilita as coisas – e que esperávamos que o governo assumisse a questão da segurança. Para nós seria uma grande coisa se fosse mantido o clima dos fóruns anteriores, com um policiamento camarada. Com tantos jovens reunidos no Acampamento Intercontinental da Juventude, no Parque da Harmonia, pode-se esperar que não fumem maconha? Claro que não.

**JU – Que tratamento dar a isso?**

**CG** – Bom, ou se deixa passar – evitando excessos, porque não é o momento – ou se reprime. Nos últimos dias, duas moças resolveram tomar banho nuas no chuveiro ao ar livre e foram reprimidas pelos policiais, o que gerou protesto: 50 jovens, num gesto típico da juventude, resolveram tirar a roupa e foram agredidos com violência. Isso demonstra o despreparo da Brigada Militar.

**JU – Como vai ser o próximo Fórum, na Índia?**

**CG** – Não sei se é uma boa essa movida para a Índia: podemos mobilizar a Ásia sem necessariamente deslocar o epicentro do Fórum. Aliás, nem sei se vai acontecer a realização do Fórum na Índia, pela complicação que isso pode trazer. O fato é que temos garantida a continuidade em Porto Alegre em 2005.

“Está surgindo um novo movimento da juventude”

**VÊM AÍ OS NOVOS HIPPIES**

“Hoje uma nova geração está indo para o Fórum Social Mundial, e isso é promissor, mesmo que os jovens não participem dos debates por nos acharem muito velhos. O fato é que aderem à ideia, e isso é o que importa. Estão lá, estão acreditando. Sinto que está se instigando o surgimento de um novo movimento da juventude. Isso pode mexer com tudo, e o Fórum está sendo um espaço para eles. Os hippies representaram a ação da juventude pela ruptura de barreiras institucionais muito próximas: a organização da família, do casamento, da escola. A juventude atual tem atitudes mais universais, como a luta pelo respeito às diferenças. A seu modo, eles são mais internacionalistas, já nascem assim. A meu ver, essa nova geração é constituída pelos verdadeiros herdeiros de uma tradição universalista. Estou contente porque meu neto, que ainda é um bebê, vai pegar uma outra era.”

**UMA HISTÓRIA PARTICULAR**

“O povo brasileiro está construindo uma história particular. Não há país no Terceiro Mundo que faça esse encontro entre nação e povo como a gente faz. Temos um tecido social novo, a sociedade civil aqui é nova, a democracia é nova e estamos produzindo muita coisa nova. Não é por nada que produzimos Lula. Não é por nada que o apelo vem daqui. Que outro país poderia ter feito isso? A África do Sul? Talvez. A Índia certamente não, por ser uma cultura muito antiga. Nos países europeus, a capacidade de apelo é muito pequena, são sociedades desencontradas, fragmentadas. Têm grande capacidade de se manifestar na rua, mas isso não se transforma em institucionalidade. A situação aqui é delicada também, mas podemos enfrentar desafios. Hoje, temos um papel no mundo que não tínhamos alguns anos atrás. Estamos sendo vistos mais do que admitimos. Nós, brasileiros, temos possibilidade de renovar o pensamento social mundial e de ser uma referência de novas ideias.”

**PORTO ALEGRE NO MAPA**

“O Fórum Social Mundial colocou Porto Alegre definitivamente no mapa do mundo. Porto Alegre, que até poucos anos atrás era uma cidade bastante provinciana, virou de um dia para outro uma referência planetária. E acho que vai ser uma marca deste século, porque o I FSM aconteceu no primeiro ano do novo século, do novo milênio e da nova era, a Era de Aquário. Acho que isso vai ficar registrado na história. Quando meu neto começar a pensar, vai encontrar o registro desses feitos. E Porto Alegre vai ficar associada à ideia de que, querendo, se fazem outros caminhos. Essa talvez seja a lição mais importante que tiro desse processo.”

**SOCIEDADE PLANETÁRIA**

“O nome vem do inglês, *network*, e está ligado ao início da Internet, que é uma rede de comunicação horizontal, não tem pólo, só tem nós de encontro. É simbólica esta ideia de rede: na verdade é proteção e força, pois o fio é frágil e o nó é pequeno, mas o conjunto pode capturar uma baleia. Então, quando é uma rede internacional, você atua aqui mas se sente parte de uma entidade que atravessa fronteiras. É interessante que quem entra em rede começa a perceber melhor o conceito de sociedade civil planetária, cidadania planetária, ideias precursoras do Fórum Social Mundial, ideias de não limitar a cidadania a um território. Ou existem direitos para todos os seres humanos ou o que é direito vira privilégio.”

**OLHA A ONDA**

“As redes foram estratégicas na realização do Fórum Social Mundial. Em 2000, se fazia uma avaliação da Conferência do Movimento Social da ONU, realizado cinco anos antes em Copenhagen. Em agosto, durante a maior reunião de ONGs do ano, em Genebra, com representantes de cerca de mil entidades, aproveitei para fazer a convocatória do Fórum. Além desses contatos, eu estava na coordenação de uma rede chamada Alce (América Latina, Caribe e Europa), constituída num esforço para criar uma agenda de sociedades civis alternativas. E durante uma reunião, em Paris, apresentei a ideia do Fórum. O pessoal se entusiasmou e eu aproveitei para dizer: então vamos criar uma onda. Afora isso, só usamos a Internet, porque não tínhamos dinheiro para publicar nada. Foi assim que se montou o I FSM. Boca a boca e Internet.”

**DAVOS BAIXA A CRISTA**

“Em termos ideológicos, o neoliberalismo não consegue mais se apresentar daquela forma arrogante, como quem diz: não existe uma alternativa. Em termos de política efetiva, é complicado. Em termos de discurso, de defesa intransigente, está todo o mundo no maior recuo. Usando as expressões inglesas *in e out*, hoje é *in* falar em direitos humanos, justiça, solidariedade, globalização solidária. Durante a entrevista coletiva, na conclusão do III Fórum, eu disse que, indiscutivelmente, temos uma enorme vitória moral e ética: nós nascemos anti-Davos, mas hoje é Davos que tem que ser anti-Porto Alegre. Isso é curioso, porque eles levaram trinta e tantos anos para serem conhecidos; e nós, em três anos, já estamos ditando agenda. Agora eles se obrigam a ouvir Lula, se obrigam a discutir transparência, responsabilidades. Antes, eles só discutiam como ganhar mais dinheiro, agora já estão discutindo temas que não estavam na agenda.”



# Discursos sobre uma utopia ... possível



● ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPP  
Jornalista

**A presença e o pronunciamento do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, no final de janeiro, e seu discurso, dias antes, a cerca de 70 mil pessoas, na abertura do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, mostram que a esquerda está assumindo com realismo o desafio de ser governo no País.**

Lula foi o primeiro chefe de Estado a ser convidado ao mesmo tempo para o Fórum Econômico Mundial, em Davos, em sua 33ª edição, e para o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. A participação nos dois fóruns – antagônicos e simultâneos – fez de Lula uma espécie de interlocutor dos países emergentes, credenciando-o para um papel de liderança internacional, apoiada no projeto político que representa, na legitimidade obtida nas urnas e na sua trajetória pessoal.

Em Porto Alegre, Lula falou para um público tradicional de esquerda, fortemente identificado com as questões sociais. Foi esse público que carregou as bandeiras da esquerda nas eleições anteriores a 2002, tais como a denúncia dos organismos de financiamento internacionais, observa o professor André Marengo dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Diferentemente, a campanha de 2002 foi marcada por outra bandeira: a do pacto social. Na abertura do Fórum Social Mundial, coerentemente, Lula buscou persuadir esse público sobre o imperativo de uma interlocução social mais ampla, também em nível internacional. Em Davos, logo a seguir, o presidente foi porta-voz da necessidade de que o processo de globalização incorpore uma agenda social.

A ponte que Lula construiu entre os dois fóruns foi considerada positiva pelo professor. “Davos foi, pelo menos até agora, a expressão intelectual de um quase fundamentalismo liberal, onde se afirmava a supremacia do mercado e sua capacidade de resolver tudo, inclusive de fazer uma alocação eficiente de recursos sociais, onde se defendia o Estado mínimo. Isso mostrou-se ineficaz. Por outro lado, Porto Alegre é uma grande federação de movimentos sociais, de ONGs, enfim da sociedade civil internacional, o que em si só já é um experimento altamente positivo. Pela própria brevidade da experiência, é compreensível que nesses primeiros fóruns, de construção do movimento, prevaleça a reafirmação de identidade, ou seja do estabelecimento de uma distância em relação à outras forças políticas”.

Nos pronunciamentos em Davos e Porto Alegre, ressalta o professor, é perceptível o estabelecimento de uma distância entre o Governo Lula e o Fórum Social Mundial. Enquanto Lula representa a esquerda, agora com a responsabilidade de governar, de oferecer soluções práticas, o Fórum Social Mundial é o palco da esquerda mundial, querendo sair de um cenário em que é impotente. Esse mesmo limite verifica-se também entre o Partido dos Trabalhadores no Brasil e o resto da esquerda no mundo, complementa.

André Marengo dos Santos acredita que o Fórum Social Mundial avançará, nas próximas edições, na capacidade de interlocução. “Assim como o PT, para ganhar na campanha de 2002, avançou no sentido de sinalizar a sua capacidade de governo, o Fórum Social Mundial, a esquerda internacional, tem que avançar. É a tensão que ela vai ter que sofrer para essa perspectiva, a de dar respostas capazes de serem implementadas, capazes de responder ao desafio de ser governo”.

O professor destaca que o desafio de ser governo é algo quase limitado à esquerda brasileira. “A esquerda no resto do mundo, os movimentos sociais não são governo e estão na grande maioria dos casos muito distantes de serem governo. Então elas podem ter, como o PT pôde ter, uma década atrás, antes de ser governo, um discurso mais doutrinário, mais maximalista”.

No entanto, ele considera que o FSM terá de encaminhar proposições para um *outro mundo realmente possível*, como na frase de uma faixa estendida num dos estandes do fórum de Porto Ale-

gre. “Acho que essa é a grande inflexão que a experiência do fórum vai ter que fazer nos próximos anos. Ou seja: não só dizer que um outro mundo é possível, o que é importante, no sentido de limitar aquela agenda liberal, mas de preocupar-se com o outro mundo *realmente* possível, a utopia possível, aquele que não é apenas um sonho, mas que se pode oferecer como alternativa. O desafio é construir um consenso em torno de uma agenda mais social, como no Brasil o governo Lula tenta fazer, através do pacto social”, afirma o professor de Ciência Política. “A grande questão é: como combinar a economia de mercado com políticas sociais, com planejamento social. Este é, de certa maneira, o desafio que a esquerda brasileira terá de enfrentar agora”.

## CONSERVADOR

Por outro lado, segundo o professor Fernando Ferrari Filho, do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS, a presença de Lula no Fórum Econômico Mundial, na Suíça, teve conotações de cunho pragmático: marcar a posição do Brasil na América Latina e diante dos Estados Unidos, em relação aos planos de integração, como a Alca, e mostrar que o Governo pode articular uma mudança de natureza econômica e de natureza social, sem rupturas ou traumas.

Nesse particular, Ferrari considerou conservador o discurso de Lula em Davos. “Foi um discurso essencialmente conservador para o fórum, que é conservador. Ou seja, Lula, em última instância, foi a Davos para passar credibilidade aos financistas internacionais sobre a gestão econômica do PT, no que diz respeito ao ingresso de capital e às reformas substanciais”. Isso se justifica, afirma Ferrari, porque a economia brasileira é uma economia emergente, que necessita de ingresso de capitais.

No entanto, para Ferrari, embora os discursos de Davos e Porto Alegre tenham sido aparentemente semelhantes, na defesa das causas sociais, há uma contradição na prática interna. A incompatibilidade está na continuidade da política econômica conservadora do novo governo. “Sem liberação de recursos, sem políticas públicas, sem políticas monetárias mais baixas não se consegue resgatar o social”, afirma.

“Acho que a presença em Davos buscou fazer com que o mercado internacional, que estava cético, visse com bons olhos os primeiros passos, os acordos com o FMI sendo respeitados, as microrreformas sendo sinalizadas. Mostrar que o governo pode diminuir a concentração de renda e a miséria, sem mudar a política econômica”, diz Ferrari. Ele revela-se pouco animado com esses rumos. “Eu acho pouco provável que isso aconteça. Só se resgata o social, só se avança nas questões sociais com alteração da política econômica”.

O conservadorismo econômico poderia ser admitido se fosse estabelecida sua temporariedade, argumenta Ferrari. “Ou seja: considerando que o orçamento fiscal para 2003 foi votado em 2002; a situação internacional de iminência de guerra; o desaquecimento da economia norte-americana, por tudo isso não haveria o grau de liberdade necessária para fazer a política econômica desejada. No entanto, em momento nenhum isso é deixado claro”.

A proposta de Lula para a discussão de uma nova agenda de desenvolvimento econômico global, em seu discurso no Fórum Econômico de Davos foi considerada importante pelo professor Ferrari. “Atualmente, há um certo consenso entre os grandes chefes de Estado, os grandes articuladores de políticas econômicas, presidentes de bancos centrais, condutores de ministérios de finanças, e entre acadêmicos, sobre a fragilidade das economias, porque a globalização, a liberação e a desregulamentação dos mercados fizeram com que a natureza do capital financeiro se sobrepusesse à natureza do capital produtivo”.

Para Ferrari, é fundamental repensar em substância a relação entre países emergentes e países desenvolvidos, buscando identificar que problemas agora seriam comuns a todos. Uma discussão a nível global deveria abarcar pontos tais como desemprego, a natureza financeira do capital não produtivo e volatilidade dos capitais. Para se ter uma idéia do que representa a movimentação de capital financeiro internacional, Ferrari lembra que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial anual é de ordem de 50 trilhões de dólares. No entanto, diariamente, nos mercados financeiros, são negociados 3 trilhões de dólares, o que alcança, por

ano cerca de 600 trilhões de dólares. “É um capital fictício, sem lastro, quase mil vezes mais que o PIB mundial. Isso não tem lógica”, conclui.

## LIDERANÇA

Num continente carente de lideranças, o presidente Luís Inácio Lula da Silva credencia-se a um papel de destaque político, assinala a professora Maria Susana Arrocha Soares, do curso de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS. “A novidade de Lula está no seu carisma pessoal, na coerência de uma biografia de cerca de 30 anos dedicada à mesma causa e no rompimento de um paradigma quase consensual das elites: o de que para ser presidente da República, o candidato tinha de ter passado pela universidade, empresa ou outros centros de excelência”, afirma.

Essa idéia de novidade – justifica a professora – de certa maneira explica porque ele foi tão facilmente acolhido em Davos. “Lula é o novo referente que internacionalmente se coloca, sintetizando uma nova utopia que começa a aparecer no horizonte”. No entanto, ela ressalva que é preciso ter cuidado para não transformar o presidente num mito. “Lula é a construção imaginária de um projeto brasileiro e latino-americano e encarna esse projeto. Sozinho jamais chegaria onde chegou, se não houvesse um conjunto de atores sociais visíveis, pequenos, que estão nas periferias, no campo, na mídia. Esse movimento social invisível deu origem a uma nova representação simbólica dessa sociedade. Lula é um herói construído pelos movimentos sociais, que hoje passam internacionalmente outros países”.

Em Davos, Lula assumiu o papel de interlocutor internacional, ao colocar pela primeira vez, nesse tipo de fórum, a questão da pobreza e da fome, reconhece a professora Maria Susana. No entanto, ela enfatiza que, para consolidar seu papel de liderança, Lula terá de ser reconhecido não apenas no discurso, mas em ações que envolvam benefícios concretos, que no caso latino-americano, significam ajuda para o aumento do bem-estar das populações desses países.

Por outro lado, a professora valoriza a decisão de Lula de ir ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, apesar das críticas contrárias de muitos de seus apoiadores. “Lula apostou, de forma calculada, que as perdas que teria, em termos de aliados, seriam menores do que os ganhos que traria para o Brasil. Pensou nesta viagem como um estadista. Colocou o interesse do Brasil acima das críticas que receberia, por entender que o País precisa ter visibilidade internacional. O custo pago internamente é muito menor do que o reconhecimento obtido para o Brasil no exterior”.

Os resultados da atuação de Lula em Davos, segundo a professora Maria Susana, só serão visíveis nos próximos anos, pela competência do País em seguir atuando no âmbito internacional, em outros espaços, como no Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, União Européia, entre outros.

O professor André Marengo dos Santos, da Pós-Graduação em Ciência Política, também acredita no potencial de Lula para um papel de liderança internacional. “Ele é a principal expressão da esquerda no mundo, particularmente de uma confluência entre uma esquerda ainda fortemente identificada a bandeiras de mudança, senão de mudança à economia de mercado, mas pelo menos de crítica a ela. Ao mesmo tempo, dentro de uma tradição democrática e constitucional”.

Ele considera que na América Latina, Lula é a principal figura. “Já tem uma ascendência sobre a Argentina, que sempre rivalizou com o Brasil; capitalizou, em grande parte, a crise da Venezuela, e o próprio aparecimento em Davos já demonstra esse papel. Em Davos, ele foi, talvez, a principal figura, rivalizando com o secretário de estado norte-americano, Collin Powell. Mas é a principal figura de uma perspectiva dos países emergentes ou mais pobres”.

Lula ocupa um espaço, no momento em que a agenda liberal expressa pelo *Consenso de Washington* revela-se no limite, por sua dificuldade em incorporar a questão social, explica o professor. “Lula coloca-se como uma espécie de porta-voz nacional de um novo modelo de globalização mais comprometido com resultados sociais”. No entanto, para André Marengo dos Santos, a consolidação da liderança de Lula vai depender muito do êxito do seu governo. ➔



# Lula em Porto Alegre e Davos

→ Falando a cerca de 70 mil pessoas, na abertura do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu não fracassar e cumprir seu sonho de melhoria social para os brasileiros. Lula justificou sua presença no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, destacando que iria como presidente de um país importante no cenário internacional. “A princípio pensei: o que vou fazer? Sou o presidente da oitava economia mundial, de um país onde há 45 milhões de pessoas que não têm satisfeitas suas necessidades nutricionais. E não é todo dia que um torneiro mecânico ganha a presidência desse país. Portanto, tomei a decisão. Vou dizer que não é possível que se continue uma ordem econômica na qual poucos comem cinco vezes ao dia e muitos passam cinco dias sem comer”, explicou. “Por isso tomei a decisão de ir”, disse, referindo-se aos que criticaram sua presença no encontro europeu.

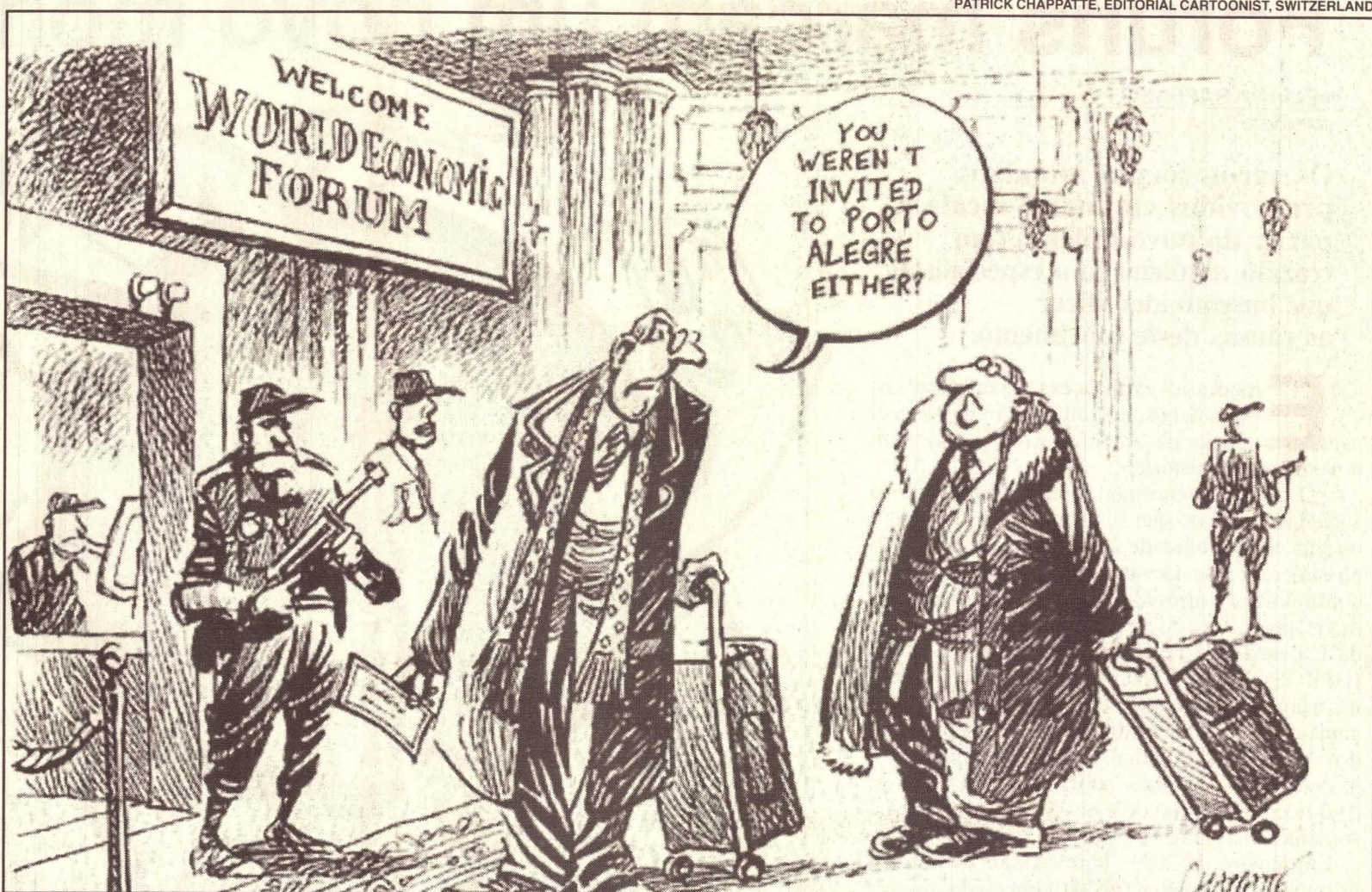
Lula manifestou-se também sobre sua responsabilidade como governante: “Não posso errar. E não posso errar porque não fui eleito pelo apoio de um canal de televisão, não fui eleito pelo apoio do sistema financeiro, não fui eleito por interesses dos grandes grupos econômicos e não fui eleito por obra da minha capacidade ou da minha inteligência. Eu fui eleito pelo alto grau de consciência política da sociedade brasileira, no dia 27 de outubro de 2002. Sei da expectativa que estou gerando nas mulheres, nos homens e nas crianças”.

Disse que levaria as causas dos povos empobrecidos ao Fórum Econômico Mundial: “Eu quero dizer em Davos que as crianças negras da África têm tanto direito de comer quanto as crianças de olhos azuis, que nascem nos países nórdicos. Dizer a eles que as crianças pobres da América Latina têm tanto direito de comer como qualquer outra criança que nasça em qualquer parte do mundo. Dizer a eles que o mundo não está precisando de guerra, o mundo está precisando de paz, o mundo está precisando de compreensão”.

Lula também defendeu uma maior interlocução em âmbito internacional. “O que a gente não pode é ficar preso dentro do nosso mundo, achando que todo o mal que nos rodeia é por causa de quem está fora. O nosso país, durante 500 anos, ficou olhando para a Europa. Está na hora de olhar para a África e para a América do Sul, está na hora de estabelecer novas parcerias, para que a gente possa ser mais independente, fortalecer o Mercosul e estabelecer uma força política para negociar.”

## DAVOS

Em Davos, no Fórum Econômico Mundial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o protecionismo dos países ricos



Em Davos: “Você também não foi convidado a ir a Porto Alegre?”

e defendeu um diálogo entre os participantes do evento suíço e os do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre. “Queremos um livre comércio que se caracterize pela reciprocidade”, afirmou. “De nada adianta os países ricos defenderem o livre comércio, se, ao mesmo tempo, praticam o protecionismo”, criticou.

Lula disse que foi eleito para conduzir um país de 170 milhões de habitantes, que convive com a desigualdade social. “Trago um sentimento de esperança que tomou conta da sociedade brasileira”, enfatizou. Afirmou que mais de 45 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, e que, por isso, fez do combate à fome prioridade em seu governo.

Explicou que respondeu de forma serena e madura aos que desconfiaram de seus compromissos durante a campanha eleitoral, estabelecendo “regras econômicas claras, estáveis e transparentes” e combatendo implacavelmente a corrupção. Observou, no entanto, que a retomada do desenvolvimento requer a superação dos estrangulamentos externos. “O Brasil tem que sair do círculo vicioso de contrair novos empréstimos para pagar os anteriores”, disse.

Afirmou que o País precisa realizar um “extraordinário esforço para a expansão do comércio internacional, em particular das exportações”. Mas salientou que o esforço para recuperar a eco-

nomia brasileira não atingirá os seus objetivos sem mudanças importantes na ordem econômica mundial.

Para Lula, o Brasil precisa de mais oportunidades no cenário internacional, por isso prometeu negociar como nos tempos de sindicalista. “Acredito que os países ricos sejam duros na defesa de suas políticas protecionistas, mas acredito também que nós não devemos ceder. E vamos brigar. Vou ter, nas relações internacionais, a mesma dureza com que fiz sindicalismo no Brasil. Os países ricos de hoje só o são porque tiveram oportunidades históricas, e eles não podem, e não devem, obstruir o caminho para os países mais pobres”, acrescentou.

O presidente defendeu ainda a criação de um fundo internacional para combater a miséria e a fome no mundo, com a participação do G-7 – grupo dos sete países mais ricos do planeta. “É longo o caminho para a construção de um mundo mais justo, e a fome não pode esperar”, conclamou. “A mudança que buscamos não é para um grupo social, político ou ideológico. Ela beneficiará mais os desprotegidos, os humilhados, os ofendidos e os que agora vêm com esperança a possibilidade de redenção pessoal e coletiva. Essa é uma causa de todos. Ela é universal por excelência”, finalizou. (AROK)

## Davos não é mais o mesmo

● MARCO RIBEIRO  
Jornalista

### Pressões econômicas internacionais e ameaças ao equilíbrio mundial, como a guerra entre Estados Unidos e Iraque, forçaram o Fórum Econômico Mundial a abrir seu leque de discussões e propostas

Após uma temporada em Nova Iorque, solidarizando-se com o atentado de 11 de setembro às torres do World Trade Center, o Fórum Econômico Mundial (FEM) voltou para a tranquilidade da pequena Davos. Com direito a esquema cinematográfico de segurança, a organização do evento teve medo que algum míssil ou avião suicida cruzasse o espaço aéreo suíço e ameaçasse a integridade física dos visitantes. Mas, a charmosa estação de esqui tinha uma preocupação muito maior: a credibilidade do evento como um dos centros do pensamento capitalista mundial ruía a olhos vistos. Durante os seis dias do evento duas palavras figuraram da maioria das pautas e palestras: crise e reconstrução. O argumento e sintoma que refletem o desafio a ser perseguido pelo evento foram apresentados pelo escritor e prêmio Nobel da Paz, Elie Weisel: reconstruir é muito mais difícil que construir.

De alguma forma, a grande utopia de um capitalismo sem fronteiras e limites, foi maculada e uma tentativa de recuperá-lo marcou na última edição do FEM. Por um lado, o crescimento do prestígio e da militância planetária do Fórum Econômico Mundial, que se insurgia contra os ditames norte-americanos e fazia contraponto ideológico das idéias apresentadas pelo FEM. O “mea culpa” explícito por parte de seus próprios organizadores, com as palavras do presidente do evento Klaus Swab que, em seu discurso de abertura, propôs: “Há muitas maneiras positivas para que as empresas façam a diferença na vida das pessoas, não como filantropia, embora ela também seja importante, mas com iniciativas que, passado o tempo, ajudarão a construir uma nova visão de mercado”.

Em tempos de decadência, Davos expandiu suas barreiras ideológicas e apostou em novas estrelas. De um caráter mais conservador para uma atitude visivelmente mais aberta, chefes de Estado, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornaram-se figuras emblemáticas, ofuscando o brilho de megaempresários e gurus financeiros mundiais, como o fundador da Microsoft, Bill Gates. E o time de personalidades causou estranheza. Músicos como Ravi Shankar, Youssou N Dour e a atriz Julia Ormond chamaram a atenção da imprensa. Shankar, tocador de cítara, que já foi uma espécie de mentor espiritual dos Beatles, participou do FEM divagando sobre a “importância do amor no mundo”. Youssou N Dour e a bela hollywoodiana Julia Ormond compareceram para falar sobre temas diversos. Pouco capitalismo e muita frivolidade.

Com as bolsas fechando desde 2000 no vermelho e abalados pela crise institucional que abala os EUA, envolvendo empresas de porte como a multinacional Enrol e a série de acusações e corrupção, privilégios e sonegação de impostos, chegando a atingir o vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney, o encontro que, historicamente, serve para mediar as relações entre líderes de grandes corporações e representantes de governos, perdeu poder. Depois destes últimos escândalos, estrelas profetas do capital, como Kenneth Lay, ex-presidente da Enrol, uma das maiores empresas do mundo, sequer foram convidados para aparecer. Até expoentes como André Baladi, presidente do International Governance Network, sediado em Genebra, já discutem a eficiência do evento, anunciando que ele não obteve êxito ao tentar articular uma “ponte entre empresas e investidores institucionais e, além

disso, contribuiu em muito para a formação da bolha que formatou a crise das empresas de tecnologia e internet.

Para espantar a palavra “crise”, os participantes do Fórum Econômico Mundial bem que tentaram construir o que poderia ser chamado de uma nova semântica para o capitalismo global. Essa nova ordem representa uma preocupação com a opinião mundial e deram origem a Agenda de Davos. Na prática, esse novo documento é um esforço de relações públicas para mostrar ao mundo que o capitalismo não é tão selvagem. Um dos relatores da Agenda, o professor de Administração da Universidade da Pensilvânia, Stephen J. Kobrin, a carta contém três focos principais: valores, volatilidade e risco. “As empresas precisam fazer uma reavaliação de seus valores e isso deve refletir um compromisso sério das empresas líderes do mundo. Os riscos que as companhias enfrentam agora não têm paralelo com o passado. Não são transitórias. Cada empresa deve desenvolver uma política associada à segurança de seu país e lidar com uma forma de desenvolvimento sustentável relacionado diretamente com segurança global”. Para o executivo-chefe da Boeing, Philip M. Condit, “o desafio é fazer imediatamente com que os itens da agenda sejam colocados em prática. Sem resultados, não existe confiança”, afirma.

Independente do que tenha motivado e pressionado o Fórum Econômico Mundial, a nova tendência do evento aponta para a necessidade de mudança sob o risco de cair no vazio. Os fatores que provocaram essa crise vão, desde a crise global e as políticas mundiais encabeçadas pelos norte-americanos até a construção eventos como o Fórum Social Mundial, por exemplo.

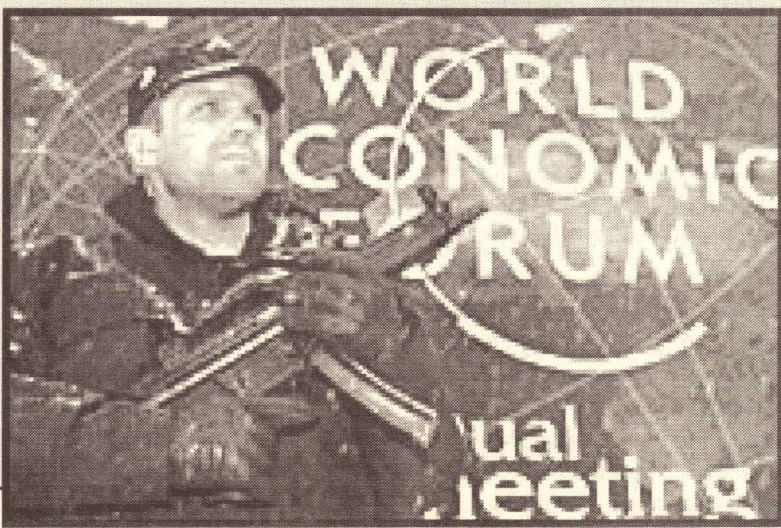
### O pensamento dos alguns dos palestrantes

**Paul Kagame**, presidente de Rwanda  
“O caminho da guerra à paz é sempre feito de maneira longa e depende de fatores subjacentes. No nosso caso, do genocídio à guerra, do genocídio à paz, foi um grande caminho. Contudo, fizemos progresso.”

**Geoffrey Foster**, fundador e consultor, Instituto Internacional do Bem-estar da Criança, Saúde e Família, Zimbawe na sessão Globalização, Pobreza e Desigualdade.

“Se a pobreza declinou ou aumentou é irrelevante. A existência continuada da pobreza deve nos horrorizar e humilhar. Vamos dispensar com debates acadêmicos e desenvolver para aliviar a pobreza e o desigualdade.”

**Trevor Manuel**, ministro das Finanças da África do Sul



“Nós precisamos compreender que há grandes diferenças entre os países que se globalizaram cedo e aqueles que ficaram de lado. No continente africano, muitos países foram deixados demasiadamente para trás.”

**Colin Powell**, secretário de Estado dos EUA  
“O vínculo entre tirania e terror, dos terroristas e armas de destruição massivas, é o maior de nossa idade recente.”

**Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente do Brasil  
“A economia brasileira nunca alcançará inteiramente seus objetivos sem mudanças importantes na ordem econômica de mundo. Nós queremos o comércio livre, mas um comércio livre que se caracterize pela reciprocidade. Será inútil, se todas as exportações que fizermos, se os países ricos continuarem pregando o comércio livre de um lado e praticando o protecionismo de outro.”

**Cheng Siwei**, vice-presidente do congresso da República Popular da China  
“Nós sempre tivemos o mesmo princípio: reunir Taiwan com a China num único país, um objetivo que não alcançaremos através da guerra ou da força. Apesar de tudo, seria como uma luta entre irmãos.”

**Vicente Fox**, presidente de México, dirigindo-se aos participantes na reunião anual.  
“Como o objetivo de construir a confiança nos governos, devemos ligar as políticas econômicas às sociais. Este não é o momento de mudar princípios, mas de assegurar a inclusão ao desenvolvimento.”

**Alvaro Uribe Velez**, presidente de Colômbia opinando como a luta contra o terrorismo mudará o mundo  
“Hoje o terrorismo em Colômbia não é uma consequência da miséria ou uma consequência da pobreza: é uma causa.”

**John Ashcroft**, general EUA, falando sobre terrorismo  
“550 milhões de pessoas entram e saem dos Estados Unidos a cada ano. Uma sociedade altamente aberta é suscetível ao risco do terrorismo, mas é um risco que as pessoas compreendem e estão dispostas a aceitar.”

**Chung Dong**, enviado especial do presidente eleito da república da Coreia.  
“A Coreia Norte deve manter a cabeça erguida à acusação que continua a ameaçar a paz, pois a comunidade internacional não permanecerá cega aos acontecimentos. Contudo, o tempo não está no lado de Coreia Norte.”

**Mahathir bin Mohamad**, primeiro-ministro da Malásia.  
“As pessoas não amarram bombas a seus corpos nem deixam de seguir seus sonhos por divertimento. Devem ter uma razão para isso. Nós temos que identificar as razões e removê-las. Sem terrorismo os terroristas não terão mais trabalho. Mas é preciso ter vontade para remover as causas do terrorismo.”

**Al Yawar de Riyadh**, líder do Congresso Nacional iraquiano.  
“A democracia não é algo que pode ser criado do dia para noite, por decreto. Muitas coisas são fundamentais na democracia. Necessita prática, necessita um começo, algum acúmulo cultural, que será analisado com o tempo. Não é uma tarefa fácil, naturalmente, mas não é impossível, tampouco.”



## ATUALIDADE

# Fóruns marcam um novo momento histórico

•ELIANA RAFFAELLI  
Jornalista

**Os vários fóruns mundiais promovidos em maior escala a partir do novo milênio têm trazido inquietação a especialistas, que buscam identificar as causas deste movimento.**

Embora as explicações sejam diversas, pelo menos, em um aspecto há concordância: tais manifestações marcam um novo momento histórico.

"O que está ocorrendo é uma apropriação da sociedade civil do que se chama 'fazer história', ou seja, a possibilidade de se optar por um caminho diferente, de não se aceitar as soluções dadas como únicas", afirma a socióloga Lorena Holzmann, professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para ela, trata-se de um novo momento, marcado por manifestações da sociedade organizada contra o pensamento único. "A proposta do Fórum Social Mundial, em sua primeira edição, já era de que as coisas poderiam ser diferentes, de que um outro mundo é possível, de que não há somente uma saída."

Em janeiro de 2001, Porto Alegre sediou o I Fórum Social Mundial (FSM), concebido para ser um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado desde 1971, em Davos, e que reúne anualmente na estação de esqui suíça lideranças dos países ricos para discutir, sobretudo, questões econômicas. Neste mesmo ano, nos dias que antecederam ao FSM, a capital gaúcha foi palco também para o Fórum de Autoridades Locais, voltado ao debate das formas de promover qualidade de vida e inclusão social a partir das cidades.

O sucesso do Fórum Social determinou a realização em diversos países de uma série de reuniões preparatórias à segunda edição, também realizada em Porto Alegre, em janeiro de 2002. Naquele ano, além do Fórum de Autoridades, a capital gaúcha sediou o I Fórum Mundial de Educação e o I Fórum Mundial de Juízes. Em 2003, os quatro encontros se realizaram novamente no Sul, totalizando 10 dias consecutivos de discussões e troca de experiências.

Os fóruns organizados em paralelo ao FSM seguem a mesma linha, qual seja, a de defesa dos interesses das camadas populares. "A educação é importante pelo fato de formar hábitos de pensar e reduzir a exclusão; o Fórum de Juízes ajuda a desmistificar a idéia de que a Justiça é sempre e apenas dos grandes contra os pequenos; e o Fórum de Autoridades Locais repensa o local onde as pessoas vivem, em busca de qualidade de vida", diz a socióloga.

A professora Cláudia Wasserman, do Departamento de História da UFRGS, tem opinião semelhante. "O Fórum Social Mundial é um movimento que está crescendo e ampliando o espaço de ação, ao passo que os demais encontros visam a aproveitar esta 'eventologia', tendo como característica comum a defesa dos setores populares".

De acordo com a historiadora, a sequência de fóruns caracteriza o renascimento de um processo de contestação popular à hegemonia dominante. "Renascimento porque em 1989, com a queda do Muro de Berlim, as esquerdas e os setores que tradicionalmente defendiam as classes populares sofreram uma grande desilusão, denominada de 'amargura da história', como se a História tivesse terminado, dando lugar a um pensamento único, ao pensamento burguês". Com os fóruns, em especial com o FSM, nasceu o lugar de debate dos oprimidos, pois o espaço de discussões das classes dominantes nunca deixou de existir. "Em nenhum momento eles tiveram problemas ou deixaram de realizar o Fórum Econômico, as reuniões do G-8 (sete países mais ricos do mundo mais a Rússia) ou o Fórum da Liberdade".

Para Cláudia, que é doutora em História Social, as origens deste renascimento estão em 1994, na rebelião de Chiapas, quando ressurgiu das cinzas um movimento camponês mexicano com o objetivo de se opor à adesão do México à Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Chiapas foi uma surpresa, pois trazia uma proposição nova, não necessariamente socialista, regime que havia desembocado na perestroika (na ex-URSS) e na queda do Muro de Berlim (na Alemanha). As lideranças do movimento acreditavam que não seria preciso tomar o poder para ter suas idéias respeitadas, nem idolatrar um líder único, tanto que mantinham o rosto coberto para não serem reconhecidos. "As características de Chiapas começaram a fazer parte do imaginário das esquerdas, estimulando as discussões em torno dessas idéias".

### GUERRA

Por outro lado, Antônio David Cattani, professor do Departamento de Sociologia da UFRGS, considera que atualmente nenhuma iniciativa política de peso pode ser isolada frente à globalização. Nesse contexto, os fóruns mundiais representam uma concentração de iniciativas socialmente relevantes. "Nenhum tem apenas dimensão local ou regional. Todos envolvem discussões internacionais de questões planetárias", afirma.

Como exemplo, na edição deste ano do Fórum Social Mundial, ganhou destaque a luta contra a guerra, seja motivada por interesses econômicos, seja por intolerância religiosa. "Neste ano, o fórum se consolidou como marco da resistência contra a guerra, não apenas apresentando propostas,



como também incentivando ações propriamente ditas", afirma a professora Naira Lisboa Franzoi, da Faculdade de Educação da UFRGS.

Prova disso está na série de manifestações pela paz realizadas no mundo todo, no último dia 15 de fevereiro, data prevista pelos Esta-

dos Unidos para iniciar uma ofensiva militar contra o Iraque, com a justificativa de que o país governado por Saddam Hussein estaria desrespeitando resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) que determinam a destruição dos arsenais nucleares. Diante disso e do relatório apresentado pela ONU demonstrando que os iraquianos estavam cooperando nas inves-

tigações e na destruição das armas, os Estados Unidos acabaram recuando, pelo menos, temporariamente.

Em paralelo, Naira considera que a consolidação e maior expressão obtida pelo FSM em 2003 está ligada ao fato de o Brasil ter chamado a atenção mundial com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, o que representou uma renovação da esperança contra o modelo hegemônico. "Além disso, o convite para Lula ir a Davos mostra o reconhecimento oficial do fórum de Porto Alegre", completa a professora.

Os fóruns integram um novo momento, sem precedentes na história, já que antes não havia a possibilidade de grandes deslocamentos das massas, em razão das limitações de transporte e comunicações. "Seria inimaginável há alguns anos que Porto Alegre pudesse reunir em um único encontro 100 mil pessoas de dezenas de países, e que depois estas mesmas pessoas estariam conectadas via Internet para dar prosseguimento aos debates", diz Cattani.

Outra alteração introduzida pela nova sistemática é que nas oficinas e conferências ninguém vem para pontificar, mas para discutir e ouvir. "Isso é uma mudança radical de postura, pois, antes, os participantes vinham como estrelas, eram ouvidos e iam embora", destaca o professor.

### CONTRASTES

Na realidade, com a promoção de uma série de fóruns, muitos deles quase que simultâneos, o que se busca é uma reorientação da trajetória histórica, diante do fracasso do pensamento único que até então sustentou as práticas neoliberais, a exemplo da redução do Estado, do controle fiscal e da sobreposição dos interesses financeiros aos sociais. "A pobreza e a exclusão crescentes, ao lado do retorno de epidemias tidas como superadas, contrasta com o desenvolvimento mundial, com o período atual caracterizado pelo crescimento sem precedentes da produção de riquezas", afirma a socióloga Lorena Holzmann.

Esta contradição, freqüentemente encoberta em nome dos interesses econômicos, foi iluminada e apresentada ao mundo com todas suas nuances pelo Fórum Social e demais encontros paralelos, o que determinou mudanças até mesmo no tradicional Fórum Econômico. "Davos, que sempre foi uma reunião de ricos para discutir como vencer obstáculos e atingir as metas fixadas, agora tem de se preocupar também com a pobreza do mundo", destaca Cláudia Wasserman.

Tal mudança de postura foi influenciada também pelo receio dos empresários e das próprias lideranças do mundo financeiro de que venham a perder o apoio popular. Conforme a professora, historicamente, os encontros de Davos e do próprio G-8 eram realizados sem muito estardalhaço. Porém, com as manifestações contrárias às reuniões e com o espaço conquistado pelo FSM na mídia, o Fórum Econômico acabou sofrendo um esvaziamento, ao mesmo tempo em que ficou mais exposto a críticas.

Quem compartilha dessa opinião é o professor Antônio Cattani. "O Fórum de Davos, que antes reinava incontestado, perdeu credibilidade depois do Fórum Social Mundial". O sociólogo, que organizou o livro "Fórum Social Mundial. A construção de um mundo melhor", considera que, desde a primeira edição, o FSM foi extremamente positivo, resultando em articulações bem objetivas. "O que houve foi um bloqueio da imprensa e de setores mais conservadores, que taxaram o encontro de Carnaval, de Woodstock da esquerda".

Justamente por ter este caráter de novidade e de estar no centro de um processo de mudança histórica, o FSM é constantemente submetido a críticas. Uma das mais recorrentes é o fato de não produzir um documento em que sintetize as linhas e resultados das discussões, com encaminhamentos práticos já ao fim de cada edição. Entretanto, desde a sua concepção, o fórum foi pensado como um ponto de partida para a busca de alternativas ao modelo vigente. Como bem explicou Francisco Whitaker, um dos idealizadores do FSM e secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em artigo publicado antes da primeira edição: "O Fórum não terá caráter deliberativo, e não se gastará tempo, portanto, para discutir as vírgulas de um documento final. Ele será o início de um processo de reflexão conjunta, em nível mundial".

A socióloga Lorena Holzmann reforça esta idéia. "O Fórum Social não tem caráter estatal. São organizações da sociedade civil que se reúnem para discutir, o que dificulta a organização de propostas concretas de ação. A discussão pode não ter resultados imediatos, mas, se continuada, leva a alguma coisa, a questionamentos que podem ser o ponto de partida para futuras ações", afirma.

A inexistência de um documento único não enfraquece o encontro. Pelo contrário, permite que se tire várias proposições a partir dos debates, que servirão de inspiração para as lutas sociais. "Como os problemas não são únicos, tendo características diferentes em cada região, há uma multiplicidade de documentos ao final do FSM", diz Cláudia Wasserman.

Já Naira Franzoi destaca que, mesmo sem propostas definidas, o fórum em si é uma proposta, isto é, a sua realização ensina um valor simbólico. "Representa um estímulo às forças populares de consolidação da resistência, frente a impasses que a política de naturalização da barbárie que vinha conquistando espaço", afirma a professora.

## ECONÔMICO

**Histórico:** O encontro foi criado em 1971 pelo engenheiro mecânico alemão Klaus Schwab, hoje com 63 anos, após um período de estudos de Administração e Política na Universidade de Harvard (EUA). Ao retornar à Europa, Schwab teve a idéia que foi o ponto de partida para a criação do Fórum Econômico: frente à preocupação dos europeus com o crescente desafio dos Estados Unidos na área comercial, provavelmente eles pagariam para aprender algo sobre as práticas de comércio norte-americanas. Assim, nasceu o Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça. Em 2002, a cidade de Nova York sediou o encontro, como forma de estímulo ao país, ainda abalado pelo ataque terrorista ao World Trade Center e ao Pentágono, em setembro de 2001.

**Edição:** 33ª, realizada de 23 a 28 de janeiro de 2003

**Local:** Davos, Suíça

**Debates:** Temas como o fraco desempenho da economia global, os efeitos econômicos e geopolíticos de uma possível guerra contra o Iraque e o perigo de novos ataques terroristas estiveram em discussão

**Participantes:** cerca de 2.000 pessoas – 24 chefes de Estado, 82 ministros, 67 presidentes de organizações internacionais, 13 líderes sindicais, 74 líderes de organizações não-governamentais (ONGs), 177 acadêmicos, 1.300 líderes empresariais e 282 jornalistas

**Estrelas:** Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell

**Países representados:** 98

**Curiosidade:** US\$ 1 bilhão é o capital de giro mínimo para que uma companhia possa estar no seleto clube de empresas privadas do Fórum

**Próxima edição:** Davos, mSuíça

## SOCIAL

**Histórico:** Em 1998, veio a público a proposta de um Acordo Multilateral de Investimentos (MAI, na sigla em inglês) que seria assinado pelos países mais ricos do mundo e depois proposto aos demais. O jornal francês Le Monde Diplomatique publicou uma primeira denúncia feita nos Estados Unidos a respeito, o que acabou levando a França a se retirar das negociações, inviabilizando a celebração do acordo. A partir destes acontecimentos, começaram a ser organizadas manifestações contra a possibilidade de controle do mundo apenas em função dos interesses do capital, com destaque para a de Seattle, contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a de Washington, contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Diante disso, o presidente da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), Oded Grajew, pensou em um encontro de dimensão mundial, voltado ao social, e que reunisse as organizações que vinham se articulando nos protestos de massa contra a globalização, em um contraponto ao Fórum de Davos. Grajew apresentou a idéia à Francisco Whitaker, secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os dois levaram a proposta a Bernard Cassen, diretor do Le Monde Diplomatique e presidente da Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (Attac), entidade que estimulou o movimento contra a assinatura do MAI. Cassen sugeriu que o fórum fosse realizado no Brasil, mais especificamente em Porto Alegre. Assim, o grupo partiu em busca de apoio do governo gaúcho e porto-alegrense, bem como das entidades interessadas no tema, viabilizando a primeira edição do encontro, entre 25 e 30 de janeiro de 2001.

**Edição:** 3ª, de 23 a 28 de janeiro de 2003

**Local:** Porto Alegre, Brasil

**Debates:** Ordem mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz

**Participantes:** 100 mil – 30 mil delegados de 5.480 organizações e 4.500 jornalistas

**Estrelas:** Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o linguísta e escritor norte-americano Noam Chomsky

**Países representados:** 126

**Curiosidade:** Nesta terceira edição foram realizadas 1.500 palestras, seminários, conferências e mesas-redondas

**Próxima edição:** Índia

## EDUCAÇÃO

**Edição:** 2ª, de 19 a 22 de janeiro de 2003

**Local:** Porto Alegre, Brasil

**Participantes:** 15 mil educadores e estudantes de 100 países

**Debates:** Rumos da educação e alternativas ao modelo vigente. Escola cidadã como dever do Estado

**Próxima edição:** Porto Alegre, Brasil

## JUÍZES

**Edição:** 2ª, de 20 a 22 de janeiro de 2003

**Local:** Porto Alegre, Brasil

**Participantes:** 510

**Debates:** O Poder Judiciário e a universalização dos direitos

**Próxima edição:** Porto Alegre, Brasil

## AUTORIDADES LOCAIS

**Edição:** 3ª, de 21 a 22 de janeiro de 2003

**Local:** Porto Alegre, Brasil

**Participantes:** 1.000 representantes de cidades do mundo, sendo 150 prefeitos

**Debates:** governos locais organizados em redes e reafirmação do compromisso com uma sociedade civil organizada e fortalecida

**Próxima edição:** Barcelona, Espanha



# Encontro da Andifes na UFRGS reúne ministros da Educação e da C&T

● JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

Jornalista

**A Andifes reúne-se com dois ministros para traçar os novos rumos que nortearão a ciência, a tecnologia e a educação brasileiras.**

O presidente da Andifes, reitor Mozart Neves Ramos, em seu discurso de abertura da 48ª Reunião da Andifes, realizada dia 24 de janeiro, na UFRGS, destacou o fortalecimento que a entidade vem demonstrando com o alto índice de participação em suas reuniões. "Essa união e forma coesa com que estamos trabalhando nesses últimos tempos, ficam evidentes com a participação dos ministros da Educação, Cristovam Buarque e de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral em nossa reunião".

"Temos aqui um grande desafio", disse o dirigente, lembrando o questionamento do ministro da Educação quanto ao que as universidades federais podem fazer pelo governo e o que o governo pode fazer pelas universidades federais. Entretanto, fez questão de destacar que, apesar de jovem, a universidade brasileira tem dado grande contribuição ao desenvolvimento do país. "Hoje o Brasil pode se orgulhar e dizer que forma mais de seis mil doutores por ano, grande parte deles egressos de nossas instituições públicas".

Mozart frisou ainda a necessidade do empenho das instituições de ensino superior na luta pela redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, lembrou o que já vem sendo feito pela extensão universitária brasileira, o que tem sido motivo de interesse internacional. Segundo Mozart, um conjunto de prefeitos e presidentes de Câmaras de cidades portuguesas, participantes do Fórum Social Mundial, "pediram explicações de como fazer o que estamos fazendo". Como resultado desses entendimentos, foi acertada uma agenda para 2003 que incluirá o processo de levar a extensão, o trabalho social da universidade, às comunidades portuguesas.

## MINISTROS

O entusiasmo do ministro da Educação, Cristovam Buarque, durante seu discurso de abertura da 48ª Reunião da Andifes, não deixou de lado uma avaliação da crise epistemológica e ética vivida pelo ensino superior. Destacando ser a universidade uma das mais antigas instituições existentes no mundo ocidental, ele propôs aos reitores e demais presentes à reunião pensar um projeto diferente de universidade em escala mundial. "Esta é uma crise na qual, ou a gente entende e se recicla, ou vamos acabar com essa entidade tão importante para o mundo inteiro".

Para Cristovam, esta crise se estabeleceu a partir do momento em que novos conhecimentos passaram a avançar numa velocidade tão grande que não deu tempo à universidade continuar a ser a



RICARDO DE ANDRADE

promotora do pensamento. Além disso, essa crise também atinge o aspecto ético, quando o ensino superior permanece alheio aos problemas sociais. "Nós, os universitários, estamos sendo instrumentos do aumento do fosso social, da brecha social, entre ricos e pobres", diz o ministro da Educação.

Entretanto, ele avalia que o Brasil está em situação privilegiada para enfrentar essas crises de âmbito internacional em comparação com outros países. "Temos o privilégio de estar no centro da tragédia". Diferente das universidades europeias e norte-americanas, as brasileiras são capazes de perceber que não estão em sintonia ética com o mundo social, assim como também de diagnosticar que estão em desvantagem no que diz respeito à velocidade no avanço do conhecimento.

Para um novo projeto de universidade, Cristovam propõe a revisão, a longo prazo, de aspectos como: forma de ingresso, estrutura da instituição, currículos, tipos de cursos e objetivos das pesquisas. Revela que o ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, também presente à 48ª Reunião da Andifes, já vem trabalhando neste sentido. Amaral convocou uma reunião para pensar que elite intelectual brasileira desejamos ter daqui há 30 anos.

Repensar o sistema de bolsas é justamente uma das metas do ministro Roberto Amaral. "É preciso democratizar a distribuição dos financiamentos", diz ele. "No debate da SBPC (23/02/03) ouvi de um pesquisador uma declaração assustadora: 100 pesquisadores brasileiros são responsáveis por cerca de 60% dos recursos das agências de fomento". Além de aumentar o número e o valor individual de bolsas oferecidas pelo CNPq, Amaral afirma que é

necessário introduzir outros critérios de seleção para que ocorra a democratização desejada no sistema de bolsas. Conforme levantamento divulgado pelo ministro, 60% dos doutores, bolsistas do CNPq, têm mais de 40 anos. "Estamos fechando as portas do aperfeiçoamento aos jovens saídos das universidades, que não têm como ser absorvidos pelo mercado de trabalho".

Quanto aos investimentos Capes e CNPq, Amaral considera que devem atender a um projeto de nação. "A ciência e a tecnologia devem ser nacionalizadas, para que possam ser expandidas a todas as regiões. Nessa expansão, precisam comprometer-se com a solução dos problemas locais e fixar o pesquisador na sua região e na sua universidade de origem". Atualmente, 70% das bolsas da Capes são concedidas ao Sudeste, com o maior investimento indo para São Paulo.

Sua preocupação não pára nos problemas na formação de doutores e pós-doutores. Quer também suprir a falta nacional de professores de ciências. Só em Brasília estão faltando cerca de 3 mil, diz Amaral: "Desapareceu o ensino de ciências na escola pública. Sumiram os laboratórios. Como consequência, desapareceu a vocação e desapareceram os professores".

Por isso, um dos objetivos do MCT é fazer um esforço conjunto com o MEC na formação de professores para o ensino médio nas áreas de ciências, física, química, matemática e, se possível, informática. Amaral diz já existir convênios com os Estados Unidos e União Européia. "Nossa ideia é instalarmos laboratórios em todas as escolas públicas de ensino médio." Com a adoção dessas medidas, Amaral acredita que o MCT estará trabalhando, produtivamente, para a formação de futuros cientistas e democratização do ensino e da informação.

## Dirigentes avaliam reunião

Além dos ministros e 44 reitores presentes à 48ª Reunião da Andifes, na UFRGS, participaram ainda dirigentes das unidades acadêmicas, representantes da Andes, UNE, Fasubra, Agergs, Adurgs, Assufgrs, DCE e os deputados Alceu Colares, Maria do Rosário e Beto Albuquerque. "Depois de oito anos conseguimos sentar com dois ministros para discutir políticas para o ensino superior de forma integrada: educação superior, ciência e tecnologia", assinalou o presidente da Andifes, Mozart Neves Ramos.

Para a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ana Lúcia Gazzola, as idéias puderam ser expostas livremente na reunião. "Foi um dia fundacional na relação da universidade com o governo", comentou a reitora. Ela recorda as últimas greves das universidades federais em 2001 (25/07 a 29/10) dos técnico-administrativos, e a dos docentes (de 22/08 a 07/12), quando as Ifes enfrentaram momentos de surdez total por parte dos ministérios. "O que desgasta não é a carência de recursos ou as dificuldades circunstanciais em si, mas o desrespeito permanente, desconsiderando o lugar ocupado pelas universidades junto à sociedade brasileira", acusa.

O secretário de Educação Superior (Sesu), Carlos Antunes, compartilha desse sentimento e espera que fique no passado as fases de tensão e greves vividas no governo FHC. Sua expectativa é de uma relação de compreensão e de agilidade por parte do MEC e da Sesu para cumprir o que é obrigação do governo: liberar recursos na hora certa para que os reitores possam fazer planejamento, e a Sesu tenha condições de criar novos programas, criando sua estrutura para se adaptar ao novo MEC. Segundo Antunes, assim se estabelece um novo contrato acadêmico e social com a universidade.

Mais do que uma relação de diálogo que se estabelece com o governo que assume, Ana Lúcia Gazzola salienta o consenso entre as partes quanto a um projeto de desenvolvimento. Para

reitores e ministros, tal projeto não se consolidará com atores isolados, mas requer integração, tanto dos sistemas educacionais (federal, estadual e privado) com os ministérios, como destes com as agências de fomento.

Alex Fiuza de Mello, reitor da Universidade Federal do Pará, atribui o novo espaço de acesso junto aos ministérios ao reconhecimento da universidade como patrimônio de alto valor e riqueza nacionais. "Hoje, são poucas as instituições no Brasil que estão articuladas em rede nacional, atuando como sustentáculos da própria possibilidade de construção de um projeto nacional. E a universidade é uma delas".

Na opinião do reitor, "é muito luxo para uma nação pobre, com desigualdades e desafios, e que concentra a sua maior capacidade científica nas universidades públicas, não chamar estas instituições para discutir, tanto seus problemas internos, como os que afetam o desenvolvimento nacional". Por isso ele comemorou o fato de o encontro ter se realizado numa universidade. "Que bom que foi dentro da UFRGS, uma das instituições mais tradicionais do país, resgatando a dignidade da universidade pública brasileira".

Ter uma pauta livre para discussões, sem precisar ouvir fórmulas prontas ou ser cobrado a respeito de metas com as quais não concorda, foram os destaques positivos que a reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF), Maria Margarida Salomão, encontrou para descrever a 48ª Reunião da Andifes com os ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia. Na sua opinião, este é o ambiente propício para o aproveitamento das competências que a universidade acumulou nos últimos 30 anos: "Até agora tivemos discussões sobre faltas. Nesta reunião conversamos sobre desejos. Os desejos da universidade e os da sociedade", comentou a reitora. Isso a faz acreditar que um novo ciclo está se inaugurando, infinitamente mais interessante e produtivo. "Que há de ser formado pela imaginação coletiva so-

bre como fazer uma universidade necessária para uma sociedade transformada, mais justa, mais igualitária e com mais direito à felicidade".

## ENCAMINHAMENTOS

O presidente da Andifes destacou como encaminhamento importante o debate sobre uma agenda conjunta de trabalho. No âmbito da Ciência e Tecnologia com o ensino superior, a agenda deverá tratar a questão da socialização da ciência a partir de uma intervenção positiva dentro da educação básica para formação de professores de física, matemática, biologia e química. Aspecto importante, tanto para o país como para a qualidade de trabalho do ensino superior, comenta o dirigente.

Outro assunto relevante do encontro, na opinião de Mozart, foi a avaliação da questão dos fundos setoriais e sua importância para a universidade. Especificamente no aspecto da educação foram definidas algumas diretrizes e prioridades. A medida inicial será a retirada dos entulhos administrativos que emperram a administração das universidades. O segundo aspecto tratará de avaliar as questões emergenciais, do ponto de vista da infra-estrutura das Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior), que nos últimos anos não têm tido investimento para serem resolvidas.

Durante o encontro que durou todo o dia, apenas com pausa para almoço, foram constituídos grupos de trabalho com tarefas específicas, envolvendo, tanto integrantes da Andifes, como da Secretaria de Ensino Superior, órgão que já definiu alguns cronogramas. Esses grupos tratarão três questões básicas: ações emergenciais do governo para solução de problemas acumulados e autonomia da universidade; como a universidade pode participar nas metas de impacto social do plano do governo, como a Fome Zero e alfabetização, e, por último, a formação de grupos no MEC e na Andifes para elaborar uma proposta de delineamento preliminar dos avanços possíveis à concepção da universidade pública no Brasil.

## AGENDA E PRAZOS

Para o êxito do trabalho das comissões em curto espaço de tempo, Carlos Antunes diz ser fundamental a elaboração de uma agenda com prazos estabelecidos. Comparando-se ao ministro Cristovam Buarque, o secretário disse que também gosta da objetividade sem perder a qualidade. Para ele, o principal, agora, é tratar as questões estruturais que já não acompanham a maioria das mudanças que ocorrem na sociedade; repensar a universidade, tornando-a mais ágil e flexível. Assim, num patamar superior de qualidade, as Ifes poderão melhor oferecer seus serviços à comunidade: produzir pesquisas de ponta, formar profissionais de nível, e interagir cada vez mais com a sociedade.

Na avaliação do secretário quanto ao aspecto pedagógico das Ifes, o conhecimento é ainda muito compartimentado em algumas áreas. Esse comportamento entra em choque com a demanda atual da sociedade que aponta para um caráter cada vez mais multi-interdisciplinar. "Hoje o conhecimento se dá nas fronteiras entre os mais diversos campos do saber e, em certas áreas da universidade, ainda há feudos".

Nesse sentido, ele avalia que a crise que a universidade vive hoje não se limita à questão de falta de recursos, senão também quanto à produção do conhecimento que cada vez é mais híbrido. Para Antunes, a universidade precisa reconhecer-se e agir como uma instituição diferente das outras pela sua complexidade. E por ser detentora de alta credibilidade perante a população, ela precisa corresponder à expectativa. Ele assegura que, para esse salto de qualidade, o MEC e a Sesu não imporão nada, mas adotarão uma relação mais cooperativa com as universidades.

É o que o secretário chama de retirar os entulhos burocráticos, administrativos e de pessoal para que a ação dos reitores não fique tão limitada. Dessa forma, eles poderão trabalhar para a autonomia das instituições federais de ensino superior, buscando traçar o próprio destino de cada uma delas.

E numa ação conjunta dentro do novo momento político nacional, Carlos Antunes diz que a universidade pode colaborar através da elaboração de projetos como: a erradicação do analfabetismo, a produção de alimentos para o combate à fome e estudos para o aumento de oferta de emprego.

Durante a tarde, espaço reservado para que os reitores se manifestassem segundo suas posições pessoais, o ministro Cristovam repassou aos presentes algumas questões. O objetivo do MEC é o de descobrir qual o novo modelo de universidade desejada para o Brasil. Entre os itens do questionário, estavam como conseguir recursos, o relacionamento necessário entre o MEC, MCT e Capes e a questão das vagas (as que faltam e as ociosas). "O importante é que comecemos a trabalhar com perguntas claras que nos interessam responder e não apenas com soluções imediatas que nós temos que atender", propõe o ministro.



Grupos de trabalhos com tarefas específicas foram constituídos durante o encontro entre reitores e os ministros



CRISTOVAM/BUARQUE

“Precisamos ser refabricados intelectualmente”

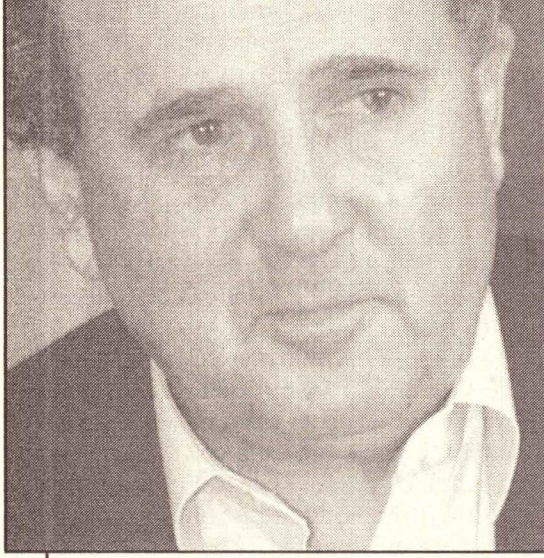
O ministro da Educação, Cristovam Buarque, esteve em Porto Alegre participando da 48ª Reunião da Anádis. O encontro contou com a presença de 44 reitores de universidades federais e serviu, antes de mais nada, para que todos tivessem um contato amplo e direto com o novo ministro e para que ele expusesse as idéias inovadoras que pretende implantar. Antes do seu encontro com os reitores, conversou por uma hora com Clovis Ott, do JU. Falou sobre um dos seus principais projetos, a Universidade Nova, revisão no ensino, prioridades da sua gestão, separação de competências na gestão da educação no país, diálogo com professores e autonomia. Ex-reitor da Universidade de Brasília, onde deixou marcas positivas, autor de diversas publicações sobre Educação e Ensino, Buarque demonstra estar sintonizado com os novos tempos que se anunciam e ansioso por introduzir modificações no atual sistema educacional brasileiro. E diz que disposição e coragem não lhe faltam.

Jornal da Universidade – O senhor tem falado muito em universidade nova. O que é a universidade nova? Cristovam Buarque – Não sabemos ainda. Queremos que juntos, governo, universidade, sociedade, intelectuais, formulemos esta idéia. Se não está clara a idéia, porque levantar o problema? Porque ninguém está contente com a universidade como ela é hoje, em sua estrutura.

JU – Qual a razão do descontentamento? Cristovam – São duas as razões. Duas mudanças ocorreram no mundo que provocaram as dificuldades da universidade em dar uma resposta plena ao que ela quer dar. Primeiro, é que agora o avanço técnico do conhecimento, se dá em uma velocidade muito maior que se dava há tempos. O conhecimento evoluiu de uma maneira lenta. Agora é rápido demais. A cada dia, coisas novas surgem. Quando um livro é publicado, já está, em parte, superado em muitas áreas. O segundo problema é que o conhecimento se espalha muito depressa. Antigamente ele evoluía devagar, e se espalhava, centradamente, da universidade para fora. Agora as pessoas fora do campus aprendem coisas sem entrar no campus. Isso faz com que uma parte dos jovens mais brilhantes não entrem na universidade.

JU – Aprender coisas “sem entrar no campus” não desmerece as profissões mais especializadas e de ponta? Não dá ao profissional de hoje aquele aspecto do antigo “prático licenciado”? Cristovam - Bill Gates inventou as coisas dele numa garagem. Não tem diploma. Mas não é o único. Na área dele, a maior parte, não precisou da universidade. Por outro lado, o menino aprendeu a usar o computador sem precisar entrar na universidade. Aprende fora, cursos especiais, programas à distância. Tanto que começa a surgir a universidade corporativa. Muitas entidades privadas que se auto-intitulam de universidade, não merecem esse nome. Mas surgem para preencher um espaço que a universidade não está conseguindo preencher. Ao lado desta crise epistemológica da universidade, na sua lentidão, comparando-se com a velocidade e com o espalhamento do conhecimento fora dela, aparece outro problema.

“A cultura universitária é feita de caixinhas isoladas dos departamentos. É difícil você convencer alguém a pensar de forma interdisciplinar.”



universidade no seu sentido universal. Qual o compromisso da universidade francesa com os pobres da África? zero; zero, zero, zero. O compromisso da universidade brasileira com os seus pobres não é zero, mas é muito menor do que com os seus ricos. Então a universidade precisa se reinventar e ser capaz de: 1) acompanhar a velocidade de que o conhecimento avança no mundo de hoje 2) descobrir o mundo dos excluídos e assumir uma responsabilidade com a construção de um mundo onde não haja a ruptura da espécie humana. Ao contrário, que caminhe para a superação da exclusão social.

JU – Ministro, essa mudança na universidade, essa universidade nova, não pressupõe uma revisão geral na estrutura do ensino em todos os níveis?

Cristovam – Isso vai mexer com tudo. Mexe com básico, secundário, com tudo. Só que estes estão mudando mais depressa. Tem havido mais mudança na estrutura do ensino básico do que na estrutura do ensino universitário. Porém a universidade tem mais condição de mudar do que o ensino básico, porque mexe com menos gente, com gente mais qualificada, e o risco é menor. Mexer com o ensino básico mexe com 40 milhões de crianças, mexe com o futuro deles. A universidade mexe com um número menor e tem mais mecanismos, fiscalização para que não se queira, em nome de pior, fazer besteira. Tem que mudar para melhor e não para pior. Quando fui reitor, formulei algumas idéias. Uma delas, a da “universidade tridimensional”, coloquei num livro chamado *A aventura da universidade*. A idéia é de trazer para dentro do campus os temas da realidade através dos núcleos temáticos. Trazer o Brasil para dentro do campus. O Brasil não é tema de estudos, porque não existe brasiologia. Ninguém estuda Brasília. Se estuda economia, sociologia, direito. Nada da realidade cabe na universidade, porque ela é organizada por categorias do conhecimento. É organizada por arte,

por ciência, e não por temas. Durante os períodos paradigmáticos, em que o conhecimento responde para explicar as coisas, isso funciona. Hoje não está explicado. O fenômeno no Brasil vai além da sua economia, da sua sociologia, da sua história. Há fome. E a fome não cabe na universidade. Qual o departamento que estuda a fome? Nenhum. Não pode ser. Fome não é uma categoria do conhecimento, não é nutrição. Nutrição entende de alimentação. Vamos pegar a habitação. Qual é a área na universidade que estuda a habitação? Não é a arquitetura, não é a engenharia civil.

JU – O senhor disse em uma entrevista a um jornal do centro do país que, tal como está formulada, a Nutrição ensina maneiras de emagrecer rico gordo...

Cristovam – Exatamente. O mercado dá emprego para quem é gordo e rico. Dá mercado para quem trabalha para emagrecer os gordos ricos. O mercado não dá emprego para quem trabalha com a preocupação de engordar magro pobre. Mas a culpa não é do nutricionista. É do mercado. É da fome. É um fenômeno que exige agrônomos, economistas, biólogos, engenheiros civis (por causa da irrigação), economistas, psicólogos, historiadores (por causa da cultura da alimentação). É um tema, não é uma categoria. Na UNB eu tentei resolver isso, que não tinha o núcleo da fome. Até dávamos um prêmio ao melhor trabalho daquele ano relacionado a fome, era o Prêmio Josué de Castro.

JU – Qual o resultado que esse núcleo atingiu?

Cristovam – Continua existindo mas nunca foi incorporado como uma coisa da comunidade. É coisa de uma minoria de pessoas que acredita nisso. O resultado concreto eu digo para vocês: a bolsa-escola nasceu no núcleo de estudos do Brasil, contemporâneo da UNB, que eu coordenava. E tomou conta no Brasil e está se espalhando por muitos lugares do mundo. Quando a gente criou a preocupação temática e colocou um grupo para estudar o Brasil, surgiram muitas propostas. Uma delas foi a bolsa-escola; mas não é só essa não, tem outras, que hoje em dia estão por aí, circulando.

JU – Por que o núcleo não foi assimilado?

Cristovam - Porque a cultura universitária é feita de caixinhas isoladas dos departamentos. É difícil você convencer alguém a pensar interdisciplinarmente. Nós somos fabricados disciplinarmente, somos fabricados para ser engenheiros, não para lutar por uma melhor educação ou que não se faz sem engenheiros para construir os prédios. Nós somos formados para entender nutrição, não para entender de fome. Nós precisamos ser refabricados intelectualmente.

JU – A propósito, a bolsa-escola vai passar por transformações? Cristovam – Nós queremos ajustá-la a idéia que tem dado mais certo em outros lugares. Por exemplo: pagar por família e não por número de filhos. Obviamente, fiscalizar com rigor a frequência dos alunos às aulas, porque caso não seja bolsa-escola, é esmola. E aumentar o seu valor. Quem decide o aumento do valor é o conjunto do Governo, não é o MEC. Este, formula e apresenta propostas. Mas a idéia é aumentar o valor, pagar por família e sermos mais rigorosos no controle da frequência. Respondendo à sua pergunta anterior, em que deu aquele núcleo? Pois ele existe, funciona, publica, mas não entrou na cultura universitária. Ainda.

JU – Qual? Cristovam - Um problema ético. No mundo de hoje estamos criando, não são nem duas classes, mas duas categorias de seres humanos: o fosso social entre os que têm e os que não têm. Está quase se criando uma espécie de ruptura da espécie humana. E, a universidade escolheu o lado do rico. Só que o nosso compromisso é com os que não têm. Quando eu falo de universidade, não falo da brasileira, nem das federais. Falo da entidade

JU – A universidade nova vai começar na reformulação das cabeças das pessoas?

Cristovam – Só que é a universidade que forma as cabeças. Tem que reformular a cabeça de alguns que sejam capazes de formular um projeto para a universidade, que reformulará a cabeça dos outros. É uma dialética. Isso é em tudo. Alguns se reformulam, é uma estrutura reformulada que forma outros. Mas eu não quero ter, nem de longe, a pretensão de saber como é essa universidade, até porque ministro não é para pensar. Ministro é para agir. Eu estou ministro para financiar quem vai pensar.

JU – E para agir, o senhor tem prioridades para essa universidade que temos agora?

Cristovam – Tenho, a curto prazo, por uma razão muito simples. Porque eu sou ministro do ensino básico, também. Sinto falta, absoluta, de ver a universidade mais envolvida no ensino básico. Mais licenciaturas, mais preocupação com a pedagogia, com a área de educação. Sinto necessidade de que o ensino médio seja mais identificado com o SUS, não apenas tendo hospital financiado pelo SUS, mas tendo médicos formados para integrar-se no esforço de melhorar a saúde brasileira. Af é outra coisa, é a reformulação em marcha. Com a universidade atual, temos que pensar e formular objetivos que, imediatamente, comecem a atender às necessidades atuais do Brasil.

JU – Ministro, como o senhor vê a área da saúde? É um problema da universidade ou da sociedade brasileira?

Cristovam – Das duas. Por exemplo: se o governo não paga bem a médicos de família, se não paga bem a médicos que vão interiorizar-se, a universidade não vai formá-los. Mas hoje, se o Ministério da Saúde dissesse “vamos multiplicar por dez o salário de um médico do setor público”, não conseguiria os médicos que precisa nas áreas nas quais precisa. Não há disponível. Conseguiria especialista em cardiologia, neurocirurgia, etc., mas um médico para chegar nas casas, atender a programas como o de saúde de família, não conseguiria. Eis os dois problemas.

JU – Isso passa por um problema de mentalidade? Desde a infância os estudantes são orientados pelos pais a “vencer na vida”. Na nossa sociedade, o que é “vencer na vida”? No caso da medicina, por exemplo: quando o estudante se volta para áreas mais rentáveis, como neurologia, cardiologia, etc., ele não está seguindo aquilo para que foi orientado desde o próprio ensino básico? Não é uma questão de opção pessoal?



“Há fome. E a fome não cabe na universidade. Qual o departamento que estuda a fome? Nenhum. Não pode ser. Fome não é uma categoria do conhecimento, não é nutrição.”

Cristovam – É uma questão do currículo, também. Na verdade a universidade se adaptou a essa mentalidade e se estruturou para atender a essa mentalidade. Tem que aumentar o salário para justificar a demanda por novos médicos. A universidade deve adaptar o seu currículo às exigências desses novos médicos que o Brasil precisa. São esses os dois lados. Eu não quero dizer que a universidade é só para isso. Na Filosofia a gente tem que pensar apenas em exigir mérito, que os nossos filósofos sejam os melhores, do mundo. Nas artes não se tem que pensar nem no Brasil, mas no mundo inteiro. Nossos literatos também não têm que estar preocupados com o Brasil, mas com a literatura mundial. As áreas das filosofias, ciências puras e arte não precisam se preocupar, especificamente com o Brasil, mas sim com a sua qualidade. As áreas tecnológicas como engenharias, medicina, arquitetura, áreas que mudam o mundo, essas sim devem se preocupar com o aqui e o agora. As áreas das ciências, artes, filosofias têm que se preocupar com o pensamento humano. O que eles precisam fazer é romper com o que já se conhece e inventar novos conhecimentos. A outra, o que tem que fazer, é mudar o mundo para ficar melhor. Uma faz o mundo mais bonito, deslumbra. A outra faz o mundo melhor, modifica. São diferentes as formas de agir nas áreas das filosofias, artes e ciências puras e nas áreas das tecnologias.

JU – Mas existem áreas que, naturalmente, se interligam... Cristovam - Devo dizer que tecnologias eu não chamo só as engenharias. A nutrição é engenharia. E algumas estão dos dois lados. A economia tem uma parte que é ciência pura, mas não pode ficar só nisso. A economia tem que ter um pensamento comprometido com a realidade da pobreza. Eu sou professor da economia. Se você olhar o currículo do nosso curso, para cada mil vezes que aparece nos textos a palavra *riqueza*, aparece uma vez a palavra *pobreza*. Não existe livro sobre como erradicar a pobreza. Existe livro sobre como aumentar a riqueza. Porque os economistas acreditavam, e tinham razão no passado, que a riqueza, crescendo, seria distribuída. Os últimos vinte anos mostram que a riqueza, quando cresce, não se distribui, é *indistribuível*. Ela é feita de produtos que são amarrados a uma minoria. Não dá para todo o mundo ter automóvel, por exemplo. Se todos tiverem automóvel ninguém sai do lugar, trançam as cidades e não tem gasolina para pôr e nem poço de petróleo, mesmo sem guerra no Iraque. Então, a gente não trabalha a economia da pobreza, da superação da pobreza. Tem que se mudar isso, tem que se adaptar. Como, eu não sei, e nem será imposto. Ministério não impõe as coisas à universidade. Ela própria se tem que reconstruir, se reformular com a sua autonomia. O papel do ministro

“O reitor que administra sem que a comunidade saiba como, está querendo a autonomia dele e da instituição.”



FOTOS RICARDO DE ANDRADE

portante, só tem um? Segundo, do ponto de vista político. Quando vou pedir dinheiro na área da Fazenda, peço um bilhãozinho para o ensino básico. Quando eu vou pedir um bilhãozinho para a educação, o ministro estrala: “Carambá, mais um bilhão pro seu ministério?” Esta é a realidade do processo de debate interno. Se eu quisesse um bilhão para o ensino superior. Claro que isso facilitaria para ter mais recursos. Terceiro, porque o casamento do ensino básico e superior seria facilitado. Hoje, se eu quiser aumentar o número de licenciaturas, vou debater dentro do MEC com os reitores? Mas como, se eu sou um par dos reitores... Não tem como forçar isso. Mas se eu fosse ministro só do ensino básico, chegaria para o ministro do ensino superior e dizia que queria fazer um convênio: “Transfiro agora quinhentos milhões de reais para vocês, do ensino superior, e vocês são obrigados a formar duzentos mil professores em quatro anos”. Eles teriam que fazer. E, finalmente, do ponto de vista da teoria educacional, o ensino superior não é a continuidade do ensino básico. Há um corte. O ensino básico tem que ser para todos, a universidade é para aqueles que tem vocação. É um equívoco achar que a universidade é uma continuação do ensino básico. Se não é a continuação, não tem porque estarem juntos. Essas são as vantagens. Mas isso é uma idéia, isso não é uma proposta. A proposta está superada.

JU – Na sua opinião por que há uma resistência tão grande da comunidade acadêmica a esta idéia?

Cristovam - Sinceramente, primeiro, eu acho que há um certo conservadorismo em não querer mudar. Há um certo receio. Segundo, porque ficou aquele medo de que isso levaria à perda de recursos, quando a minha proposta é simples. Hoje, mais de 70% dos gastos do MEC vão para as universidades federais. A minha proposta é de que o ministério do ensino superior comece com 70%, e o do ensino básico só com 30%. A partir daí se começa a tentar aumentar esses 30%. A resistência tem medo de perder esses recursos. Eu estou a vinte e poucos dias no MEC e já recebi, incluindo em bloco, uns cem reitores. Porém, só consegui receber dois secretários estaduais de educação. Porque eles não têm força, não têm presença. E é preciso dar força também aos secretários municipais. Acho que um ministro tinha que receber todos os secretários municipais. São cinco mil seiscentos e trinta, se não me engano. Conversarei com eles, do mesmo jeito que hoje estou conversando com todos os reitores das federais. Falarei com todos os secretários estaduais, ainda no mês de fevereiro e também, em fevereiro, terei uma reunião com uma parte, não com cinco mil. Ficarei dois dias inteiros com os secretários municipais. Fazer isso com os dois é complicado. A universidade merece ter uma pena dedicada só a ela. Penso que é uma pena tomar parte do meu tempo com o ensino básico, o ensino superior é tão importante... Ao mesmo tempo, fico com pena de estar tomando tempo do ensino básico para as universidades, o ensino básico é tão importante... Eu gostaria de ser dois. Af eu seria ministro de um e de outro. Sendo um só, é difícil.

JU – O diálogo parece uma das suas marcas. Um dia desses na *Voz do Brasil*, o senhor disse que queria ouvir os professores. Por que é importante para o ministro ouvir aos professores? O que o senhor espera desse diálogo, dessa manifestação dos professores do ensino básico, do ensino médio?

Cristovam - Em primeiro lugar, porque o ministro da Educação, tem que ser um professor, um colaborador do Brasil. Eu quero ser o professor número um, já que o presidente é o funcionário público número um. O professor dialoga, não apenas dá aula. Sem diálogo ele não ensina. Segundo, porque o ponto chave para mudar a educação no Brasil é a formação do professor. O ponto chave da formação não é apenas apoio, mas também é a auto-estima do professor. Considero que o fundamental é conseguir fazer com que, daqui a algum tempo, o professor tenha orgulho da profissão. Se ele conseguir isso, o resto vem. É claro que ele não consegue isso só de dentro. Consegue se, também, aumentar salário. Não pode ser, com esses salários que estão aí. Eu não sei se as pessoas fizeram as contas, mas a classe média no Brasil deve gastar, hoje, em torno de 100 mil reais com a educação de um filho, ao longo de seus 11, 12, 13 anos de estudos. Mas o povo brasileiro através do governo, inclusive através do MEC, está gastando menos de 2 mil com o estudo de um filho do pobre. Porque o filho do pobre não só gasta pouquinho por mês, como só estuda 4 horas. Quando você multiplica o gasto unitário com uma criança neste país por 12 meses e pelo número de anos que ele estuda, constata o absurdo que se tem hoje de desigualdade no processo educacional. Enquanto for assim vai ser difícil ter a auto-estima dos professores aumentada se pode ter, mas pelo menos um diálogo, neste momento, enquanto não se consegue ter uma mudança de situação. Mas o próprio presidente Lula tem dito que vai ter que resgatar essa dívida com os professores, apesar de toda a escassez de recursos. O número de pessoas que paga imposto de renda e tem filhos na escola, tem desconto no imposto de renda que chega a um bilhão por ano. Por exemplo: nós aqui, com nossos filhos deixamos de pagar imposto para pagar educação. Que não é uma coisa má, porque se está pagando educação. Mas com um bilhão, praticamente dobra a bolsa-escola para dez milhões de crianças. É uma desigualdade, uma injustiça, e uma burrice muito grande como país.

JU – Ministro, falando em custos e desigualdades: o IBGE divulgou dados, pelo menos curiosos, demonstrando a extrema diferença de custos de estudantes de uma universidade para outra. Como resolver isso?

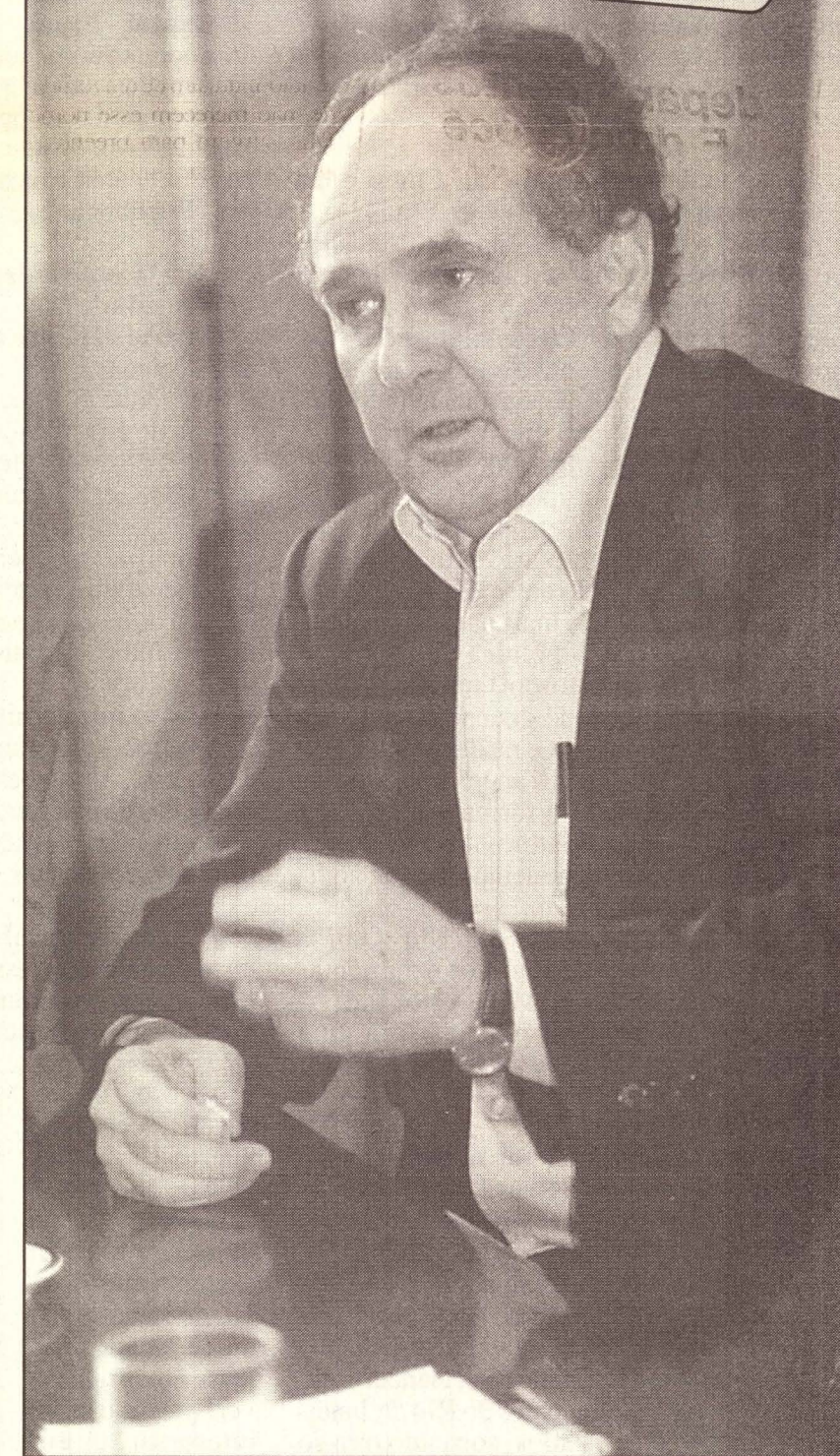
Cristovam – Existem duas explicações: uma perversa e outra maldosa. Existe um pouco de desperdício e de diferença de eficiência de uma instituição para outra. Mas também não dá para comparar. Na instituição que faz pesquisa é natural que se gaste muito mais por aluno do que na que não faz. Na verdade, aquele indicador do IBGE não é o quanto se gasta por aluno, mas quanto se gasta dividido pelo número de alunos. Há professores em universidades sérias

que não têm tempo para dar aula porque estão descobrindo a cura do câncer, mas entra nas estatísticas do custo por aluno. Há certas ineficiências em alguns lugares. Acho que uma das obrigações da nova universidade é ser melhor gerenciada, como o Brasil inteiro, não só as universidades. As universidades, hoje em dia, têm sido gerenciadas até bem, porque com a falta de recursos em que vive, conseguir sobreviver, já é muita competência. Hoje, para um reitor, já é muita competência fazer com que sua universidade sobreviva com tão pouco dinheiro que tem, atrasando recursos como atrasa o governo central. Ainda que não tenhamos culpa do passado, já atrasamos nesse primeiro mês de governo, porque estamos também querendo adquirir o controle da máquina, que não é uma coisa simples.

JU – Governos anteriores retiraram certos graus de autonomia das universidades. O que o senhor pensa disso e como será tratada a questão da autonomia neste governo que começa?

Cristovam – Eu quero radicalizar na autonomia universitária, desde que sejam levados em conta os seguintes aspectos: a responsabilidade, o compromisso e a transparência. Deve ser administrada o mais independente possível do poder central, desde que seja responsável nos gastos, ou seja, não gaste e mande a conta para o governo. A universidade recebe um dinheiro e gasta naquele limite. Se gasta naquele limite por que ter que consultar o ministério se pretende colocar um professor de dedicação exclusiva ou não. O reitor sabe melhor do que o ministro. Se um professor vai viajar é o reitor que sabe, não é o ministro. Mais autonomia, desde que não gaste mais do que está previsto e desde que a comunidade saiba como e onde o dinheiro está sendo gasto. O reitor que administra sem que a comunidade saiba como, está querendo a autonomia dele e não a da instituição. O compromisso social tem que estar sintonizado com o projeto de como será o Brasil daqui a 30 anos. Quantos prêmios Nobel vamos querer ter até 2050? É um absurdo que o Brasil não tenha prêmio Nobel. A Guatemala tem dois, o Chile tem dois, a Argentina nem sei quantos... Com compromisso, transparência e responsabilidade, autonomia total. É a minha defesa.

“Eu quero ser o professor número 1, já que o presidente é o funcionário público número 1.”



JU – Esta autonomia total que o senhor afirma defender se estende também à questão didático-pedagógica?

Cristovam – Desde que esteja de acordo com o compromisso. Se o compromisso é ter tantos milhares de professores de física, a universidade tem que estar sintonizada com isso. Tem um problema na liberdade que é compatibilizar uma universidade com outra no problema das transferências. Um aluno daqui do Rio Grande do Sul precisa ir para Pernambuco e af tem que reconectar o curso dele. Tem que se descobrir um jeito de evitar que isto aconteça. Mas af pode ser uma combinação entre as universidades. Universidade autônoma mas com compromisso. Estou falando da autonomia e não do autismo. Tem universidade que confunde autonomia com autismo.

JU – O senhor tem previsão de concursos para professores e técnicos administrativos para as universidades?

Cristovam – O atual orçamento prevê a contratação de três mil professores, seis mil funcionários além do pessoal para os hospitais. Estamos trabalhando para que os ministérios do Planejamento e da Fazenda autorizem logo esses concursos.



## ENTREVISTA

ROBERTO AMARAL

## “Não há política tecnológica sem política industrial”

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, também esteve na 48ª Reunião da Andifes. Após a manhã de trabalhos, concedeu entrevista a Clovis Ott e Jacira Silveira, do JU. Pesquisa, relações universidade-indústria, inovação, apoios e recursos, estabelecimento de novas políticas de C&T pelo governo que inicia e os principais desafios que o país terá que enfrentar no setor, a curto prazo, foram os assuntos abordados.

**Jornal da Universidade** – Como o senhor vê a relação entre a pesquisa acadêmica ou básica, e a pesquisa tecnológica ou aplicada?

**Roberto Amaral** – Do meu ponto de vista, não pode existir a distinção entre pesquisa básica e pesquisa aplicada; existe pesquisa. Até porque é impossível pesquisa aplicada se não existir pesquisa anterior. Esta distinção nós queremos superar.

**JU** – A multiplicação das colaborações entre empresas, universidades e laboratórios governamentais vem transformando o sistema de pesquisa e de inovação dos países industrializados num sistema cooperativo. Há uma distribuição de responsabilidade e de recursos submetida a esquemas de controle de avaliação de seus resultados?

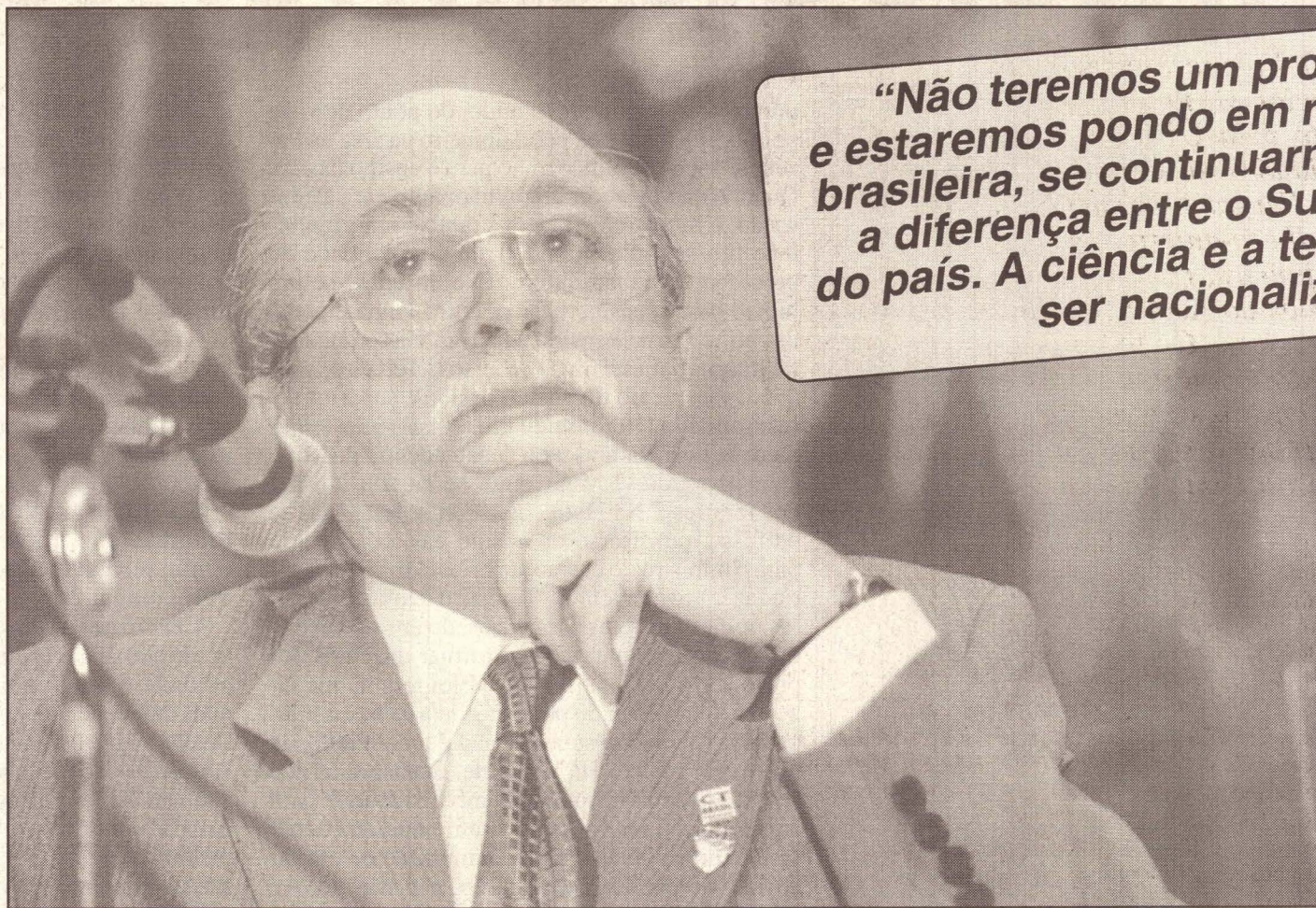
**Amaral** – Até aqui, o esforço brasileiro para a criação, aperfeiçoamento e adaptação de tecnologia tem sido encargo quase que exclusivo do poder público, do governo da União, preponderantemente, e dos esforços de alguns governos estaduais. E o que nós queremos hoje? Primeiro: incorporar o empresariado nesse esforço para que invista nisso. É uma forma de melhorar a qualidade dos nossos produtos, bens e serviços. Segundo: discutir com o MEC e com as universidades privadas o papel delas. Elas hoje agregam dois terços do alunado brasileiro. Qual o papel delas? Algumas universidades são muito ricas no esforço de ciência e tecnologia. Colaborarão? Ficarão fora? Que papel vamos exigir?

**JU** – Qual será o papel da Finep e do CNPq neste processo?

**Amaral** – Os papéis da Finep e do CNPq são decisivos. A Finep é um agente de fomento destinado, principalmente, ao esforço de construção de tecnologia na área empresarial. Vamos priorizar as pequenas e médias empresas de base tecnológica e estamos trabalhando para a capitalização da Finep. Ela está numa crise, daí o esforço de capitalização, para o qual eu espero contar com o apoio do BNDES. O CNPq é fundamental na produção dos nossos doutores, principalmente através das suas bolsas. Há um certo acordo entre Capes e CNPq; a Capes está se voltando mais para o mestrado, e o CNPq dá ênfase à política de formação de doutores. Esse esforço também visa o avanço da pesquisa e da docência nas áreas de ciência, de tecnologia e de inovação. O Brasil teve, nos últimos 10 anos, muitos avanços na área científica. Já formamos hoje um número razoável de doutores - aproximadamente seis mil ao ano e podemos chegar, ao final deste governo, a 10 mil ao ano - é claro, com o apoio da Capes e do CNPq. O projeto do presidente da República é aumentar o número de bolsas e elevar o valor individual de cada uma. Esta política será uma política comum, porque envolve o MCT, CNPq e MEC-Capes.

**JU** – O senhor mencionou uma distribuição mais igualitária no Brasil, no sentido de não centralizar muito os apoios e os recursos. O que o senhor quis dizer com isso?

**Amaral** – Não há nenhuma crítica aos pontos de excelência. O estado de São Paulo exerce um papel magnífico nesse esforço. É o estado que mais investe em educação, ciência e tecnologia. Há esforços recentes do Rio de Janeiro. E cito mais dois estados, correndo o risco de ser injusto com outros: há esforços no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Fora daí, há uma certa fragilidade. O número de doutores e mestres nos demais estados é muito pequeno. Então, temos que fazer um encontro da política nacional com a política dos estados para que esses estados participem de um esforço que vamos liderar, visando nacionalizar a pesquisa. O que eu quero dizer com nacionalizar? Federalizar, melhorar a qualidade de toda a universidade, fazendo o esforço de fixar o mestre e o doutor na sua universidade de origem, aparelhar essas universidades com pesquisa e dar recursos para que a pesquisa possa ser desenvolvida. O ministro Cristovam e eu fizemos um levantamento e obtivemos uma informação trágica: 60% dos doutores, bolsistas do CNPq, têm mais de 40 anos. O que se lê disso? Estamos fechando as portas do



“Não teremos um projeto nacional e estaremos pondo em risco a federação brasileira, se continuarmos estimulando a diferença entre o Sudeste e o resto do país. A ciência e a tecnologia têm que ser nacionalizadas.”

aperfeiçoamento aos jovens saídos do ensino superior. Eles não têm como ser absorvidos pelas universidades nem pelo mercado de trabalho. Temos que aumentar o número de bolsas, introduzir outros critérios de seleção e, ainda este ano, aumentar o valor individual das bolsas. Precisamos acabar com esta distorção. Um dia desses, em um debate da SBPC ouvi de um pesquisador que todos nós conhecemos, estimamos e respeitamos, uma declaração assustadora: 100 pesquisadores brasileiros são responsáveis por 60% dos recursos das agências de fomento. E ele não foi contestado. É preciso revisar isso.

**JU** – Qual é sua opinião sobre a continuidade da lei da inovação?

**Amaral** – Eu não tenho ainda, porque vai ser uma opinião conjunta do MCT e do MEC. Isso afeta muito a universidade. Então é do interesse da Ciência e Tecnologia. Eu e o ministro Cristovam vamos constituir um grupo de trabalho, fazer uma análise e levar o resultado ao presidente da República.

**JU** – Como a lei da inovação afeta a universidade?

**Amaral** – Há uma distância muito grande entre a sociedade, a universidade e o empresariado na produção de tecnologia e inovação. A indústria do Brasil não constitui fonte de absorção de mão de obra formada pela universidade nem pode ser indicada como centro de inovação. Enquanto a participação da iniciativa privada dos países desenvolvidos em C&T, principalmente em inovação, oscila entre 80% a 86% do total de investimentos no setor, no Brasil este mesmo índice não atinge os 20%.

**JU** – O que significa isso?

**Amaral** – Que está a nosso encargo, ao encargo das instituições públicas federais e estaduais, das nossas fundações de amparo às ciências, toda a responsabilidade de construção da tecnologia deste país.

**JU** – Como o senhor interpreta o posicionamento do empresariado brasileiro, que se omite em investir em pesquisa?

**Amaral** – A questão não é propriamente que a pesquisa esteja a serviço da indústria. É a serviço do interesse nacional. O Estado apenas estabelece algumas prioridades. Por exemplo, uma questão que interessa à universidade, interessa à política governamental e vai interessar ao empresariado: a universidade precisa, o MCT precisa ajudar os empresários numa política de substituição de im-

portações. Não é fechando o mercado, é construindo tecnologia para que os produtos que nós importamos possam ser produzidos aqui. Com isso, nós desenvolvemos tecnologia, criamos empregos e ajudamos na balança de pagamentos. Eu posso condenar a indústria brasileira que está, há dez anos, num país que vive na fronteira da recessão, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) oscilando entre o zero e um vírgula qualquer coisa e praticando os juros mais altos do mundo?

**JU** – Esta situação não pode ser revertida com a implantação de uma política tecnológica?

**Amaral** – Primeiro: se isso não for revertido, o Brasil sucumbe como projeto de nação, pois desaparecerá qualquer possibilidade de produção industrial. Segundo: não há possibilidade de uma política tecnológica se não existir uma política industrial. As multinacionais não têm porque investir em tecnologia nacional, pois podem importar suas próprias matrizes. E por que o nosso empresário, que está sem recursos, vai retirar o que sobra de investimento para investir em ciência e tecnologia se ele pode alugar ou importar uma caixa preta e pagar royalties?

**JU** – Como aproximar esses dois lados?

**Amaral** – Trabalhando. Eu estou aqui numa reunião com os reitores das universidades públicas que produzem pesquisa pública. Já estive na Fiesp conversando com os empresários. Logo estarei no Rio de Janeiro e depois vou a Brasília. Vamos nos aproximar porque o interesse é comum.

**JU** – E qual o papel da universidade nisso?

**Amaral** – Cabe à universidade a construção do pensamento novo, do pensamento revolucionário. Vejo a participação da universidade não apenas na execução dos nossos projetos. Ela deve estar na formulação dos projetos e, na medida do possível, no processo decisório. É este o papel da universidade moderna: avançar, antever o futuro e participar da construção deste futuro.

**JU** – Isso tudo não significa um grande desafio e implica até uma mudança de hábitos?

**Amaral** – O processo de resistência à mudança é terrível. Apesar de toda a minha vida acadêmica, política e administrativa devo confessar que a cada dia me surpreendo porque há uma cultura, uma visão ideológica, de resistência à mudança. E não é só na estrutura burocrática. Esta resistência está, muitas vezes, em grupos avançados da nossa comunidade. Esta resistência está um pouco projetada nas nossas mentes, em nós próprios.

**JU** – Diante do exposto, o senhor não consi-

dera, pelo menos problemática, uma aspiração do Brasil à posição de liderança na América Latina?

**Amaral** – O Brasil não tem nenhum projeto hegemônico. Deixamos isso para as nações do Norte. Mas temos uma grande responsabilidade com a América do Sul. Há anos os países da região insistem para que o Brasil assumira o seu papel no continente. Mas as nossas lideranças não se sentem, sequer, latino-americanas. Elas falam “os brasileiros e os latino-americanos”, com os olhos voltados, primeiro para Paris, depois Londres,

depois Nova Iorque e, agora, o sonho da classe dominante é Miami. Mas não conhecemos a América do Sul onde, praticamente, apenas dois países fazem ciência e tecnologia: Brasil e Argentina. Este continente foi depredado pelo modelo neoliberal. A Argentina, sabemos no que se transformou. Uruguai, Paraguai, Equador, Peru, estão todos em crise, e nem vou falar na Colômbia e na Venezuela. Portanto, temos um papel a exercer. Aumentamos a colaboração científica com a Argentina. Também temos um papel importante junto ao Uruguai e ao Paraguai. Isso para ficar só no Mercosul. Ou compreendemos que o Brasil, para desenvolver-se, precisa de uma América do Sul - já não digo forte - mas se afastando da miséria, ou não estaremos à altura do desafio histórico que temos pela frente.

**JU** – Mas temos também um desafio histórico dentro das nossas próprias fronteiras... Não há um fosso científico-tecnológico entre o Sul e o Norte do país?

**Amaral** – Não teremos um projeto nacional e estaremos pondo em risco a federação brasileira, se continuarmos estimulando a diferença entre o Sudeste e o resto do país. A ciência e a tecnologia têm que ser nacionalizadas, no sentido de nação, de expandir-se a todas as regiões. E nessa expansão, comprometer-se com a solução dos problemas locais, fixar o pesquisador na sua região e na sua universidade de origem. Hoje, Norte, Nordeste e Centro-oeste são fornecedores de cérebros para o eixo Rio-São Paulo. Formamos, hoje, seis mil doutores. Deste total, quase quatro mil são formados no estado de São Paulo; em torno de 70% das bolsas da Capes são concedidas ao Sudeste; São Paulo tem o maior investimento nas áreas de ciência, tecnologia e pesquisa, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) recebe do governo estadual algo em torno de um milhão por dia; o governo do estado de São Paulo investe cerca de cinco bilhões de reais em educação, ciência e tecnologia. Isto não é uma crítica. Graças aos investimentos que São Paulo sempre fez foi que nós avançamos em ciência e tecnologia até agora. A minha preocupação no Ministério é ter um projeto de nação.

**JU** – Por que, praticamente, apenas São Paulo investiu e investe em educação, ciência e tecnologia?

**Amaral** – Aí encontramos outra tragédia. A percepção primária da política brasileira não incorpora nas suas preocupações a ciência e a tecnologia porque ambas não dão votos. A imprensa brasileira não sabe da importância da ciência e da tecnologia para o país. Não temos, sequer, lobby no Congresso Nacional.

**JU** – Mas não existe no Congresso Nacional uma Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação?

**Amaral** – É a segunda Comissão mais disputada no Congresso. A primeira é a de Justiça. Aí, um marciano vem aqui e observa: “Olha só que país avançado, com todos os parlamentares preocupados com ciência e tecnologia!” Não é nada disso. Eles optam por esta comissão por causa da rubrica Telecomunicação. É por causa da concessão de canais. Quando o noticiário anuncia alterações no salário mínimo, toda a população sabe a influência disso. Quando se fala em alteração no dólar, todos sabem o que vai acontecer. Mas essa mesma população não sabe, porque não lhe é dado a saber, as repercussões que a ciência e a tecnologia têm no seu cotidiano. Ela, sequer, sabe o que é ciência e tecnologia.

“A percepção primária da política brasileira não incorpora nas suas preocupações a ciência e a tecnologia porque ambas não dão votos.”





# Jornada debate ensino superior no Fórum Social Mundial

FOTOS RICARDO DE ANDRADE

● JACIRA CABRAL DA SILVEIRA  
Jornalista

A jornada de debates *O Ensino Superior no contexto do Fórum Social Mundial*, promovida em conjunto pela UFRGS, Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) e Centro Extremenho de Estudos e Cooperação Ibero-americana (Cexeci), no dia 23 de janeiro, resultou em forte contraponto às idéias do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), que pretende incluir o ensino superior na lista dos serviços comerciais a serem regulamentados de acordo com suas normas.

"Teimosia necessária": assim a professora Wraha Maria Panizzi, reitora da UFRGS, definiu o conjunto de exposições e discussões apresentadas durante a jornada, realizada no Salão de Atos da UFRGS. Durante mais de quatro horas os participantes, representantes das Andes, Fasubra, UNE, Assufgrs e DCE ouviram e debateram os temas *Da sociedade da informação à sociedade do conhecimento e A educação não é mercadoria, é direito*.

Participaram como debatedores o secretário executivo da Associação de universidades do Grupo Montevideu (AUGM) e ex-reitor da *Universidad de la República*, Jorge Brovotto; o assessor especial do reitor da Universidade das Nações Unidas e ex-diretor da Divisão do Ensino Superior da Unesco, Marco Antônio Dias, o professor catedrático de Ciência da Educação da Universidade do Porto, Stephen Stoer; o ex-presidente da SBPC e atual professor da Faculdade de Medicina da USP, Sérgio Ferreira; a reitora da Universidade Estadual



do Rio de Janeiro (UERJ), Nilceia Freire e o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Felipe Maia.

Impregnados pelos efeitos da Conferência Mundial do Ensino Superior (CMES) de outubro de 1998, em Paris, marco da discussão sobre a universidade em nível internacional, os integrantes da mesa reafirmaram a educação como um direito de todos e o acesso ao ensino superior para todos, conforme prevê a Declaração dos Direitos Humanos. Disseram ainda da urgência das universidades defini-

rem seus projetos acadêmicos, "aliando-os às necessidades do processo educacional e produção de informação e conhecimento", como destacou Stephen Stoer.

Marco Antônio Dias aprofundou: "O grande ensinamento da CMES foi o de que, antes de pensarmos qual modelo de universidade queremos construir, devemos pensar que tipo de sociedade queremos alcançar. E a sociedade que se quer alcançar, tendo por base as discussões iniciadas em 1998, é uma sociedade mais justa e democrática."

## Duas sociedades e um direito

Depois da saudação da reitora, a jornada começou com as apresentações de Sérgio Ferreira e Stephen Stoer, sobre o tema *Da sociedade da informação à sociedade do conhecimento*. Na sequência, os demais convidados, Jorge Brovotto, Marco Antônio Dias, Felipe Maia e Nilceia Freire, falaram sobre *A educação não é mercadoria, é direito*.

### ANALFABETISMO CIENTÍFICO

A sociedade da informação se estabeleceu ao longo dos anos 80 e no início da década de 90, com a transferência, em grande escala, da população norte-americana para o sul dos EUA, ficando a parte que realmente produzia o conhecimento no norte do país. Nesta reestruturação, resultante da evolução das políticas econômicas neoliberais, veio junto a privatização, o comércio livre, os ajustes estruturais e sociais.

Segundo Sérgio Ferreira, professor titular de farmacologia da Faculdade de Medicina da USP e ex-presidente da SBPC, nesse momento foi dada ênfase à privatização do setor de telecomunicação e às tecnologias de informação, tendo essa última passado a ser a rainha do processo.

Nos países do sul da América Latina a sociedade da informação também chegou com suas marcas neoliberais. Entretanto, a informática ficou restrita às áreas urbanas e a regiões de mercados mais lucrativos. E a maioria da população acabou por ficar à margem da cultura, ou seja, numa crescente brecha digital, conforme analisa Ferreira.

Em função disto, ele indaga: "Será que hoje podemos resgatar o grande conceito da sociedade de informação, uma vez que se afirma não haver apenas um modelo de sociedade?" Segundo o cientista, ela está sendo rebatizada de sociedade do conhecimento. Mas Ferreira coloca dúvidas quanto à possível relação saudável entre a informação e o conhecimento, dentro de um ambiente orientado para a competição de mercado.

Para ele não está claro se a sociedade do conhecimento propõe apenas e simplesmente diminuir a brecha digital. Por outro lado, ele acredita que a difusão do conhecimento pode aumentar a educação de novos setores da sociedade, onde novas técnicas serão desenvolvidas.

Entretanto, adverte o professor, apenas a difusão do conhecimento prático ou teórico ou a sua massificação não irão capacitar determinada sociedade para que ela entre nos grandes mercados competitivos do mundo. Isso porque, para participar do mercado globalizado é necessário criar conhecimento, desenvolver novos processos e produtos inovadores, com agregação de valor cada vez maior.

E isso não é alcançado simplesmente através da distribuição da informação e do conhecimento. A história contemporânea mostra que este salto qualitativo é impossível sem ciência e inovação tecnológica. "Difusão do conhecimento é imprescindível para a conquista da cidadania. Por outro lado, a

cidadania não se obtém sem redistribuição de renda, sem criação de empregos, e promoção da saúde", diz Ferreira.

Na sociedade do conhecimento, ganha importância a organização em rede de cientistas e profissionais de diferentes regiões e mesmo de diferentes países. O tipo de ciência feita por essas redes, embora exija grande investimento, não tem perguntas, não se propõe a questionar ou defender novos ou velhos paradigmas, conceitos ou teorias.

Segundo Ferreira, para uma sociedade como a brasileira poder progredir é preciso enfrentar seu "analfabetismo científico", sob pena de jamais chegar a ser uma sociedade real de conhecimento. "É preciso admitir que não sabemos manter a curiosidade viva dentro das universidades, de trabalhar a capacidade dos estudantes e crianças de fazer perguntas".

### UMA QUESTÃO DE PERFORMANCE

Stephen Stoer, professor catedrático de Ciência da Educação da Universidade do Porto, Portugal, diz que, assim como em outras sociedades, as novas classes médias de seu país estão preocupadas com a perda de influência do que o teórico Pierre Bourdieu chamava de capital cultural. Ou seja, este capital das classes médias não estava funcionando tão eficazmente no que diz respeito à escola para todos, a escola pública.

Ele aponta, como fatores promotores dessa perda mudanças sociais, como o desmantelamento das profissões em competências, a reestruturação do mercado de trabalho e a crise do Estado. "São fatores que estão tendo um impacto nos sistemas educativos", adverte.

Stoer analisa a situação a partir de um grande teórico inglês no campo da sociologia da educação que falava da passagem do modelo de competência para o da performance. Se antes havia um modelo de competência de formação (competências lingüísticas, no sentido de Soussir, competências cognitivas, na teoria de Piaget), agora surge a competência transferível, preocupada com o prazo curto.

O conhecimento, depois de quase dois séculos, divorciou-se da interioridade, do comprometimento e da dedicação pessoal. Nesse contexto, as pessoas podem ser levadas de um lado para outro, substituídas umas pelas outras e excluídas do mercado. Isso preocupa qualquer educador, comenta Stoer. É um processo de individualização, com a redução desses indivíduos a sua performance - ou seja, o máximo que podem conseguir em tempo mínimo.

Com relação ao ensino superior, ele comenta que em seu país não existe uma reflexão quanto ao fazer pedagógico na universidade. Ainda persiste a idéia de que pedagogia é alguma coisa com a qual se nasce. Tentativas têm sido feitas no sentido de mudar esta situação, sobretudo através da formação contínua.

## Alice, a gazela e o leão

O tema *A educação não é mercadoria, é direito* em debate na jornada sobre o ensino superior no contexto do FSM, na UFRGS, inspirou alguns palestrantes a buscarem na literatura personagens que ilustrassem a situação atual da educação e do ensino superior brasileiros.

Todas as manhãs a gazela pensa ao acordar: "terei que correr mais rápido do que o leão para poder me salvar". Por sua vez, o leão desperta todas as manhãs com o seguinte pensamento: "talvez hoje precise correr mais do que a gazela para não morrer de fome."

Para Jorge Brovotto, secretário executivo da Associação de universidades do Grupo Montevideu (AUGM), esta fábula reflete o pensamento dos organismos internacionais do setor financeiro sobre o tema da educação. A mensagem da fábula é clara: neste mundo globalizado o que reina na educação é a lei da selva. "Numa selva em que a solidariedade, a cooperação ou a integração nos fazem mais lentos, menos arrojados."

Aqui entra *Alice através do espelho*, de Lewis Carroll, onde a menina tem que correr muito para não sair do lugar. "Volta e meia, a universidade está exatamente na mesma situação", observa Nilceia Freire, reitora da UERJ. Com a imagem de Alice ela introduz sua fala sobre a questão das cotas como instrumento de política de ação alternativa e instrumento de inclusão e democratização do acesso à universidade.

### SOMOS A GAZELA

Mas as personagens mais frequentes nas apresentações dos palestrantes da jornada foram os organismos internacionais do setor econômico. A partir da III Cumbre, Porto Alegre/2002, teve início o debate sobre as intenções da Organização Mundial do Comércio (OMC) de transformar o ensino superior em mercadoria, através do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS).

Para Brovotto, esta proposta é inaceitável. Há onze anos à frente do Grupo Montevideu, ele defende que cada universidade e cada país devem preservar sua identidade. Brovotto diz que, o objetivo da AUGM para a integração entre as instituições de ensino superior, favorece um espaço acadêmico ampliado que enriquece a todas e as torna mais competitivas no mundo de hoje. Mesmo assim, o educador reconhece que a América Latina e o Caribe são as regiões do mundo que dedicam menor parcela de seu produto interno bruto à educação.

"Somos a gazela", conclui Brovotto, ao analisar de que lado estão os países em desenvolvimento na luta travada contra a globalização no que tange à educação. Em todo o planeta, 65% de seus habitantes jamais fizeram uma ligação telefônica. Em todo o continente africano há menos conexões telefônicas do que na ilha de Manhattan.

Essa globalização, segundo Brovotto, implica em um conjunto de políticas macroeconômicas. E estas políticas, impostas e induzidas pelas organizações internacionais do setor financeiro, têm fortíssimo impacto na educação superior. "Mais do que nunca o conhecimento é a fonte primordial do poder. Por essa razão, temos que ampliar o acesso ao conhecimento e democratizar o poder."

### GLOBALIZAÇÃO MAIS "HUMANA"

Pode a educação ser considerada um serviço comercial? E, como consequência, ser regulamentada pela Organização Mundial do Comércio? A provocação partiu do assessor especial do reitor da Universidade das Nações Unidas e ex-diretor de Ensino Superior da Unesco, Marco Antônio Dias.

Segundo o GATS, os serviços governamentais estão incluídos quando são implementados numa base comercial ou numa situação de concorrência com um ou mais fornecedores. Ou seja, se um país permite a existência de uma escola privada é sinal de que há um ou mais for-

necedores junto com o governo. Necessariamente, numa interpretação da OMC, o regulamento se aplica a ela.

Ao que consta, o Brasil ainda não firmou nenhum compromisso na área da educação. Nesse sentido, Dias destacou o "bom costume" do Itamaraty de enviar embaixadores competentes às missões junto a OMC. Atualmente o encarregado é Luiz Felipe Seixas, mas já desempenharam a função Rubem Ricupero e Celso Amorim.

Afinal de contas, "o que vai acontecer se a educação passar a ser tratada como mercadoria e não mais como direito humano?", insiste o dirigente. Em primeiro lugar ela não será para todos e sim para aqueles que podem pagar. As culturas de cada povo não serão respeitadas e as necessidades nacionais e regionais deixarão de ter prioridade. Não haverá restrições a pacotes fechados. A universidade será uma verdadeira fábrica de diplomas de má qualidade.

E o mais grave, frisa Dias, "a definição das políticas educacionais se dará no exterior e não de maneira soberana por governos democraticamente eleitos. Como forma de realizar trabalho mais efetivo com relação às questões provocadas a partir do GATS, Dias comenta que a Universidade das Nações Unidas vem fazendo uma reflexão para saber de que maneira pode-se alcançar uma globalização com uma "face humana".

### CURRÍCULOS DESCOMPROMETIDOS

O presidente da UNE, Felipe Maia, entre suas críticas à crescente privatização do ensino superior, acusa o descompromisso dos currículos com as grandes causas sociais brasileiras. Segundo ele, esse é um aspecto perverso da mercantilização da educação porque inclui diretamente muitos cursos das nossas universidades públicas, que não discutem os grandes problemas nacionais.

Ele classifica como "inconcebível" um curso de medicina de uma universidade pública formar médicos que tenham grande capacidade para realizar uma cirurgia mas que não conseguem pensar um sistema de saúde pública. Assim como é inexplicável um curso de arquitetura ser capaz de discutir as construções mais avançadas, mas não desenvolver técnicas alternativas de moradia popular.

Outro fator que configura a crescente mercantilização do ensino superior no Brasil, segundo a avaliação do dirigente estudantil, é que 70% das matrículas são oferecidas em instituições privadas. "Hoje o país é invadido pela lógica empresarial na oferta de serviços educacionais."

Estudantes de mais de 20 países estiveram reunidos no Fórum Social Mundial onde começaram a articular calendários de ações conjuntas para os meses de março e setembro. Os universitários europeus vão parar no dia 13 de março e para o dia 27 de março está prevista uma jornada latino-americana de mobilizações contra a inclusão da educação no GATS.

### AS COTAS DA UERJ

Presente na jornada, a reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Nilceia Freire, contou como vem sendo implantado o novo sistema de cotas na instituição que dirige, que prevê 50% das vagas a estudantes provenientes de escolas públicas: "É uma política de ação afirmativa e um instrumento de inclusão, o que percebemos como democratização de acesso à universidade", avalia a reitora.

A UERJ também reserva 40% do total de vagas para candidatos auto-declarados negros ou pardos. Esta proposição, transformada em lei, está obrigando a comunidade acadêmica a grandes reflexões.

Nilceia revela que, a partir destas mudanças, os membros da instituição estão reavaliando tanto os critérios de seleção e os métodos pedagógicos empregados na UERJ como buscando definir quem são os jovens que estão e os que passarão a estar na instituição a partir de março de 2003.

Entretanto, a reitora adverte que as cotas, isoladamente, sem estarem associadas a outras medidas, como a melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio, podem representar atitudes de cunho meramente populista e sem sustentabilidade.

Ela define como estratégias provisórias as experiências vividas hoje pela UERJ e pela Universidade Estadual da Bahia. Prevê suas extinções, à medida que se estabeleçam as bases de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde prevaleça o projeto de uma educação democrática.



Na Jornada foi reafirmada a educação como direitos de todos



# Livro aponta rumos à educação superior

●JORGE BROVETTO

Secretário-executivo da Associação de Universidades Grupo Montevideu

**“Educação Superior frente a Davos” foi lançado durante a jornada que debateu o assunto, durante o III Fórum Social Mundial**

A problemática da educação superior no mundo contemporâneo, nesta sociedade caracterizada pelo conhecimento, e por isso chamada de “sociedade da informação e do conhecimento”, onde o conhecimento é poder e, portanto, democratizá-lo é democratizar o poder, foi e é motivo dominante de preocupação e de ocupação da comunidade acadêmica ibero-americana.

Ela foi e é também fonte de preocupação e base para a ação das três instituições coordenadoras desta publicação: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Centro Extremenho de Estudos e Cooperação com Ibero-América (Cexeci), da Espanha, e a Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), instituições organizadoras de dois eventos recentes, a III Cumbre Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas, que teve lugar na UFRGS, em abril de 2002, e do seminário Educação, Democracia e Desenvolvimento, realizado em Cáceres, Extremadura, Espanha, em julho do mesmo ano.

Nesta publicação, se apresenta uma seleção de reflexões e debates provenientes de ambos os eventos. Reflexões e debates sobre o próprio destino da educação superior, sobre seus valores fundamentais de qualidade, pertinência e equidade, e sobre a eficiência social da educação superior. Reflexões e debates (que se inseridos) na polémica que, em nível regional, teve seu ponto culminante na Conferência Regional sobre a Educação Superior na América Latina e Caribe, organizada por Cresal/Unesco, em Havana em 1996; e em nível planetário, na Conferência Mundial sobre Educação Superior organizada pela Unesco, em Paris, em outubro de 1998.

Não estamos exagerando quando dizemos que o que está em jogo é o próprio destino da educação superior. O desmantelamento crescente da universidade pública promovido pela globalização é particularmente preocupante na América Latina, que tem o triste privilégio de conhecer os maiores desequilíbrios sociais do planeta.

A larga prédica do Banco Mundial e de outros organismos do sistema financeiro internacional sobre a privatização da educação superior soma-se, nos últimos anos, a surpreendente proposta da Organização Mundial do Comércio (OMC) de incluir a educação superior como um dos tantos serviços regulados internacionalmente pelo Acordo Geral de Comércio e Serviços (Gats).

Este foi, especificamente, um dos temas abordados no primeiro dos eventos (e incluído na publicação), no qual foi aprovada a Carta de Porto Alegre que, entre outros conceitos, expressa que a proposta da OMC “...se inscreve num processo sustentado por drásticos cortes do financiamento público, de fomento à globalização da educação privada, e que pretende que os Estados abandonem sua função política específica, de orientação, direção e gestão em áreas de sua responsabilidade social” e denuncia que essa proposta leva a “favorecer a comercialização internacional dos serviços de educação, assemelhando-os a mercadorias comuns. Os poderosos interesses que se movem por trás desta política pressionam pela transformação da educação superior num lucrativo mercado de âmbito mundial, com a conseqüente desregulamentação e eliminação de todo o controle de qualidade, tanto de natureza legal, como política ou fiscal.”

Ao longo dos debates foi se construindo um consenso sobre a forma de enfrentar os desafios destas políticas num cenário de globalização de orientação predominantemente mercantilista, sobre a forma de enfrentar as políticas promovidas a partir de Davos de globalização sem equidade: *É necessário renovar o projeto político e social; renovar os postulados educacionais a partir de nossa própria identidade cultural, de nossos próprios valores e da atual problemática social planetária.*

É justamente nesta área que a universidade pública pode e deve desempenhar o papel de protagonista. O enfrentamento decidido e permanente à ameaça da crescente privatização da educação superior deve ir acompanhado da iniludível necessidade de atualizar e adaptar os métodos de transmissão e difusão de conhecimentos e das novas demandas massivas.

Também os currículos da educação superior necessitam ser modernizados e adaptados às novas e cambiantes circunstâncias, de maneira tal que habilite as universidades e instituições de educação superior a responder com eficácia aos grandes desafios apresentados pela sociedade do conhecimento. Todo ele conseguido sem prejuízo algum da formação dos jovens no pensamento crítico como uma das maiores responsabilidades éticas da educação superior pública.

No marco de toda esta reflexão sobre a problemática da universidade pública na América Latina frente a um universo globalizado, o livro aborda cinco grandes questões entendidas como urgentes:

- 1) a relação do público e do privado na educação superior;
- 2) o compromisso social da universidade, em particular numa sociedade em crise;
- 3) o currículo para o futuro;
- 4) os sistemas de avaliação das nossas necessidades e nossas demandas e
- 5) a investigação pertinente nos países em desenvolvimento

Enfim, este livro pretende somar-se às vozes que em todo o mundo enfrentam com decisão as políticas neoliberais, vozes que rechaçam o “pensamento único” que põe o ganho econômico acima de qualquer ideologia e que tem o mercado como referência fundamental. E ao pensamento que subordina os valores de solidariedade e justiça ao mero êxito econômico.

Como responder à crise originada pela globalização? Como enfrentar suas conseqüências do ponto de vista dos que consideram que nem tudo é mercadoria, que há direitos sociais que estão fora e acima das leis do mercado? Estas são algumas das perguntas feitas nos debates e recolhidas no livro “A Educação Superior frente a Davos”.

Conforme expressamos na apresentação do livro: “Hoje, nos

encontramos debaixo do imaginário da globalização e da sociedade de mercado. Quais serão suas conseqüências sobre nosso futuro, em particular sobre o futuro das novas gerações? Quais serão seus efeitos sobre nossa identidade? Como a universidade pública pode responder a este desafio, além da necessária formação de caráter eminentemente técnico e profissional?”

Eis aqui boa parte das perguntas tratadas neste livro. Questões que são motivo de profundas reflexões e intensos debates; questões que deverão continuar sendo motivos de mai e mais debates, de mais e mais reflexões, e sobretudo que deverão ser motivo de mais, muitíssimo mais, propostas viáveis, realistas, pertinentes, apropriadas a nossa realidade latino-americana.

Este livro é tão somente um elo na corrente de ações orientadas a enfrentar as políticas neoliberais que tiveram tão desastroso resultado na América Latina, que tanta angústia trouxeram a nossos povos.

Se esta publicação conseguir impulsionar novos debates, se conseguir promover a busca de novas soluções pertinentes a nossa realidade, terá cumprido seu propósito.

Desejo, finalmente, expressar nosso mais profundo agradecimento à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a sua reitora Wrana Panizzi pela oportuna, eficiente e fraterna organização da III Cumbre Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas, o que possibilitou um amplo e frutífero debate sobre os temas mais transcendentais para a educação superior na região, que se publicam neste volume. Sua inquietude, sua liderança e sua convicção na defesa da universidade pública marcaram, desde o começo, o destino do evento.

Quero agradecer também o apoio do então governador do Estado do Rio Grande do Sul na oportunidade do evento, sr. Olívio Dutra, que culmina certamente o prólogo com que enriquece a publicação, ao dizer, referindo-se à investida neoliberal, que “a ameaça é a toda a civilização, e a universidade pública, neste momento histórico, torna-se um baluarte em defesa do futuro da humanidade e dos valores que foram construídos através de milênios”.

Merece um capítulo à parte nesta apresentação a Junta de Extremadura, sob o governo do presidente Juan Carlos Rodríguez Ibarra, que também incorpora um extenso e judicioso prólogo, que mais que um prólogo constitui um dos documentos conceituais mais destacados do livro.

A Junta de Extremadura tem, entre suas linhas de política exterior mais importantes, o objetivo de consolidar e reforçar a idéia cultural ibero-americana, e para esses efeitos criou uma ins-



A educação superior frente a Davos  
La educación superior frente a Davos

tuição específica, o Centro Extremenho de Estudos e Cooperação com Ibero-América.

O Cexeci, como dissemos no início deste apresentação, foi co-organizador da Cumbre de Reitores e organizou o seminário “Educação, Democracia e Desenvolvimento Social” no marco das reuniões de reitores e autoridades acadêmicas que realiza todos os anos no mês de julho, em Cáceres, Extremadura.

“A Educação Superior frente a Davos” é um dos frutos das múltiplas atividades do Cexeci, instituição que promove a constante comunicação dentro da comunidade acadêmica ibero-americana ao manter um foro aberto, horizontal, de igual para igual, entre todos os membros.

A cooperação cultural da Extremadura com Ibero-América se destaca, tanto por seu espírito de equidade como por seu compromisso solidário, e nada o comprova melhor do que ter sido designado para dirigir o Cexeci um destacado pensador latino-americano, seu diretor, Miguel Rojas Mix, promotor, realizador primeiríssimo da edição deste livro.

Em nome do Grupo Montevideu, de suas autoridades e de toda a comunidade acadêmica da qual faz parte, só resta assinalar que esta publicação, por sua gênese, seu conteúdo, seu destino e sua firme defesa da universidade pública, se localiza no próprio objeto, na razão de ser do Grupo.

## Oficina debate desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil

NARA SOTER ROXO

Jornalista

**Avaliar o progresso científico no Brasil, bem como debater os desafios a serem enfrentados e a contribuição das universidades no campo da ciência, foram os principais objetivos da oficina Desenvolvimento científico e tecnológico: credencial para a maioria do Brasil no cenário internacional. O encontro foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP), na programação do III Fórum Social Mundial.**

O encontro, no dia 25 de janeiro, reuniu na Pontifícia Universidade Católica (PUC), professores, cientistas, representantes governamentais e acadêmicos, todos interessados em fazer uma análise do progresso científico e tecnológico do Brasil nos últimos 50 anos. Também buscou-se definir propostas viáveis para promover e assegurar um salto qualitativo do país em termos de ciência e tecnologia neste início do século XXI.

### MAIS CONHECIMENTO

Neste início de século, onde as transformações sociais ocorrem em alta velocidade e as novas tecnologias criam a necessidade de novas relações entre os países, pensar o papel das instituições de ensino superior como um todo, e especialmente no que diz respeito à ciência e tecnologia, parece urgente. Essa conclusão, aliás, já havia sido explicitada na Conferência de Paris (encontro realizado em 1998 pela Unesco, reunindo mais de cinco mil pessoas de 180 países). Aí ficou definido que “sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno e sustentável e nem reduzir a disparidade entre os países pobres dos desenvolvidos”.

Toda a discussão sobre a contribuição da universidade para o progresso e desenvolvimento das nações passa, também, pelos debates envolvendo os conceitos de conhecimento e educação. “O conhecimento é produzido basicamente nas universidades e quem desenvolve tecnologia são os cidadãos formados nos estabelecimentos de ensino superior”, afirmou o consultor internacional junto a Universidade da ONU, Marco Antônio Rodrigues Dias, um dos painelistas. Para ele, para serem os países independentes, necessitam de mais conhecimento, de mais tecnologia. Nesse sentido, defende a cooperação entre as nações e lamenta que, na prática, a esperada solidariedade que poderia ser implementada a partir do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, estejam servindo, em muitos casos, para aprofundar as diferenças.

### NEGÓCIO DE BILHÕES

Conhecimento e educação são, hoje, excelentes negócios. Informações recentes (Paris, 1998), dão conta que o mercado mundial do conhecimento gira com cifras em torno de 53 bilhões de dólares. Com esse número, não é de estranhar o interesse comercial que envolve o assunto.

Sobre esse aspecto, Marco Antônio adverte que é preciso desencadear uma reação em nível mundial contra essa lógica. Na sua opinião, deve se estabelecer um estado de alerta, na medida em que o comércio vira o critério na definição de políticas educacionais. “A educação já não será para todos. Será apenas para aqueles que podem pagar”, afirma. Ele teme, também, pelo desrespeito às culturas locais e às necessidades nacionais e regionais. “Não haverá restrição a pacotes fechados,

que não respeitem as características culturais locais e que se constituem em verdadeiras fábricas de diplomas sem qualidade”.

### DESAFIO ÀS UNIVERSIDADES

Em sua intervenção durante o encontro, o ministro da Educação, Cristovam Buarque fez um desafio às universidades no sentido de contribuírem para o desenvolvimento da educação básica e, em particular, para a eliminação do analfabetismo.

A professora titular da Faculdade de Educação e uma das organizadoras do evento, Carmem Craidy, lembrou que a universidade pode contribuir significativamente, na medida em que tem produzido diversas experiências relativas ao processo de educação, tanto no aspecto cultural, como no tecnológico e científico, e que poderão ser melhor aproveitadas. “Uma política mais clara de apoio às universidades públicas, e ao ensino superior em geral, poderá dar as condições para se contribuir de forma mais intensiva no processo educacional”, diz ela, acrescentando que, “apesar das dificuldades porque passa, a universidade pública ainda é responsável por 90% da pesquisa no país.”

Sobre o problema da alfabetização, Carmem afirma que, embora a ciência e a tecnologia possam, obviamente, contribuir para a busca de soluções, a questão extrapola os limites científicos. Para ela, o problema da educação no Brasil não é de tecnologia ou de software, muito menos de metodologia ou campanhas, uma vez que conhecimento científico para resolver a questão existe. Carmem Craidy acredita que o problema é, principalmente, de integração cultural das populações analfabetas, ou seja, um processo de letramento das comunidades como um todo. “Na medida em que colocamos a questão da educação apenas na alçada da ciência e da tecnologia, corremos o risco de cair numa visão tecnocrática. Mas educação é muito mais do que isso, é um processo de desenvolvimento humano de integração progressiva do coletivo das pessoas no processo de saber da humanidade. O problema da educação está num âmbito muito mais amplo, para o qual a universidade contribui.”

### ENSINANDO A APRENDER

Uma das temáticas do encontro tentou fazer um balanço do progresso científico e tecnológico do Brasil nas últimas cinco décadas. Na visão de Sérgio Ferreira, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o país está, atualmente, no começo da consolidação de seu desenvolvimento científico, mas os investimentos ainda são pequenos, irregulares e descontínuos. No Brasil, diz ele, algumas áreas do conhecimento científico, embora pequenas, já atingiram razoável maturidade internacional. Seus cientistas podem conversar de igual para igual com os colegas de trabalho na fronteira do conhecimento. No entanto, ele destaca como problema o fato de que hoje o volume de conhecimento disponível mata a curiosidade do estudante. “É preciso ensinar a aprender”, diz ele, referindo que esse é o antídoto para o que denominou de “burrficação” dos estudantes universitários, ou, a falta de curiosidade sobre como os conhecimentos são adquiridos. Esse processo, que chamou de “revolução didática”, está longe de ser estabelecido, pois o fazer ciência e investigação de qualidade são privilégios de algumas universidades. Para ele, o analfabetismo científico que permeia algumas universidades, se estende à maioria da população. “É importante ter na grade curricular um espaço de tempo reservado ao aprendizado científico”, defende.

O evento contou ainda como painelistas como a reitora da UFRGS, Wrana Panizzi, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, o ex-secretário de Ciência e Tecnologia do RS, Renato Oliveira e a Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados e coordenadora da mesa, Isaura Belloni.



ENSINO

# Pesquisas da Faced propõem novas visões sobre a educação

RICARDO DE ANDRADE

●NARA SOTER ROXO  
Jornalista

Realizado de 19 a 22 de janeiro de 2003 em Porto Alegre, o Fórum Mundial de Educação, reuniu mais de 15 mil participantes. Caracterizou-se como um espaço de debates, onde a Faculdade de Educação da UFRGS se destacou pela contemporaneidade de suas pesquisas e pela sintonia dos trabalhos desenvolvidos por alunos e professores com a proposta da construção de uma outra escola possível.



Mais de 20 atividades, entre palestras, painéis, mesas redondas, oficinas e rodas de discussão marcaram a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no II Fórum Mundial de Educação (FME 2003). No total, foram 22 eventos promovidos pela Faculdade de Educação da UFRGS (Faced), que se caracterizaram, principalmente, pela pluralidade de temas. As discussões, que abrangeram desde *software* livre, a relação entre mídia e educação, questões culturais, ética, juventude, ensino superior, educação na terceira idade e políticas de financiamento, só para citar algumas, contaram com salas cheias, e platéias compostas principalmente de trabalhadores em educação, representantes de diversos pontos do Brasil e de vários países, com atuação em diferentes espaços.

A diretora da Faculdade de Educação da UFRGS e coordenadora do evento, professora Merion Campos Bordas, que participou como palestrante em *Democracia também se aprende na Universidade*, comemora o resultado e destaca a responsabilidade da participação da UFRGS, uma vez que a instituição é considerada de excelência no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão. "As propostas foram selecionadas em conjunto por professores, estudantes de pós-graduação e demais estudantes da Faced e abordam os principais aspectos de conhecimento que são desenvolvidos, seja com pesquisa, como extensão, como oficina."

Para Merion, as experiências em educação do Rio Grande do Sul são extremamente ricas, devendo ser divididas com a sociedade e o Fórum se constituiu num importante espaço para associalização. "Nossos trabalhos abordam desde questões envolvendo políticas educacionais, políticas públicas até as que tratam das novas tecnologias e sua relação com a educação. Também foram apresentados trabalhos de atuação da Faculdade nos movimentos sociais como, por exemplo, na educação de agricultores. E essas experiências precisam ser debatidas e divididas com outros espaços de educação."

Ela destaca que a participação da UFRGS abordou todos os principais aspectos do conhecimento que são desenvolvidos, num largo espectro de escolha das oficinas. No caso específico da mesa coordenada por ela, houve destaque para a questão do ensino superior, dentro da linha de pesquisa da pós-graduação que se dedica a estudar não apenas os aspectos políticos da formação universitária, mas trabalha a pesquisa sobre currículos da educação superior. Segundo Merion, há inclusive uma rede estadual de universidades públicas e privadas no Rio Grande do Sul, coordenadas pela Faculdade de Educação da UFRGS, que estão discutindo isso, especificamente.

"A participação das universidades num evento como o Fórum Mundial de Educação enriquece em muito os debates, pois elas detêm uma carga de conhecimento sobre diversas áreas que não pode ser desconsiderada. Na verdade, a universidade tem obrigação de investigar e divulgar o que faz, no sentido de tentar aperfeiçoar o processo educacional do país. E a Faced tem muito a contribuir. Ela tem uma presença relevante no panorama

nacional e tem formado profissionais de excelente qualidade", diz Merion referindo-se à importância da participação da UFRGS no FME 2003.

## ENVOLVIMENTO TOTAL

Apesar da riqueza de temas e da coincidência destes com a proposta do evento, nada foi pensado ou desenvolvido especialmente para o Fórum. De acordo com a professora Jaqueline Moll, que coordenou a mesa *Juventude, cidade e escola - novos desafios e novos itinerários pedagógicos*, a participação da Faced deu-se a partir das pesquisas e dos trabalhos que fazem parte do cotidiano dos professores, alunos e pesquisadores da graduação e da pós-graduação, dentro da programação simultânea do Fórum. "A programação é clara e tudo que foi apresentado no FME tem raízes e se constituiu como espaço de trabalho dentro da Faculdade ao longo do ano. Se referem, na verdade, a trabalhos de pesquisa e de extensão, realizados sistematicamente". Para Jaqueline, mereceu destaque nos tra-

balhos o grau de envolvimento dos alunos, tanto na programação como na infra-estrutura, aspecto também destacado pela coordenadora da pós-graduação da Faced, professora Malvina Dornelles. "Nossos alunos pesquisadores fizeram parte de várias mesas, falando de suas pesquisas, transferindo para a platéia suas experiências, uma vez que nossas pesquisas e projetos de extensão tem um contato direto com a realidade educacional dos sistemas estadual e municipal de educação."

## DEBATES IMPORTANTES

Pensar a educação não é só importante, mas absolutamente necessário. Os números relacionados à educação atestam esta necessidade. Atualmente, existem no mundo cerca de 800 milhões de analfabetos e perto de 120 milhões de crianças fora da escola. Mas, apesar disso, a média de investimento em educação, principalmente nos países em desenvolvimento, não ultrapassa os 2%, o que só contribui para o agravamento do quadro. Além

disso, não se vê um esforço efetivo dos países desenvolvidos em reverter esse cenário, especialmente em se tratando de América Latina.

Mas as ameaças não param por aí. De acordo com vários teóricos e pesquisadores da área, outras ameaças rondam a educação. Projetos como o Acordo Geral de Comércio e Serviços (GATS), da Organização Mundial de Comércio (OMC), representam a mercantilização da educação, ou seja, uma escola aberta à lógica do mercado.

Malvina Dornelles, que coordenou a mesa *Diferentes olhares sobre a educação a partir da ética do cuidado* destaca que frente a tal realidade, e no sentido de reverter esse quadro, as universidades têm muito a contribuir. "São várias ações sobre as quais temos condições de refletir, de discutir, enquanto propostas para uma outra educação. Vimos, por exemplo, pelas intervenções durante o evento, que a necessidade de uma outra escola está colocada nos mais diversos países. O que nós gostaríamos de mudar na educação no Brasil, o mundo também quer. E acredito que essa é a importância da participação da Universidade no evento, uma vez que ela representa um espaço de busca de entendimento e alternativas e tem uma grande contribuição a dar", afirma.

Ela destacou também o reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido pela UFRGS junto a escolas de Porto Alegre e do interior do Estado. "A educação no município é considerada avançada em termos de sistema educacional. São várias as ações de trabalho junto às secretarias municipais e estamos debatendo, constantemente, sobre essa educação e em que medida se constitui como proposta para uma outra educação."

## TEMAS MÚLTIPLOS

Uma das características que marcou a participação da UFRGS no Fórum Social Mundial, além do destacado envolvimento dos alunos, foi a pluralidade dos temas auferidos. Essa diversidade é fruto da própria lógica das linhas de pesquisa da Faculdade, que trabalha com o que há de mais atual em termos de teoria e em relação ao que está sendo pensado para a sociedade e para o mundo, olhando a educação a partir de uma diversidade teórica nem sempre coincidente, mas muitas vezes complementar.

Para a professora Jaqueline Moll, o trabalho com diversos autores representa uma tentativa de transpor as rígidas barreiras disciplinares construídas ao longo da história da educação. "Não pretendemos ser o espaço de verdades absolutas, mas, seguramente, queremos contribuir para que os vários fenômenos sociais possam ser vistos desde vários lugares, desde vários olhares" sintetiza ela.

## Mundo precisa nova educação

Os quatro dias de debates do II Fórum Mundial da Educação deixou um saldo positivo, apontado na direção de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos. As recomendações foram registradas na Carta de Porto Alegre, documento que reuniu princípios e diretrizes para uma nova proposta educacional.

Foram milhares de representantes de mais de 100 países, trazendo suas experiências, vivências e diálogos no que se refere à educação, nos seus diversos espaços. Participaram do evento os principais pensadores na área de educação, representando as mais importantes instituições de ensino e pesquisa e de espaços não formais que vem desenvolvendo experiências na educação.

Na abertura do FME, o discurso do ministro da Educação, Cristovam Buarque, definiu o público do encontro: "pessoas que acreditam que ainda é possível fazer um mundo diferente e que sonham que esse mundo será construído através da educação." Ele lembrou que na história do Brasil, sobretudo nos últimos 50 anos, acreditou-se que o País se desenvolveria através da economia. "Não foi assim. É necessário, uma série de medidas, com destaque para a educação. Não basta Fome Zero. É preciso que tenhamos uma educação mil, dois mil, dez mil. Uma educação para todos, e com qualidade."

Contrapondo-se ao modelo adotado anteriormente pelo projeto neoliberal, Buarque acredita que a educação não será consequência do crescimento econômico ou do aumento de renda, mas resultado de uma política clara de investimento dirigido para atender a demanda educacional no país, nos níveis fundamental, médio e universitário.

## CIDADÃO CRÍTICO

Outra idéia defendida por inúmeros pensadores que participaram do FME em diferentes momentos foi o da educação democrática. Esse modelo seria o contraponto ao modelo atual de educação que, na sua grande maioria, não forma cidadãos, mas sim consumidores para o mercado, em função da ideologia. Nesse sentido, a educação se traduz como o principal instrumento para a democracia de um país, já que são os verdadeiros cidadãos que podem compreender a mudar estruturas políticas.

Eles também defenderam que a educação deve desconstruir a idéia do adiestramento e promover as discussões sociais, invertendo a política dos diplomas e possibilitando formações que envolvam ciência, técnica, história, levando à formação de um cidadão crítico.

## UMA NOVA UNIVERSIDADE

Temática abordada em várias oficinas e debates, o ensino universitário fez parte de acaloradas discussões, que envolveram desde financiamentos até projetos específicos que possam contribuir, efetivamente, no projeto de erradicação do analfabetismo no Brasil.

Para o ministro da Educação, a universidade pública brasileira sofreu um processo de abandono nos últimos anos e as particulares preferiram crescer em número em detrimento da qualidade. O resultado é que hoje o país precisa urgentemente construir uma nova universidade pública que não se debata diariamente com problemas como a falta de professores, de equipamentos e de recursos para as coisas mais simples. "Precisamos inventar uma nova universidade, que seja capaz de acompanhar a velocidade com que o conhecimento avança no mundo e que esteja em sintonia com a realidade do povo brasileiro", enfatizou.





## A multicolorida cidade das cidades

●MARCO RIBEIRO  
Jornalista

**Porto Alegre é uma cidade sem vocação turística. Não estamos acostumados com tantos visitantes, seus vários idiomas, mochilas enormes, roupas coloridas e tênis sujos, circulando na Rua dos Andradas ou pegando ônibus. Somente alguma coisa que rompesse com a história e sacudisse os brios porto-alegrenses para alterar essa constante. E o III Fórum Social Mundial transformou as redondezas do centro da cidade em um acampamento com mais de 25 mil pessoas.**

Por alguns dias uma espécie de sonho (um balneário ficcional que sempre paira sobre a imaginação de todo o gaúcho que perdeu o contato com o lago, que sempre é chamado de rio) fez com que a cidade chamasse mais atenção que o litoral.

Instalado no Parque da Harmonia, o acampamento Intercontinental da Juventude, também chamado de Cidade das Cidades, foi muito mais que um dormitório para quem esteve por lá. Shows, eventos e palestras, tudo sem maiores incidentes, desordens ou conflitos, dezenas de movimentos sociais das mais variadas tendências, turistas brasileiros e de todos os cantos do mundo, moradores de diferentes bairros viveram numa cidade de idéias. Uma cidade onde os seguranças trabalharam na maior parte do tempo apenas para orientar os campistas. E as tentativas de estabelecer regras foram consumidas pela desordem. Uma desordem que não significou caos.

"Aqui colocamos a barraca e dificilmente temos problemas com o vizinho. Pelo contrário, o pessoal até cuida da barraca da gente", diz a estudante de assistência social Léa Almeida. Léa mora no bairro Bom Fim e se instalou no parque para aproveitar o clima e conhecer pessoas interessantes. "Assim se entra ainda mais no clima do Fórum e é muito mais bacana", afirma a universitária.

Já o norte-americano John Staub, estudante da Califórnia, disse estar muito impressionado com a recepção na cidade. "Não esperava um lugar tão acolhedor e um *camping* tão cheio. É muito bom ficar no acampamento. Mesmo com as dificuldades da língua é possível andar por toda parte." Além de participar do Fórum, Staub resolveu aproveitar as férias para fazer turismo e conhecer várias cidades brasileiras.

### AUTO-GESTÃO E SOLIDARIEDADE

O sistema de auto-gestão foi uma das virtudes da Cidade das Cidades. A organização surgiu dos próprios campistas que, dentro do aparente tumulto, aglomeraram-se em pequenas comunidades, todas zelando para manter a harmonia dos espaços. Grupos se alternavam para desenvolver tarefas cotidianas, como cuidar das barracas e preparar a comida. "Montamos uma escala e todo mundo colabora. No final, nem precisa ficar muito, pois tem um monte de gente participando", diz Elisa, estudante de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que cuidava de um espaço com barracas de pessoas de diferentes localidades. "Daqui a pouco, um rapaz de Goiás vai cuidar do nosso acampamento. Ninguém se incomoda de fazer o serviço. No final, tudo é diversão mesmo."

Grupos se aproximavam por afinidades e aportavam com improvisadas bandeiras e faixas de protestos. Como houve uma espécie de consenso ideológico entre os frequentadores do acampamento, ninguém se incomodou. Nos espaços arborizados do parque, barracas pequenas e grandes áreas com plástico preto (uma das marcas do MST), pessoas de todas as idades dividiam e loteavam seus territórios. Mas a separação não implicava em nenhum tipo de restrição. "É muito mais para facilitar do que para controlar", disse Claudio Cruz, desempregado e participante do Fórum.

Daqui e dali pessoas se juntavam e dividiam comida, bebida e outras coisas. "Pelo menos ninguém passa fome", argumentou José Carlos, militante do

Movimento Sem Terra (MST). "Já que o nosso objetivo é lutar por um mundo melhor, é fundamental que a teoria seja posta em prática. Muitos aqui têm experiência e vão poder dividir com aqueles mais jovens que ainda não passaram por isso", diz o sem terra, coçando o bigode já repleto de fios brancos que lhe conferia ares de muita vivência.

### MOEDA E MERCADO DE TROCAS

Do grande número de participantes do FSM, a maioria veio com pouco dinheiro. Desses, muitos tentavam vender produtos como artesanato, cartões-postais e camisetas para tirar o sustento. Para eles, a vontade de fazer parte do evento valia qualquer esforço. "Podíamos estar na praia ganhando um dinheiro mais fácil, mas qualquer pessoa que gosta do mundo tem que estar em Porto Alegre", disse o artesão Claudio Souza, definindo-se como seguidor do movimento *hippie*. Claudio viaja pelo Brasil e leva consigo seu mochilão, que considera sua própria casa. "É um modo de vida. E nessa época do ano conseguimos viver bem", continua. Em fins de semana no litoral, Claudio chega a ganhar R\$300. "No Fórum não tiramos isso, pois todo mundo está sem dinheiro. Mas nem importa".

A organização do acampamento ofereceu espaços para palestras e até criou uma moeda própria chamada Sol, valendo 1 real, e outra chamada Lua, para trocas. Ambas não tiveram muita utilização pelos campistas. Afinal, em cinco dias explicar e instituir o uso de um mecanismo desse tipo não é nada simples.

Durante o tempo ocioso, que era raro (afinal eram dezenas de palestras por dia), o espaço de leitura foi um dos pontos de encontro e facilitava muito a comunicação com o resto do mundo com revistas e jornais e acesso à Internet. "Apesar de estarmos participando de um evento tão grande e importante, não podemos perder o contato com a realidade da nossa vida pessoal", fala com dificuldade a estudante alemã Vibka, que se esforça para aprender português. "Além disso, estamos acompanhando atentamente a estúpida invasão do Iraque pelos norte-americanos através dos computadores instalados no acampamento".

### AÇÕES DE ESTUDANTES

A participação de estudantes é sempre fundamental em eventos como o Fórum. Para o presidente da UNE, Felipe Maia, que frequenta o curso de Economia na PUC-SP, nesta edição do FSM o importante é a entidade estar priorizando o debate sobre a mercantilização do ensino. "Existe uma tentativa de submeter a educação a uma lógica empresarial. A ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas) já incluiu a educação em sua pauta, deixando de tratá-la como um direito e passando a considerá-la como um produto".

Segundo Felipe, o que importa no Fórum é o espaço de liberdade que ele significa. "Não há compromisso de se chegar a um resultado final e essa política é importante para o êxito do evento". Para o presidente da UNE, o FSM não procura o consenso, mas fortalecer os contatos com a sociedade e o discurso do próprio movimento estudantil.

O Diretório Central de Estudantes da UFRGS (DCE) participou ativamente da gestão do acampamento Mundial da Juventude. A proposta do DCE era ir além das discussões globais propostas pelo evento, criando uma política de integração prática com as comunidades locais. "Decidimos nos juntar com os movimentos sociais (hip-hop, meninos de rua e movimentos indígenas) e ganhamos um barracão maior. Estamos aprendendo muito com essa aproximação. Dessa forma, o estudante sai do espaço exclusivo das instituições e pode interagir com a sociedade". "Foi um somatório de esforços. A Reitoria, por exemplo, colaborou com R\$ 4 mil e batalhamos o resto", diz o aluno de Geografia Guilherme Ibiás Santos.

### SEXO, DROGAS E PROTESTOS

Os dias no FSM foram repletos de debates e palestras. Além das atividades principais, o acampamento Mundial da Juventude teve intensa programação, abrangendo da informática ao hip-hop. Mas, o fôlego dos campistas mostrou que é possível integrar os eventos e muita diversão. Mesmo depois de horas em auditórios, os *shows* noturnos ficavam lotados — muitos começavam depois da meia-noite — e centenas de pessoas repetiam atitudes que lembravam os grandes festivais de *rock*, como o de *Woodstock*. Até a chuva, que não foi lá grande coisa, ajudou a dar um toque de loucura, e os *espetáculos* aconteciam com dezenas de pessoas pulando alucinadamente na lama.

Apesar de uma certa flexibilização em relação ao uso de drogas lícitas como cerveja e uísque, ou ilícitas como maconha, todas as atividades transcorreram com tranquilidade. Aqui e ali, como no último dia do evento, alguém pensava que ser livre era tirar a roupa em público e acabava sendo obrigado a voltar a si.

Violões e instrumentos de percussão eram abundantes entre as barracas. E, os *hits* do Fórum tinham bem mais idade que muitos de seus participantes. Não era raro ouvir um *punk* e um bando de garotos cantando "Pra não dizer que não falei de flores", de Geraldo Vandré, seguido, por exemplo de "Angie", dos Rolling Stones.

### FAZENDO PÃO E CIRCO

Depois dos primeiros dias de comida natural, oferecida nos refeitórios e quiosques, muita gente estava a procura de um bom filé com fritas. "A organização do acampamento esqueceu de oferecer uma opção para aqueles que são adeptos da comida mais pesada", disse Janaina Melo, moradora de Canoas. "Acho que vou ter que ir ao Mac Donalds", afirmou em tom irônico.

A solução adotada pela maioria foi providenciar comida no próprio acampamento. Os pratos campeões foram o carreteiro e o churrasco. E a escolha é fácil de ser entendida: ambos são de preparo simples e tem um jeito comunitário. "Cada um incrementa com o que pode e todos comem. E quem não tiver condições, mas estiver com fome, pode comer também. Dentro do possível, todo mundo se ajuda", disse Rafael, estudante de direito da USP que preparava um carreteiro com o que havia juntado entre o pessoal das barracas da redondeza.

O clima de refeições comunitárias foi realmente adotado pelos participantes do FSM. Houve sempre alguém preparando e ensinando os outros alguma técnica de produção de alimentos. O argentino Juan Castro, artista plástico, ensinou um grupo de meninos de rua como fazer pão. "É fácil e custa pouco. No Brasil e na Argentina estamos passando por momentos em que muitas pessoas são sobreviventes. O pão que fazemos não é daqueles que se vende na padaria, mas serve para matar a fome", resume.

Para o menino de rua Sérgio dos Santos, "é bom aprender uma coisa dessas. Muitas vezes não conseguimos dinheiro suficiente para comida", diz Sérgio sovando a massa que irá para o fogo numa assadeira improvisada com tijolos.

O próprio Juan, junto com outros atores de rua, ensinava técnicas circenses aos meninos, improvisando pernas-de-pau e malabares. "Rapidinho eles estão aprendendo algum número. Crianças são muito inteligentes e habilidosas", disse sorrindo Clara Neves, brasileira de São Paulo e companheira de Juan em suas andanças pelo mundo. Para o casal é importante colaborar de todas as formas com o evento e não deixar que ele seja apenas uma série de palestras.

### PROTESTOS E RUÍDOS

Milhares de pessoas gritavam em uníssono protestos pelas mesmas coisas. A maioria bradava contra os norte-americanos, pelo fim da ALCA, FMI e mecanismos de "exploração dos países do Terceiro Mundo". Essas preferências refletem não apenas uma questão ideológica, mas também dão o colorido de quem frequenta a Cidade das Cidades. Há uma espécie de moda, um modo de vestir que define essa geração e o seu estilo e pensar. Não faltaram bandeiras cubanas e camisetas do ícone Che Guevara. A bandeira do Estado da Palestina figurou empunhada por muitos manifestantes, sinal de solidariedade com o país. "Se existe um modismo entre os participantes do FSM, percebe-se que é a expressão oposta ao que vemos nas ruas e nas lojas, onde a maioria gasta muito com futilidades. A nossa moda é feita de camisetas básicas, que expressam mensagens e opiniões sobre o mundo que nos rodeia. Além disso, os vendedores têm ideologia parecida com a dos clientes. Isso facilita a relação pois, no final, todo mundo acaba dividindo a comida e os gastos", diz a vendedora de camisetas Joice, satisfeita com seu negócio.

"Além disso, existe um modismo saudável. Uma forma de consumo equilibrada que ajuda a economia e a sociedade. Aqui, preparamos esse tipo de relação. Muito diferente do que a mídia insiste em empurrar para a sociedade. Não importa que você gaste o seu dinheiro, mas sim como você o gasta. De nada adianta sustentar uma bandeira sem acreditar no que está fazendo. No Fórum, preparamos contra isso", conclui Joice.

### UNIVERSAIS E LOCAIS

Se alguém perguntasse a qualquer frequentador do acampamento da juventude, seria difícil saber e conhecer todas as bandeiras e movimentos que estiveram presentes. De acordo com a assessoria de imprensa do FSM, foram 5.716 organizações e 156 países representados. Um número impressionante, mesmo para uma promoção de dimensões mundiais. E não é de se estranhar que num evento desse porte, dezenas de jornais e panfletos nos mais variados formatos, do sofisticado ao mimeografado, tomassem conta das ruas. "O que importa é a mensagem que é fundamental ser transmitida", diz Renato Casca, adolescente *punk* que distribuía folhetos feitos com fotocópias, anunciando um *show* de *rock* anarquista.

"Sabemos que no sul o vermelho é a cor do protesto, mas em outros lugares ele pode ter outras cores", completa. "Além do mais, é bom ver novas cores e participar de diferentes manifestações que melhoram a qualidade de vida no planeta."

Cada um se expressa como pode e julga a sua causa tão necessária quanto as outras. "Ninguém pensa na importância da água, mas estamos ficando sem água potável no planeta. Já pensou como isso é preocupante? Não existe política ou moeda que seja mais importante", reflete a contabilista Sandra Gomes, dizendo que vai tentar fazer mais pelos recursos hídricos do planeta daqui para frente.





# Uma teia pela globalização da diversidade

• **JOSÉ ANTÔNIO SILVA**  
Jornalista

Desde o primeiro Fórum, as apresentações musicais ao ar livre envolvem a maior mobilização de público. Este ano, além do Anfiteatro Pôr-do-Sol, que recebeu em média 30 mil pessoas em cada um dos quatro dias de shows, outros dois palcos abriram espaço para a música independente. No Acampamento da Juventude e na Usina do Gasômetro, grupos e músicos do Rio Grande do Sul, de outros estados brasileiros e vários países mostraram um painel de criação e liberdade nos mais diversos gêneros. Na Usina, teatro e dança também marcaram presença. Mas o Anfiteatro Pôr-do-Sol é que de fato representa a diversidade em grande estilo, este ano tendo a cultura negra como eixo, de Paulinho da Viola ao uruguaio Ruben Rada, dos gaúchos do Serrote Preto ao impressionante *Empire Mandingue*, do Senegal. E Jorge Ben Jor, e a *Velha Guarda da Portela*, e o carioca BNegão, o gaúcho *Produto Nacional*. Nesta página, um resumo dos outros lados culturais do Fórum

Pontos tão dispares de Porto Alegre como a PUC e o Gigantinho, os sóbrios armazéns do cais do porto e o Parque da Harmonia, com o multicolorido Acampamento da Juventude, foram unidos por invisíveis mas poderosos fios. Tecida por sentimentos, razões e energias como a tolerância e a ideologia, a revolta e a busca da paz, a curiosidade e o tesão, esta fiação imantou a capital dos gaúchos e se traduziu de muitos modos. Para Margarete Moraes, o III Fórum exibiu, em especial, "um fio que une novos valores". E trouxe uma certeza: "Contra a idéia de uma globalização que só reforça o consumismo, o individualismo e a banalização da cultura, vemos que uma outra globalização é possível, aquela que não exclui as diferentes identidades".

Secretária da Cultura de Porto Alegre nos últimos nove anos, Margarete fez questão de exercer o cargo durante o Fórum para só depois assumir o posto de vereadora, para o qual foi eleita em 2000. Ela recorda que o Brasil tem sido historicamente submetido aos modelos europeu, de início, e norte-americano, até hoje. Diz que é papel dos governantes combater essa visão colonizada e valorizar o que é nacional. Com uma ressalva, que remete aos princípios do Fórum Social Mundial: "Também não podemos nos fechar ao que vem de fora, pois arte e cultura viçejam na interação".

Na festa do Fórum, diz, "observamos uma relação estreitíssima com o conceito de cultura do governo de Porto Alegre, como um mosaico de diversidades, credos, militâncias, conhecimentos e idéias". Confessa ter se emocionado, por exemplo, nas alamedas da PUC, com a exibição de artesanatos de culturas tão distantes, como a da Índia e de países africanos. Entre as inúmeras manifestações culturais e artísticas do mundo todo, Margarete destacou três durante esta edição do FSM:

O Teatro Nô, "um espetáculo esteticamente fantástico e um exemplo de preservação cultural, pois existe há 650 anos no Japão"; a exposição fotográfica *Frechal*, da belga Christine Leidgens, sobre os remanescentes de um antigo quilombo de escravos fugidos no Maranhão; e a Pintura Mural Global, de um grupo alemão de Dusseldorf, juntamente com o Instituto Goethe e a Prefeitura de Porto Alegre. "Eles criaram um grande mural em um dos prédios da UFRGS, na esquina da Ipiranga com a Ramiro Barcellos. Recuperaram a idéia de levar a arte para o grande público, fora dos museus. O trabalho foi feito por dois artistas alemães e dez pessoas daqui, alunos do Ateliê Livre da Prefeitura, orientados por Zorávia Bettiol".

Vendo a cultura e suas manifestações como via de mão dupla, Margarete também pinça três entre as dezenas de realizações oferecidas por Porto Alegre a seus moradores e visitantes. O bolicho de campanha, montado na área da Usina do Gasômetro, "mostrando um dos traços fortes da diversidade cultural rio-grandense". A biblioteca, com jornais, revistas e livros, instalada no "miolo" do Acampamento da Juventude e que abacou se transformando em local de lançamento de livros e palco de saraus. E a abertura oficial do Carnaval de Porto Alegre, no Largo Zumbi dos Palmares (ex-Largo da Epatur), com apresentação das escolas campeãs de 2002. "Fiquei orgulhosa ao ver a força da nossa miscigenação racial e a grande integração com os visitantes estrangeiros", diz.

Por falar em apresentação da cultura local para o mundo, Margarete anuncia que, em novembro, a prefeitura da Capital promoverá a ida de curtas e longas-metragens de realizadores gaúchos para mostras em Paris e Barcelona. "Já temos o apoio das prefeituras dessas cidades. E isso só é possível porque se trata de uma realização de Porto Alegre — aquela cidade do Fórum Social Mundial".

\* As fotos desta página são do baiano Ivã Antônio, que pela segunda vez veio participar do Fórum, por conta própria. "E gosto cada vez mais", diz.



Para todos os temas o Gigantinho esteve sempre lotado



Dançarinas espanholas nos paralelepípedos de Porto Alegre

## Lobão e Solanas debatem mídia e multinacionais

Num auditório superlotado e batido de sol, no prédio 80 do campus da PUC, Lobão decretava para uma platéia com maioria de jovens fãs, suados e sedentos por sua conhecida ironia: "Artista tem que dar problema; se não der problema não é artista. É sabão em pó que canta". Estrela do debate que integrou o Seminário Internacional de Cultura, o músico falou de sua trajetória tumultuada por gravadoras multinacionais e não deixou de comentar seus problemas com a polícia.

Em meio aos risos do público, Lobão dava seguimento à sua cruzada em prol da produção independente e da numeração dos CDs. E listou três itens para que o mundo musical brasileiro ganhe seriedade: é preciso criminalizar o "jabá" (pagamento irregular feito por gravadoras a radialistas para tocarem determinadas músicas); as rádios comunitárias devem ser verdadeiramente legalizadas; e a isenção parcial de ICMS para as grandes gravadoras, a título de "incentivo à cultura", precisa "transmigrar" para as gravadoras independentes, que realmente têm essa preocupação.

Na platéia, coalhada de representantes do

mundo musical e artístico gaúcho, o compositor Raul Ellwanger, veterano da integração latino-americana através da música (foi exilado político no Chile e Argentina nos anos 70), destacava a troca internacional trazida pelo FSM: "Esse tipo de realização é um grande canal, um modo novo de dar vazão às nossas questões, tanto para se reconhecer como para se contradizer, para debater o que é alegre e o que traz sofrimento".

Sobre a numeração dos discos, lembrou que na lei que criou o Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (Ecad), em 1973, o único artigo vetado pela ditadura foi o que mandava numerar cada exemplar. "Uma batalha de 30 anos", sintetizou. Ao contrário de Lobão, no entanto, que considera o Ecad "um órgão atravessador", Ellwanger não crê que acabar com ele seja uma solução. "A criação do Ecad, liderada por entidades de músicos, foi um avanço em relação à situação anterior", garante. "Precisa é ser aperfeiçoado."

Discussões à parte, Ellwanger tem opinião

consolidada sobre o mundo globalizado dos produtos artísticos: "A indústria do entretenimento é a mais universal do planeta. Seu objetivo é fazer cabeças". Exemplifica com o cinema: "O herói americano tem direito de ser individualista e desobedecer à lei, exercendo a violência sobre um outro — que pode ser latino, árabe etc. O cinema americano autoriza culturalmente o uso da violência, pois representa um modelo que se impõe como vencedor, que acredita sempre ter razão".

No mesmo Seminário, o cineasta argentino Fernando Solanas (de *Sur* e *Tangos — O exílio de Gardel*) era direto: "É necessário lutar pela diversidade cultural em termos de cinema. Na América Latina estamos muito atrasados; as cinematografias nacionais não têm espaço nas TVs, por exemplo, ao contrário da Europa, que assegura cotas fixadas em lei para as produções locais". Solanas lamenta que os países latino-americanos ainda não possuam legislações semelhantes. E bate forte: "Globalização, na cultura, significa a ocupação de todos os espaços midiáticos pelas multinacionais".



Anfiteatro Pôr-do-Sol teve quatro dias de shows e discurso de Lula



Painéis e debates nas salas da PUC também mobilizaram multidões

## Onde começa e onde termina o processo cultural?

Em um mega-evento mundial, em que cerca de 100 mil pessoas de pelo menos 156 países (as delegações oficiais do III FSM) circulavam por toda Porto Alegre, numa miscelânea de etnias, cores, roupas, penteados, culinárias, jeitos, idiomas e sotaques, difícil dizer o que não era — mesmo na esfera política — uma manifestação cultural.

Foi um momento especial para dar, por exemplo, maior visibilidade aos negros rio-grandenses. "Muita gente acha que a população do Rio Grande do Sul é composta só por loiros descendentes de italianos e alemães", recordou o poeta Oliveira Silveira, destacando o "Quilombo" — espaço para os movimentos negros instalado em dois prédios da PUC. Ali, sucederam-se oficinas, debates, filmes, exposições de artes plásticas, mostras de dança, capoeira, religiosidade afro etc.

"O Rio Grande tem uma expressiva população negra, estabelecida aqui bem antes dos imigrantes europeus, pois já vinham negros de Laguna para a Colônia do Sacramento", resumiu Oliveira. "O negro, como peão de estância e nas charqueadas, entrou na formação do tipo social do gaúcho da campanha". A lembrança desse fato histórico foi apenas um dos fios de comunicação cultural tecida durante o FSM pelos movimentos negros. Entre as atividades, foi emocionante o "Abrço à Família Silva" — uma comunidade de 30 famílias negras moradoras há décadas do bairro Três Figueiras, que agora estão ameaçadas de despejo pela especulação imobiliária. "O Fórum dá espaço para que essas realidades sejam mostradas", observou.

O cartunista, humorista e best-seller infantil Ziraldo Alves Pinto, que teve lançamento de livro no Acampamento da Juventude, disse que o Fórum Social Mundial revelou Porto Alegre ao Brasil e ao mundo. Mas em sua opinião, para que um outro mundo seja de fato possível (conforme o bordão do evento), "primeiro é necessário que aumente o nível de consciência da população". Mesmo considerando as ONGs (base de realização do evento), um bom caminho de articulação da sociedade civil, ele questionou: "Quem sustenta as ONGs? As fundações dos países ricos? É muito utópica a possibilidade de um novo mundo". Ainda assim, lembrou a tirada sarcástica de George Bernard Shaw: "Só os loucos querem mudar o mundo. As pessoas sensatas nem tentam. Por isso, todo o avanço depende dos loucos". E arrematou: "O que salva a humanidade é sua capacidade de rir de si mesma."

Ziraldo não deve ter assistido às apresentações da artista de rua Bela Graça e seu parceiro Binho Maturano, acampados no Parque da Harmonia. Eles apresentavam na PUC, no Gasômetro e em outros espaços a peça ecológica *A Semente*, utilizando movimentação de miniaturas. "Vamos fazer arte para melhorar o mundo", bradava Bela, com seu nariz vermelho de clown. Público? Para ela, que vive no Rio de Janeiro, "esse do Fórum é bem mais diversificado — já o bolso do brasileiro é o mesmo...".

## Frases que se ouviram

"Durante 50 anos dei aula na maior instituição tecnológica do mundo, mas nunca consegui fazer isso funcionar direito" — Noam Chomsky, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e crítico do imperialismo norte-americano, bem humorado, na abertura de sua conferência no Gigantinho, referindo-se aos equipamentos de som e à microfonia que atrapalhava sua fala.

"O mundo ideal não teria humoristas" — Ziraldo, humorista, cartunista e autor de best-sellers infantis, durante entrevista na PUC, explicando que o humor funciona melhor como arma durante os períodos de repressão do que em tempos de liberdade.

"Sei da cultura de vocês pela música e pelo cinema, mas estou em seu país pela primeira vez e sei que há muito trabalho a ser feito aqui com as crianças e os adolescentes" — Danny

Glover, ator norte-americano conhecido por filmes como *Máquina Mortífera*, em encontro com os jovens que vivem no Abrigo Municipal Ingá Brita.

"Sou o Malba Tahan do rock n' roll brasileiro" — Lobão, cantor e compositor, a respeito dos cálculos que precisou fazer para viabilizar sua gravadora independente, citando o escritor e matemático Júlio César de Melo e Souza, que assinava seus livros com o pseudônimo de Malba Tahan.

"Não é difícil ensinar a matar. Nos quartéis as lições começam aos 18 anos. Já em casa começam aos 18 meses, com a TV" — Eduardo Galeano, escritor uruguaio, falando (em bom português) para um Gigantinho lotado.

"Como se diz em francês? Então tá: ô revoar pra todos!" — Seco, menino de rua, ao se despedir de brasileiros e estrangeiros que assistiam à exposição "Mundo da Rua" (com fotos

tiradas pelos próprios garotos), instalada no Acampamento da Juventude.

"Não se pode esquecer que os negros são uma etnia tão antiga no Rio Grande do Sul quanto os portugueses" — Oliveira Silveira, poeta e militante negro, citando a visibilidade dada pelo FSM à luta contra a discriminação racial.

"Sei que vocês me entenderam. Falamos línguas diferentes mas temos o mesmo coração" — Tariq Ali, escritor paquistanês, falando em inglês, no Gigantinho, depois de ser interrompido pelo público que pedia a tradução de sua palestra para o português.

"Fomos convidados para ir, mas não vamos nos apresentar em Davos em sinal de protesto. Não adianta insistir" — Bela Graça, artista de rua carioca instalada no Acampamento da Juventude, "justificando" porque escolheu Porto Alegre.



# Emir Sader, militante socialista

●ADEMAR VARGAS DE FREITAS  
Jornalista

**O sociólogo Emir Sader, presença importante nas três edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, define-se como um militante socialista. Sua glória: ter completado 20 anos na década de 60. Sua vontade: que o saber universitário seja realmente útil aos governos democráticos. Seu sonho: ver o Brasil e a América Latina construir uma sociedade diferente, com relações humanistas e solidárias, não baseadas no dinheiro, na exploração e na alienação.**



FOTOS AVF

Foi lindo para um marxista ter completado 20 anos na década de 60

## A GUERRA DO MACKENZIE

Até entrar para a Faculdade de Filosofia, em 1963, Emir fazia bicos. Seu primeiro emprego foi no curso pré-vestibular mantido pelo Grêmio Estudantil da Faculdade, primeiro como secretário e a partir do ano seguinte como professor de Filosofia para as novas gerações, aspirantes à universidade, numa época de vida política consciente. Nessa atividade, foi colega de Iara Iavelberg, ativista política, companheira de Carlos Lamarca, e que foi assassinada junto com ele pelas forças da repressão.

Paralelamente à atuação da militância do movimento estudantil em manifestações e passeatas, havia a organização dos movimentos armados ou clandestinos. Quando alguém desaparecia era porque estava na clandestinidade. Também havia confrontos entre estudantes de faculdades vizinhas e politicamente opostas.

“O Colégio Mackenzie, uma universidade privada, tinha como reitora Ester de Figueiredo Ferraz, ministra da ditadura. Na verdade foi um enfrentamento entre direita e esquerda. Éramos a resistência à ditadura e eles estavam muito claramente a favor da ditadura, eram os filhinhos de papai da época. Nós com coquetel molotov, eles com armamento. O prédio deles era mais alto que o nosso, então, tinham melhor visão para atirar. Houve um enfrentamento e mataram um estudante da nossa faculdade.”

No terceiro ano da faculdade, Emir já dava aulas de Filosofia no cursinho e no colégio estadual Alberto Ponte, a convite do professor Décio de Almeida Prado, que ia se aposentar e pediu que o substituisse. Na Faculdade lecionava Ética e Filosofia Política, e a partir do terceiro ano promovia seminários. Fez mestrado em 1966/1967, defendendo a tese em 1968, com a fa-

culdade em greve e ocupada. “Tivemos que arrombar a porta do Salão de Atos para fazer a defesa de tese. Foi a primeira tese sobre Marx que se editou na Faculdade (*Estado e Política em Marx*, editora Cortez). Na banca, José Artur Gianotti, Bento Prado Júnior e Rui Fausto, um acontecimento político. O Gianotti é hoje um tucano amigo do FHC, o Rui Fausto está em Paris, é um marxista, e Bento Prado Júnior está dando aula em São Paulo.”

A situação indicava que Emir precisava sair urgentemente do Brasil. Nessa época, o Departamento de Filosofia da USP tinha uma relação estreita com o Ministério de Cultura da França, e os dois melhores alunos sempre iam de bolsa para a França. Marilena Chauí tinha ido um ano antes, Emir foi em outubro de 1968 e começou a fazer sua tese de doutorado com o Nikos Poulanzas, que ainda não era muito conhecido. “Como assistente dele, dei aula em Vincennes, uma universidade nova na época.”

De volta ao Brasil, em julho de 1969, retomou as aulas na Filosofia. Só que já tinham fechado a Maria Antônia e levado toda a estrutura para a cidade universitária. “Fragmentaram nossa universidade como uma espécie de punição: a Maria Antônia é uma rua no centro de São Paulo, perto da avenida Consolação, lugar de onde saíam as grandes passeatas.”

## VIDA CLANDESTINA

Quando o clima se tornou insustentável, Emir entrou para a clandestinidade. E no final de 1970 resolveu sair do Brasil. “Na nossa organização, combinamos sair e nos reagrupar fora do país. Quando comecei a militar essa organização se chamava Liga Socialista Independente, organização luxemburguista. Depois, a partir de 1960, se fundou a Polop (Política Operária) que em 1966 se transformou no POC (Partido Operário Comunista). O

Flávio Koutzi militava nessa organização.”

Com documento falso, Emir tomou um ônibus em Santos e veio a Porto Alegre, onde teve que trocar de documento. Andando pela Rua da Praia, encontrou Marcão, o Marcos Faerman, última pessoa conhecida que viu antes de tomar um ônibus, clandestinamente, para Montevidéu. Da capital do Uruguai, viajou para Santiago do Chile, onde Koutzi estava à sua espera, junto com Paulo Renato, que foi ministro da Educação de FHC. Dali o grupo seguiu para uma estada em Paris, onde se reuniu para fazer um balanço, com a intenção de voltar ao Brasil via Chile.

Mas o primeiro grupo que entrou no Brasil, em 1971, já caiu. “Nesse grupo estava o Luis Eduardo Melino, a Maria Regina Pilla, o Paulo Antonio Paraguá. Aí deu para ver que a derrota era por um período muito mais longo, e cada um foi tocar a sua vida por um lado. Houve uma certa dispersão: eu fiquei trabalhando no Chile, enquanto o Koutzi foi para a Argentina, onde depois a gente se reencontrou.”

Emir lecionou na universidade e trabalhando politicamente em Santiago do Chile até o golpe de 11 de setembro de 1973, quando se asilou na embaixada do Panamá. Foi levado para a Europa, de onde viajou clandestinamente para a Argentina, junto com sua companheira na época, Maria Regina Marcondes Pinto. Estava fora da Argentina quando ela foi seqüestrada (nunca mais apareceu). Impedido de voltar a Buenos Aires, Emir passou um ano na Itália, depois se fixou em Cuba, onde deu aulas e montou base para viajar pela América Latina, enviando artigos para jornais e revistas sobre o momento político-social.

“Lá fora, não existia Emir Sader, porque o governo brasileiro – ilegalmente, como tudo o que a ditadura fazia – não renovava o passaporte. Então, a gente usava um passaporte falso.” Quando acabavam as folhas desse passaporte, havia duas opções: virar refugiado nas Nações Unidas, com uma dificuldade brutal de circular, ou passar à clandestinidade. Ao tomar conhecimento da anistia no Brasil, seguiu para Paris, onde a embaixada brasileira estava dando passaporte com a maior liberalidade. Voltou a ter passaporte em 1979, mas só retornou ao Brasil no fim de 1983.

Ficou 10 anos clandestino, em Cuba e em outros países da América Central, onde a situação parecia mais promissora. “Só quando voltei ao Brasil, pude compreender a complexidade da situação. Era uma ditadura que se esgotava, mas ao mesmo tempo dirigia o processo de transição. Não era derrubada, mas não tinha condição de eleger o presidente. E a oposição era forte, mas não conseguia fazer eleições diretas.”

## O PREÇO DA FARRA

“O Lula tem razão ao dizer que sua eleição é o resultado de um processo histórico. Não foi uma eleição por acaso. Agora, é importante terminar o período Fernando Henrique Cardoso com a derrota daquele modelo mercantil, liberalizador economicamente. Segundo, é importante que quem chegasse lá fosse justamente alguém que veio de fora das elites, que possa dar um impulso novo no Brasil. Mas recebeu uma herança pesada e ganhou a eleição apresentando um programa com promessas difíceis de ser cumpridas. Alguém tem que pagar o preço da farra especulativa pela qual o Brasil passou. A realidade é que a economia não está crescendo, portanto não há mais riqueza a repartir.”

## HERANÇA MALDITA

“Acho que o privilégio do social é o mais importante, mas significa quebrar o privilégio do financeiro. A financeirização da economia é a herança mais grave. As pessoas endividadas, o estado financeirizado, as empresas financeirizadas pouco estão endividadas porque especulam em vez de produzir. O endividamento é brutal. Como é que se sai desse círculo vicioso financeiro? Se você concede a essa ciranda herdada, você é comido por ela. Acho que o governo corre esse risco, porque só está querendo diminuir a taxa de juros depois de obter resultados considerados satisfatórios. Mesmo que os índices internos pudessem ser melhores, e já foram algum tempo atrás, a guerra vai desandar tudo. Se não houver guerra vai haver clima de guerra e continuar a instabilidade.”

## A LEI DO MAIS FORTE

“No neoliberalismo, o Brasil reagiu adequando-se à crise sem ter um modelo próprio, de alguma maneira sendo vítima da crise, com as consequências graves que traz. Se aumentar mais a taxa de juros, que já é mais alta do mundo, estaremos nos escondendo atrás da moita, esperando passar a guerra. Tem que, ao contrário, agarrar isso como uma maneira de avançar no Mercosul integrando ainda mais a América Latina se voltar para nós mesmo ao invés de achar que o livre comércio vai resolver o problema. O livre comércio favorece quem é mais forte. Nem eles estão levando a sério e estão se protegendo cada vez mais.”

## DAVOS É UM CEMITÉRIO

“Continuo achando que Lula não devia ter ido a Davos. Se for ao Vaticano, ao Banco Mundial, se ele for ao Grenal, em qualquer lugar que vá ele será a grande vedete. Mas ter sucesso midiático não significa que fez bem em ir ao cemitério. Tão cemitério que nenhum governante europeu foi a Davos. Só gente da periferia é que vai lá. Qualquer dirigente europeu tomaria um helicóptero e chegaria em meia hora a Davos. Não foram por quê? Por que Davos não tem mais nenhuma importância. O importante acabou sendo a reunião de Lula com Schroeder e com Chirac.”

## GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

“O IFSM reuniu todos os descontentes de mais de 120 países. Parecia mais heterogêneo do que era. Todo mundo concordava na crítica à mercantilização do mundo: o mundo não está à venda, não é uma mercadoria. Feministas, ecologistas, sindicalistas, defensores dos direitos humanos identificam esse elemento profundamente capitalista que transforma tudo em mercadoria. Do IFSM para o IIFSM, tivemos o risco de desaparecer, porque veio o 11 de setembro. O *Wall Street Journal* imediatamente publicou um texto com o título ‘Porto Alegre Adeus’, sugerindo que agora era Bush ou Bin Laden e criminalizando quem divergisse dessa alternativa. Nós queríamos desde o começo romper essa polarização entre nacionalismo e internacionalismo. Contra essa globalização queremos uma globalização solidária.”

## OUTRO MUNDO POSSÍVEL

“No II FSM a gente percebeu que um outro mundo possível não é apenas um mundo sócioeconomicamente melhor. Terá que ser um mundo que encontre formas pacíficas, justas, duradouras de resolver os conflitos, que tem que se enfrentar com a hegemonia imperial americana que assume um caráter de militarização dos conflitos. Foi mais politizado. O III FSM teve um aspecto muito positivo que foi a incorporação do tema da guerra e da paz, na passeata de abertura, no fechamento, no Gigantinho, primeiro com Tariq Ali, Istvan Meszáros, Benjamin, Samir Amin, Chomski. A politização estava muito presente, politização no sentido de alternativas globais, gerais. Se nos perguntarem qual a direção em que esse mundo possível deve ser construído, não teria respostas muito pertinentes até hoje.”

## DEMOCRATIZAR O FÓRUM

“O Fórum Social Mundial precisa se democratizar, tem que decidir o seu destino de não ser um grupinho pequeno de ONGs que monopolizam de maneira ilegítima as decisões ou mesmo conselho de redes, que não tem muito poder, mas pelo menos é um pouco mais amplo. Mais do que isso, o Fórum tem que incorporar na sua pauta a discussão sobre isso. Nem tanto onde realizar, mas o que é, o que quer, que formato deve ter. Deve continuar a ser tão grande desse jeito? Ou, como muita gente quer, deve ser um fórum dos fóruns? Deve massificar a participação através dos fóruns regionais, setoriais, temáticos e ter um fórum que seja mais balanço das propostas, mais propositivo. É preciso ter alguns atos de massa, algumas participações chamativas, mas não ser uma coisa tão grande. Senão, nem Porto Alegre vai agüentar mais.”

## Tio Aziz e os outros tios

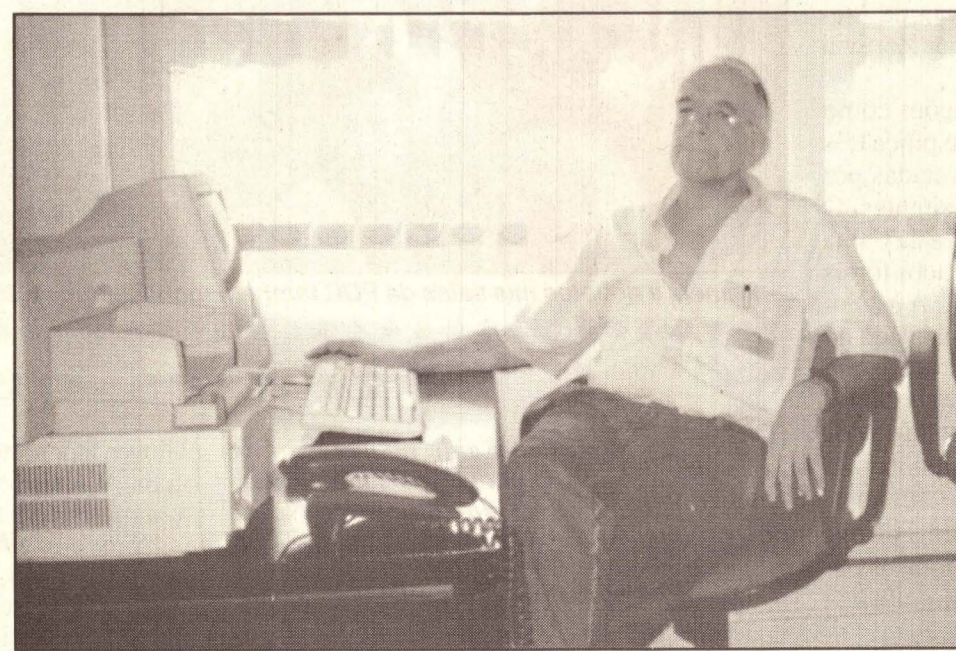
Grças a tio Aziz, irmão de sua mãe, Emir e seu irmão Eder tomaram contato muito cedo com a vida intelectual e política. Aziz Simão, considerado grande escudeiro do sindicalismo brasileiro, morava ao lado da casa dos Sader. Dava aulas de Química, mas quando perdeu a visão, preparou-se para lecionar sociologia. Foi o primeiro professor cego admitido numa universidade pública. Assim que Emir e Eder, dois anos mais velho, aprenderam a ler, o tio os cooptou para ler o jornal e livros de sociologia para ele.

“Dessa maneira, tomávamos contato com os fatos do momento – Perón, Evita, a Guerra da Indochina – e com os autores de livros de sociologia, que se tornaram personagens familiares. Da mesma maneira que amigos do tio Aziz, como Antonio Cândido e Florestan Fernandes, do grupo socialista, que eram como tios para nós.” Essa introdução meio precoce à vida intelectual e política, levou Emir a montar barraquinha de apoio a candidatos do Partido Socialista, como João Mangabeira, que concorreu à presidência da República com Getúlio Vargas, em 1950.

“Mas isso é coisa anômala, o resto da infância foi totalmente normal, futebol, leituras, muito cedo também: Monteiro Lobato, essas coisas mais tradicionais à socialização naquela época.” Em 1959, quando Emir tinha 15 anos, outra personalidade da esquerda brasileira, Michel Löwy, recrutou os irmãos Sader e um amigo para distribuir um jornal feito por um grupo socialista luxemburguista. “Chamava-se *Ação Socialista* e trazia na capa a foto de uns barbudos que tinham derrubado uma ditadura naquilo que naquela época se chamava de América Central, Caribe nem existia.”

Era Fidel Castro e os cubanos, vitoriosos em Sierra Maestra. “Então, minha primeira tarefa militante foi vender o jornal que anunciava a queda da ditadura de Fulgêncio Batista. Depois disso, foi o que um amigo do jornalista francês Régis Debray escreveu para ele: a felicidade de completar 20 na década de 60. Ter começado a conhecer a vida naquela década foi muito bom, muito rico. Não só conhecer os fatos, como participar culturalmente, musicalmente, cinematograficamente.”

Inesquecível para Emir foi assistir à estréia de *Deus e o Diabo na Terra*



Militante desde os 15 anos, continua atento às possibilidades de mudança

do Sol, de Glauber Rocha, no cine Paisandu, em São Paulo, ele não lembra exatamente se em 1961 ou em 1962. Marcante também, a resistência de Leonel Brizola, no episódio Legalidade, em 1961 (“Eu era presidente da União Paulista de Estudantes Secundários, com um certo protagonismo já”) e o golpe militar de 1964. E teve o

surgimento da música de Chico Buarque, que era colega de universidade e amigo de Emir. E os festivais de música, os Beatles, as passeatas estudantis contra a ditadura. “O ano de 1967 foi fundamental na América Latina: desapareceu Che Guevara e apareceu o livro *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Marquez.